

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS  
DIREITOS HUMANOS CARMEM BASCARÁN DE AÇAILÂNDIA/MA  
E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Marcelo de Oliveira Silva

Lajeado, Maio 2014

Marcelo de Oliveira Silva

**A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS  
DIREITOS HUMANOS CARMEM BASCARÁN DE AÇAILÂNDIA/MA  
E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Ambiente e Desenvolvimento,  
do Centro Universitário UNIVATES, como  
parte de exigência para obtenção do grau de  
Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa Espaço e Problemas  
Socioambientais.

Orientadora: Dra. Júlia Elisabete Barden  
Co-orientadora: Dra. Jane Márcia Mazzarino

Lajeado, Maio de 2014

Marcelo de Oliveira Silva

**A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEM BASCARÁN DE AÇAILÂNDIA/MA E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário Univates, como parte de exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração espaço e problemas socioambientais.

Profa. Dra. Julia Elisabete Barden  
PPGAD/UNIVATES

Profa. Dra. Jane Márcia Mazzarino  
PPGAD/UNIVATES

Prof. Dr. Dani Rudnicki  
PPGAD/UNIVATES

Prof. Dr. Rogério José Schuck  
PPGENSINO/UNIVATES

Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin  
PPGE/PUCRS

Lajeado, Maio de 2014

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e abençoar meus passos, pois sei que tanto nos momentos felizes como naqueles tristes ele sempre esteve ao meu lado, dando força, paciência, persistência e sabedoria para sempre seguir em frente e tomar as melhores decisões.

Agradeço aos meus pais, José Gonçalves e Rosemilda Oliveira, que nem sempre tiveram a oportunidade de me dar tudo que eu queria, mas sempre me ofertaram o que eu precisava. Ensinararam-me a valorizar a educação e o conhecimento, e essa é maior riqueza que me proporcionaram.

A minhas irmãs, Miseth e Amanda, que sempre me apoiaram e contribuíram para que essas metas se tornassem realidade. Ressalto a contribuição da Miseth nas leituras dos meus textos, não foram poucos, dando seu olhar do direito e corrigindo todos os erros possíveis, saliento a ajuda da Amanda, que mesmo ocupada, sempre estava disponível para resolver meus problemas comerciais, enquanto eu estava focado na dissertação.

À minha noiva Srta. Joelma Nascimento, que cuidou, torceu, comemorou, chorou, entendeu, falou, calou, rezou, amou, enfim, sempre esteve do meu lado em toda jornada e estará também nas futuras batalhas. Amo-te, para sempre.

Aos meus amigos Giovana e Alex que me acolheram como irmão e até como filho durante minha estadia no Sul. O mestrado proporcionou duas conquistas, o conhecimento e a amizade desse casal. Ressalto também alguns colegas se tornaram especiais: Elizangela, Fernanda, Luciana, Elieth e Haroldo.

Ao voto de confiança da minha prima Teciane Dias, que colaborou economicamente a realização desse mestrado e agradeço à torcida das minhas tias, Aparecida, Maria e Rosa, que sempre mostraram ter orgulho das minhas conquistas.

Aos meus amigos Charles e Guilherme, que só me atrapalharam e tiraram meu foco, com convites inoportunos, porém sempre entenderam quando tinha que dizer não.

Ao meu amigo Diego Maciel, a quem também divido essa vitória, pois nossas conversas foram tantas, que acredito que, em dupla fizemos duas dissertações, a minha e a dele.

À minha orientadora, Júlia Barden, que com seu jeito firme delimitou e contribuiu para a conclusão desse trabalho, o aprendizado que ela proporcionado vai além dessas páginas escritas. Espero que essa orientação e parceira continue em novos projetos. À minha co-orientadora, Jane Mazzarino, que mesmo depois da mudança de tema de pesquisa continuou me auxiliando e trazendo uma visão holística para o trabalho.

“Seja a mudança que deseja ver no mundo”

Mahatma Gandhi

## RESUMO

Após 125 anos da abolição da escravatura, ainda existem focos de trabalho escravo no Brasil. Na região de Açailândia/Maranhão, que possui o terceiro Produto Interno Bruto (PIB) do estado e tem como principal fonte econômica as indústrias beneficiadoras de minério, ainda é comum nas fazendas e carvoarias os trabalhadores serem expostos às condições de trabalho escravo. Tais condições representam uma violação dos direitos fundamentais e dos direitos humanos dos trabalhadores. Estes indivíduos, mesmo após serem libertados, ainda estão vulneráveis ao aliciamento, face à ausência de políticas públicas para o enfrentamento deste problema social. Neste cenário, foi criado em Açailândia/MA o Centro de Defesa da Vida dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB), com objetivo de proporcionar um espaço para o acolhimento dos indivíduos que sofreram violação de direitos humanos. O CDVDH/CB possui uma sede, onde realiza o acolhimento dos trabalhadores e desenvolve atividades socioculturais e dois polos que produzem artesanato derivado de papel reciclado e móveis planejados, utilizados para a qualificação técnica, geração de renda e reinserção dos trabalhadores na sociedade. O CDVDH/CB conta com o apoio da esfera pública e privada para a realização das suas atividades, como a ONG Manos Unidas, Brazil Foundation, Petrobras, ONG Repórter Brasil, entre outras. Este estudo tem como objetivo identificar as contribuições realizadas pelo CDVDH/CB para o desenvolvimento humano de trabalhadores escravizados, tendo como referência a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen. A escolha desta abordagem para delimitar o estudo se deu em função da estrutura normativa proposta por Sen, para a avaliação da desigualdade e do desenvolvimento humano. O método é qualitativo, baseado na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram realizadas entrevistas com diretores do CDVDH/CB e trabalhadores assistidos, além da observação e análise de relatórios de prestação de contas do CDVDH/CB às empresas patrocinadoras. No tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Identificou-se que o CDVDH/CB tem como estratégia de apoio dividir suas ações em três eixos: Prevenção, Repressão e Inserção, desta forma, além de combater o trabalho escravo, objetiva-se reinserir o trabalhador na sociedade. Os trabalhadores demonstraram satisfação e se sentem seguros com o apoio promovido pelo CDVDH/CB. O estudo levou em consideração as cinco liberdades propostas por Sen: políticas, econômicas, sociais, transparência e segurança protetora. Após

serem acolhidos pelo CDVDH/CB os trabalhadores tiveram suas capacidades expandidas. Como meio de expansão de liberdades os trabalhadores participam de qualificação profissional, obtiveram seus documentos pessoais e passaram a atuar em movimentos sociais e religiosos. Desta forma, tendo a liberdade como fim, a amplitude do ser e do fazer da pessoa, os colaboradores conseguiram atividade profissional remunerada, residência fixa, bens de consumo e lazer. Verificou-se que o apoio desenvolvido pela CDVDH/CB é referência no combate ao trabalho escravo no Maranhão, na reinserção desses trabalhadores no mercado e contribui para a promoção do desenvolvimento humano dos assistidos.

**Palavras-chave:** Trabalho Escravo – Desenvolvimento Humano – Abordagem das Capacitações – Direitos Humanos – Análise de Conteúdo.



## ABSTRACT

After 125 years of slavery abolishment, there still are slave work concentrations in Brazil. In the region of Açailândia/Maranhão that has the third Gross Domestic Product (GDP) in the state and as it's main source of income, the benefactoring industries of minerals, still is common for the workers of farms and coal mines to be exposed to slave work conditions. Such conditions represent a violation of fundamental and human rights of workers. These individuals, even after being freed, still are vulnerable to persuasion due to the absence of public policies. Because of that, in the city of Açailândia/MA, the Carmen Bascarán Human Rights and Defense of Life Center (CDVDH/CB) was created, with the objective of providing shelter to the individuals that suffered violation of human rights. The CDVDH/CB has a headquarters where they shelter the workers and hold social cultural activities and two places that produce artesian work derived from recycled paper and furniture utilized for the technical qualification and income for the workers in the society. The CDVDH/CB depends on the support of public and private circles to go on with their activities, as the Manos Unidas NGO, Brazil foundation, Petrobras, Reporter Brasil NGO, among others. This study, had and it's objective, identify the contributions done by the CDVDH/CB to the human development of slave workers, having as reference Capability Approach of Amartya Sen. The choice of this approach to conduct the study, was because of Amartya Sen's concept, to evaluate inequality and the human development. This method is qualitative based on the bibliographic, documental and field research. Interviews with the directors of CDVDH/CB were done, and workers attended, beyond the observation and analysis of stock reports from CDVDH/CB to the sponsoring companies. The content's analysis was utilized in the data. It was identified that CDVDH/CB has as support strategy, to divide it's bonds in three axes: Prevention, Repression and Insertion, so besides fighting against slave work, the objective is to reinsert the worker in society. The workers demonstrate satisfaction and feel safe with the help provided by CDVDH/CB. The study took into consideration the five liberties proposed by Sen: political, economical, social, transparency and safe protection. After being sheltered by CDVDH/CB, the workers were able to qualify their capabilities. As a way of freedom expansion, workers participated in professional qualifying, obtained their personal documents and started to act in social and religious movements. This way, they were able to get paying jobs, permanent homes, leisure and consumer goods. It was verified that the support given by the CDVDH/CB is a reference in the fight against slave work in Maranhão, by reinserting these workers in the market and contributing to assist in the development of the assisted.

**Key words:** Salve work – Human Development – Approach Capability – Human Rights – Content analysis

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama de escolha para concepção de justo.....	26
Figura 2: Representação esquemática da Abordagem das Capacitações .....	30
Figura 3: Diagrama de Abordagem das Capacitações.....	32
Figura 4: Localização geográfica de Açailândia/MA.....	45
Figura 5: Ciclo do trabalho escravo nas fazendas .....	53
Figura 6: Ciclo do trabalho escravo nas carvoarias.....	53
Figura 7: Organograma do CDVDH/CB.....	59
Figura 9: Localização do CDVDH/CB e dos Polos .....	60
Figura 10: Mapa das categorias e aspectos - Sessão diretores .....	68
Figura 11: Mapa das categorias e aspectos - Sessão colaborador .....	69
Figura 12: Estratégias de atuação do CDVDH/CB segundo os diretores.....	75
Figura 13: Atividades socioculturais desenvolvidas no eixo Prevenção.....	81
Fonte: CDVDH/CB (2012).....	81
Figura 16: Carvão ecológico.....	93
Figura 17: Logomarca brinquedos e artefatos de madeira .....	94
Figura 18: Polo móveis e utensílios de madeira .....	94
Figura 19: Móveis e lembrança .....	95
Figura 20: Logomarca papel reciclado .....	96
Figura 21: Processo de reciclagem do papel .....	97
Figura 22: Produtos fabricados pelo polo de papel reciclado.....	98
Figura 23: Dificuldades .....	99
Figura 24: Origem dos colaboradores .....	103
Figura 25: Alojamento dos trabalhadores escravos.....	107
Figura 27: Sentimento dos colaboradores em relação ao apoio do CDVDH/CB.....	111

Figura 26: Condições dos trabalhadores escravizados .....	114
---	-----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Comparativo entre os modelos de escravidão: antigo e atual.....	50
Quadro 2: Principais ações do CDVDH/CB entre 1997 e 2011 .....	61
Quadro 3: Classificação das liberdades propostas por Sen .....	69
Quadro 4: Perfil dos diretores do CDVDH/CB .....	72
Quadro 5: Projetos do CDVDH/CB em execução entre 2012 e 2013 .....	77
Quadro 7: Síntese das atividades realizadas pelo Projeto Balcão de Direito .....	85
Quadro 8: Perfil colaboradores do CDVDH/CB .....	102
Quadro 9: Atividades profissionais dos colaboradores do CDVDH/CB.....	116

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Fiscalizações entre 2010 à 2012 .....	52
Tabela 2: Situação documental dos colaboradores quando eram trabalhadores escravos.....	122
Tabela 3: Situação documental dos colaboradores após serem assistidos pelo CDVDH/CB	124

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BR -	Brasil Rodovias
CDVDH/CB -	Centro de Defesa da Vida dos Direitos Humanos Carmem Bascarán
CHD -	Comissão de Direitos Humanos
CLT -	Consolidação das Leis do Trabalho
CP-	Código Penal
CEMAR-	Companhia Energética do Maranhão
CODIGMA -	Cooperativa de Produção de Artefatos de Origem Vegetal, Mineral e Recicláveis
CONATRAE-	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
DUDH -	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA-	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESCOSOC-	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
ODM-	Objetivos do Milênio
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONG -	Organização não Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
PACS-	Agentes Comunitários de Saúde
PIB -	Produto Interno Bruto
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSF-	Programa Saúde da Família
RDH -	Relatório de Desenvolvimento Humano

SEBRAE- Serviço Nacional de Apoio das Micro e Pequenas Empresas  
SINE- Sistema Nacional de Emprego  
SUS- Sistema Nacional de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO HUMANO e MARCO LEGAL</b> .....	<b>20</b>
2.1 Abordagem Utilitarista .....	20
2.2 Abordagem Rawlsiana .....	23
2.3 Abordagens das Capacitações .....	27
2.4 Direitos humanos .....	40
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO</b> .....	<b>44</b>
3.1 Açailândia.....	44
3.2 Trabalho escravo .....	46
3.3 Centro de Defesa da Vida dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB)	56
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>63</b>
4.1 Tipo de Pesquisa .....	63
4.2 Participantes: universo, amostra e critérios de seleção.....	63
4.3 Métodos e instrumentos para geração de dados .....	64
4.4 Procedimentos .....	66
4.5 Estratégias de análises dos dados .....	66
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>71</b>
5.1 Diretores .....	71
5.1.1 Primeira categoria - Estratégias.....	73
5.1.1.1 Primeiro aspecto - Prevenção .....	80
5.1.1.2 Segundo aspecto - Repressão .....	84
5.1.1.3 Terceiro aspecto - Inserção.....	90
5.1.1.3.1 Carvão Ecológico .....	92
5.1.1.3.2 Móveis e utensílios de madeira .....	93
5.1.1.3.3 Reciclagem de Papel .....	95
5.1.2 Segunda categoria – Dificuldades .....	99
5.2 Colaboradores .....	101
5.2.1 Liberdades como meio.....	108
5.2.1.1 Garantias de Transparência .....	108
5.2.1.2 Segurança Protetora.....	110
5.2.1.3 Facilidades Econômicas .....	113
5.2.2 Liberdades como fim .....	118

<b>5.2.1 Oportunidades Sociais.....</b>	<b>118</b>
<b>5.2.2 Liberdades Políticas .....</b>	<b>120</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE A: Roteiro da entrevista semiestruturada com diretores.....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE B: Roteiro da entrevista semiestruturada com colaboradores.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE C: Roteiro da observação em campo .....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXO A: Fotos das atividades gerais do CDVDH/CB .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO B: Carta de apresentação .....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO C: Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO D: Parecer consubstanciado do CEP.....</b>	<b>154</b>



## INTRODUÇÃO

A escravidão no Brasil foi abolida pela Lei Imperial nº 3353 em Maio de 1888, conhecida como Lei Áurea. No regime de escravidão, homens e mulheres eram mantidos em condições sub-humanas, sujeitos a maus tratos e a um trabalho extenso, contudo apesar da proibição do trabalho escravo, esta realidade, por vezes, ainda é percebida no estado do Maranhão. Segundo Théry et al. (2009), a região com maior incidência de trabalho escravo no Maranhão está localizada entre as cidades de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Amarante. O trabalho escravo é fomentado pelas atividades econômicas e no Maranhão essas atividades estão relacionadas as indústrias beneficiadores de ferro e a pecuária. Açailândia é a cidade com o maior número de trabalhadores escravizados no estado.

Açailândia/MA é polo industrial, leiteiro e varejista. É a 3º cidade do estado em Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) e encontra-se na 9º colocação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PUND, 2003). Esses indicadores descompassam com a escravidão encontrada em algumas fazendas e carvoarias, nas quais, pessoas são abrigadas em currais ou galpões, sem estrutura mínima, privadas de água potável, comida, higiene e remuneração.

Diante deste panorama, foi criado em 1996, em Açailândia/MA, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB), uma Organização não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, um espaço de livre acesso aos que tiveram seus direitos humanos e a vida ameaçados por outrem, sem distinção de cor, raça e sexo. As primeiras pessoas acolhidas pelo Centro passaram por violações de direitos humanos, e todos eram provenientes do regime de escravidão. Assim, o CDVDH/CB estendeu sua atuação além

do acolhimento para também a reinserção, pois as pessoas acolhidas não tinham expectativas de muitas oportunidades, somente trabalho braçal e isso tornava-os vulneráveis ao aliciamento.

A missão do CDVDH/CB passou a ser prevenir e coibir as violações dos direitos humanos, com ênfase no trabalho escravo e reinserção dos trabalhadores na sociedade como cidadãos produtivos e conscientes para que pudessem ter uma vida digna. O objetivo do CDVDH/CB se compactua com as definições de desenvolvimento humano apresentadas pelo economista Amartya Sen, segundo Sen (2001, p. 13) “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente”.

A análise sugerida por Sen, evidencia que o processo de desenvolvimento humano, deve proporcionar para as pessoas liberdades para desfrutar da vida que gostariam, de acordo com suas concepções, faz-se necessário que não passem por privações e sejam capazes de fazer escolhas. Assim, o desenvolvimento é mensurado pelas capacitações que conseqüentemente ampliam as oportunidades de escolha e liberdade no campo político, social e econômico. As liberdades, por sua vez, favorecem o aumento das capacitações e permitem que o indivíduo exerça sua função de agente na sociedade. Esta ótica é denominada por Sen como Abordagem das Capacitações.

O trabalho escravo priva as capacitações e, conseqüentemente, impede o ser humano de alcançar seu desenvolvimento. Como visto, o CDVDH/CB tem como objetivo prevenir, coibir a escravidão e reinserir o escravizado na sociedade, buscando desenvolver habilidades individuais, que eliminem privações e contribuam para o alcance de capacidades, para que assim possam desfrutar de liberdades.

Portanto, este trabalho tem como objetivo identificar as contribuições do CDVDH/CB de Açailândia/MA no combate ao trabalho escravo e a promoção do desenvolvimento humano, a partir da Abordagem das Capacitações

Desta forma, para que os objetivos fossem alcançados, além deste capítulo, este trabalho é composto por mais cinco.

No segundo capítulo são caracterizadas as principais abordagens que tratam do desenvolvimento humano: o Utilitarismo, a Rawlsiana e a Abordagem das Capacitações. O objetivo é apresentar as bases informacionais utilizadas por cada abordagem e aprofundar no estudo da Abordagem das Capacitações, que é utilizada para a mensuração dos dados obtidos na pesquisa realizada. Além disto, neste capítulo é apresentada uma evolução histórica dos direitos humanos.

No terceiro capítulo apresenta-se a cidade de Açailândia/MA e o trabalho escravo, diferenciando o trabalho escravo colonial do contemporâneo. Em seguida, são apresentados os fatores que contribuíram para o surgimento do CDVDH/CB e a sua atuação na região.

No quarto capítulo faz-se uma descrição dos procedimentos metodológicos utilizados para identificar as contribuições do CDVDH/CB para promoção do desenvolvimento humano, com ênfase na apresentação da estrutura que delimitou a análise e a técnica da análise de discurso que foi utilizada.

No quinto capítulo são apresentados os resultados e as discussões realizadas com base nas informações obtidas e os procedimentos metodológicos definidos. Sendo que o capítulo foi dividido em duas partes: Diretores e Colaboradores. Na primeira parte faz-se uma apresentação das estratégias e dificuldades do CDVDH/CB nas atividades que exerce e na segunda parte faz-se uma análise das contribuições através das cinco liberdades propostas por Sen.

Por fim, no sexto capítulo, são apresentadas as considerações finais deste trabalho, além das suas limitações e perspectivas para novas pesquisas.

## **2 DESENVOLVIMENTO HUMANO E MARCO LEGAL**

Ao longo dos anos o estudo sobre o bem-estar e conseqüentemente o desenvolvimento humano, foram caracterizados por diversas abordagens. Cada abordagem possui um espaço avaliatório distinto, porém destinadas ao mesmo fim, verificar e quantificar o bem-estar. Este contexto de verificação é definido pelas respectivas bases informacionais, que segundo Sen (2010), são as informações necessárias para se formar um juízo, sendo que, as informações excluídas têm a mesma relevância das informações obtidas.

O objetivo deste capítulo é conceituar e caracterizar o desenvolvimento humano através das abordagens Utilitarista, Rawlsiana e a Abordagem das Capacitações, assim como comparar conceitos, relatar sobre suas operacionalizações e principais dificuldades. É também relatado o marco legal dos direitos humanos, sua evolução e as legislações pertinentes.

### **2.1 Abordagem Utilitarista**

A abordagem utilitarista foi defendida por Jeremy Bentham, filósofo e jurista e John Stuart Mill, filósofo e economista, ambos ingleses, entre o século XVIII e XIX. A abordagem utilitarista tem como princípio avaliar o bem-estar pelos níveis de consumo do indivíduo, essa concepção é denominada utilidade. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 65) “utilidade refere-se ao valor numérico que representa a satisfação que o consumidor obtém de uma cesta de mercado”.

Desde a sua concepção, o utilitarismo esteve ligado ao liberalismo político e econômico. O pensamento liberal baseia-se na premissa de que não seria necessária a existência de um poder absoluto para gerir a vida econômica e nem para maximizar a justiça social. Os próprios indivíduos através de uma interpenetração do mercado contribuiriam para produzir eficiência na extração e alocação de valores e bens, bem como justiça social e bem-estar geral. Neste sentido, as pessoas seriam capazes de organizar a sociedade tanto econômica quanto socialmente, sem a necessidade da estrutura e do poder do Estado e assim seriam felizes.

Para Aboglio (2008, p. 1), o utilitarismo “considera que o valor ou o desvalor moral de uma ação ou instituição, depende das consequências que essa ação ou instituição acarreta, para que seja possível um estado de coisas que se julgue bom ou mal”. A partir de então, inicia-se o impasse para qualificar algo como bom ou ruim, pode-se dizer que o bom é algo que proporciona “felicidade”, que seria a soma dos prazeres ou a satisfação dos interesses individuais.

O utilitarismo tem um pensamento consequencialista, na medida em que se deve perceber os efeitos de uma ação de acordo com as premissas da utilidade. As ações devem considerar todos os interesses, inclusive o número de pessoas atingidas, buscando proporcionar a maior quantidade de felicidade ao maior número de pessoas. Ao ponto que se valoriza o prazer e a felicidade, se repugnam o sofrimento.

Mattos (2006), por sua vez, expõe críticas a esta abordagem pela dificuldade de estabelecer uma utilidade para cada indivíduo e, em seguida, ao aspecto monetário dado pela concepção utilitarista. Para Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 65) “Se a compra de três exemplares de um livro o deixa mais feliz do que a compra de uma camisa, então dizemos que os livros têm mais utilidade para você do que a camisa”. A função de utilidade<sup>1</sup> relaciona matematicamente os níveis de utilidade aos produtos oferecidos pelo mercado.

---

<sup>1</sup> “É uma fórmula que atribui um nível de utilidade a cada cesta de mercado. Suponhamos, por exemplo, que a função de utilidade de Phil por Alimento (A) e vestuário (V) seja  $u(A, V) = A + 2V$ ... Assim ordenam as escolhas do consumidor em termos de níveis de satisfação” (PINDYCK e RUBINFELD, 2006, p. 65).

Segundo Sen (2010) os requisitos da avaliação utilitarista estão divididos em três componentes:

1. Consequencialismo (*consequentialism*): “segundo o qual todas as escolhas (de ações, regras, instituições etc.) devem ser julgadas por suas consequências, ou seja, pelos resultados que geram” (SEN, 2010, p. 84);
2. Welfarismo (*welfarism*): “restringe os juízos sobre os estados de coisas às utilidades nos respectivos estados (sem atentar diretamente para coisas como a fruição ou a violação de direitos, deveres etc.)” (SEN, 2010, p. 85). Ainda segundo o autor, a união do welfarismo com o consequencialismo modela os requisitos para o julgamento de uma escolha, em que as mesmas devem ser analisadas de acordo com a utilidade que proporcionam.
3. Ranking pela soma (*sum-ranking*): indica que a utilidade de todas as pessoas devem ser somadas para se obter o mérito agregado, ou seja, a soma das utilidades deve ser maximizada sem ponderar o grau de desigualdade na distribuição (SEN, 2010).

Ao longo do tempo a concepção de utilidade e a suposição de que as pessoas seriam capazes de designar valores concretos à satisfação oriundas de bens ou serviços, foi modelada criando-se uma nova percepção, segundo a qual a utilidade foi agregada a uma ordenação de preferências individuais. Porém, Sen (2010) aponta críticas, ressaltando as dificuldades de mensurar a utilidade de acordo com as preferências, pois as pessoas têm desejos distintos. Assim, segundo ele, não há possibilidade de cestas de mercadorias proporcionarem a mesma utilidade. Para o autor, são desconsideradas na análise de felicidade e satisfação as questões como: liberdade substantiva individual, que representa uma capacidade de realização, além de direitos sociais e qualidade de vida.

O utilitarismo, muito embora tenha se dedicado à avaliação do bem-estar, apresenta uma ótica consumista, condicionando felicidade, prazer e satisfação à aquisição de bens, de forma que, quanto maior forem os resultados alcançados, maior será o bem-estar de outrem. Por esses limites nas suas bases informacionais, Sen (2010, p. 81) acrescenta que “a estrutura agregativa do utilitarismo não tem interesse na efetiva distribuição das utilidades – nem sensibilidade para essa distribuição – pois a concentração se dá inteiramente sobre a utilidade total de todos considerados em conjunto”.

As limitações que há em tratar as comparações de rendas reais como supostas comparações de utilidade são gravíssimas, em parte devido a total arbitrariedade da suposição de que o mesmo pacote de mercadorias tem de gerar o mesmo nível de utilidade para pessoas diferentes, e também em razão das dificuldades de indexar até mesmo a base de mercadorias da utilidade (quando as funções de demanda são divergentes) (SEN, 2000, p. 89).

Ainda quanto as críticas (BARDEN, 2009, p. 22) salienta que, “todos os métodos ficam restritos ao espaço renda e/ou das mercadorias, ou seja, são unidimensionais e privilegiam os mercados, negligenciando todos os demais fatores, que interferem e/ou determinam o bem-estar das pessoas”.

Contudo, Sen (2010) expõe méritos dessa abordagem, tais como: a importância de levar em consideração os resultados das disposições sociais e a necessidade de atentar-se para o bem-estar, mesmo afirmando que possam estar sujeitos a questionamentos. Na abordagem utilitarista a maior relevância é dos resultados que as ações proporcionam, sendo que várias disposições sociais, como educação, saúde, emprego e outros estão condicionadas a estes.

## **2.2 Abordagem Rawlsiana**

A abordagem rawlsiana foi criada por John Rawls na década de 70, século XX. Em muitos aspectos é a mais importante Teoria de Justiça seu foco principal é explicar a justiça como equidade, descrevendo o papel da justiça na cooperação social e na estrutura básica da sociedade. Sua base informacional são as liberdades formais. Segundo Sen (2001), para John Rawls as liberdades formais são iguais à liberdade e à igualdade na distribuição de bens primários.

De acordo com Rawls (2008, p. 4) não é possível “que os sacrifícios impostos a poucos sejam contrabalançados pelo número maior de vantagens de que desfrutam muitos”. Assim, a justiça rawlsiana prioriza o indivíduo e repugna a desigualdade e a satisfação de poucos. A teoria rawlsiana é baseada em pessoas livres e racionais. Segundo Rawls (2008), as pessoas na posição original são iguais em termos dos mesmos direitos no procedimento de escolha dos princípios de justiça.

Na denominada posição original, Rawls (2008) imagina hipoteticamente que os indivíduos são concebidos como racionais e razoáveis, porém, estariam submetidos a um “véu

de ignorância”, ou seja, desconhecem todas situações que trazem vantagens e/ou desvantagens na vida, assim, compartilhariam de uma ótica equitativa de liberdade e igualdade. “A proposta de Rawls é representar seres humanos como morais; como seres que têm uma concepção de bem e capazes de terem um senso de justiça” (MARIN e QUINTANA, 2012, p. 514).

A sociedade tem um papel fundamental na abordagem rawlsiana, devendo ser um sistema cooperativo, regulada pela concepção pública de justiça, que propicie benefícios a todos. Os princípios da justiça social surgem quando existem conflitos entre as partes integrantes dessa sociedade, pois não concordam com a distribuição das vantagens adquiridas com o trabalho de todos. Farago (2004) salienta a preocupação da abordagem em definir princípios que permitam apaziguar as reivindicações.

De acordo com Rawls (2008, p.83) “os dois princípios de justiça avaliam a estrutura básica em função de como ela regula a repartição dos bens primários entre os cidadãos, repartição esta especificada conforme um índice apropriado”. São eles:

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais, que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para outras.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo, que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável; e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (RAWLS, 2008, p. 73)

Em suma, o primeiro princípio estabelece que as liberdades devem ser iguais a todos os membros da sociedade e o segundo que a distribuição de renda e riqueza não necessita ser igual, desde que seja vantajosa a todos e que a estruturação das organizações seja acessível a todos. Os princípios são dispostos em ordem hierárquica, sendo que o segundo não sobrepõe o primeiro. Os princípios de justiça determinados por Rawls enfatizam a importância das oportunidades da pessoa e determinam os bens primários sociais. Para Rawls (2008) estes bens são buscados pelos homens racionais e se correlacionam com a estrutura básica da sociedade.

Sen (2010, p.101), ao interpretar o pensamento de Rawls, especifica que, “os bens primários são meios de uso geral que ajudam qualquer pessoa a promover seus próprios fins, como direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais do respeito



próprio”. Já Vita (1999) ressalta que esses bens são considerados sociais no sentido de que ou são distribuídos diretamente por instituições sociais básicas, ou sua distribuição, como nos casos da renda e da riqueza, é regulada por essas instituições.

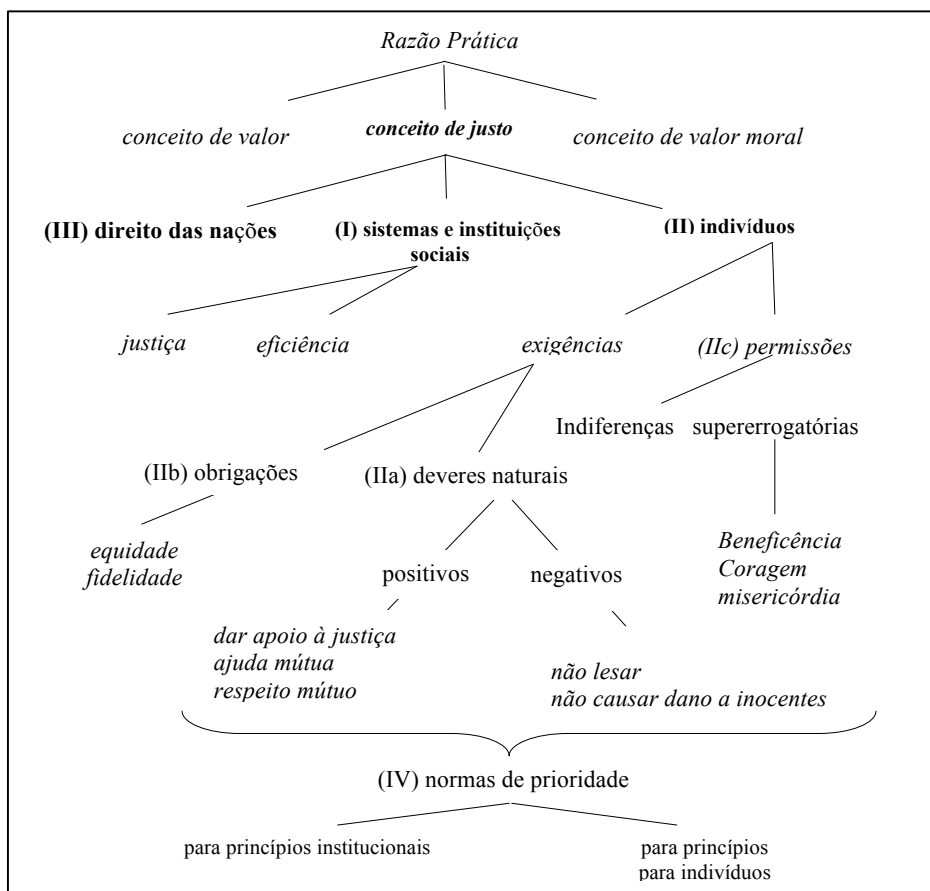
De acordo com Rawls (2008), os bens primários sociais são:

1. Liberdades e direitos fundamentais;
2. Liberdade de movimento e escolha de ocupação;
3. Capacidade e prerrogativas de cargo e posições de responsabilidade nas instituições políticas e econômicas da estrutura básica da sociedade;
4. Renda e riqueza;
5. Bases sociais do autorrespeito.

A abordagem rawlsiana da teoria da justiça traz uma concepção de que para alcançar o que é justo e a igualdade é preciso inicialmente pactuar os princípios da estrutura básica da sociedade, em seguida com os princípios básicos para os indivíduos e, por fim, com os princípios do direito das nações.

A Figura 1, apresenta o diagrama proposto por Rawls que “indica os tipos de princípios que devemos escolher para ter em mãos uma concepção completa do justo” (RAWLS, 2008. p. 130).

Figura 1: Diagrama de escolha para concepção de justo



Fonte: Rawls (2008, p. 131)

No diagrama, Rawls divide o pensamento racional em três vertentes: o conceito de valor, o conceito de moral e o conceito de justo, iniciando a discussão sobre a concepção de justo. No senso de justo, considera a equidade entre as nações, a sociedade e os indivíduos, pressupondo uma sociedade organizada, na qual as pessoas seriam motivadas por um senso de justiça e buscariam agir de acordo com os princípios de equidade.

A sociedade que é formada pelas pessoas, pelos sistemas e as instituições sociais devem prestar seus serviços à comunidade com igualdade e eficiência de acordo com suas atribuições, independentemente da conjuntura social ou econômica da época, as ações dessas organizações devem sempre se pautar pela defesa dos princípios da justiça, enquanto os indivíduos são portadores de obrigações e deveres. Na Figura 1, nota-se que as instituições sociais e os indivíduos são postos em uma linha horizontal, respeitando a igualdade e a responsabilidade de ambos na formação dos valores de justiça.

Por serem formadores dessa sociedade, os indivíduos tem suas exigências e permissões morais detalhadas por Rawls, devendo ter suas ações pautadas na equidade, fidelidade, misericórdia, coragem, não lesando e nem causando danos a alguém. Portanto, a concepção geral de justiça transita em dois pontos, a sociedade e o indivíduo. Para se alcançar os patamares de equidade, todas as ações devem ser motivadas pela ajuda e respeito mútuo.

Segundo Sen (2000), o argumento da abordagem rawlsiana que prioriza as liberdades formais e as questões econômicas são questionáveis, pois aspectos econômicos têm peso, inclusive, em questões de vida ou morte. Sen (2000) cita Herbert Hart, que em 1973 também argumentou em relação a esses pontos, inclusive reconhecidos por John Rawls em seu livro *Liberalismo Político*.

Se a “prioridade da liberdade formal” tem de ser tornada plausível mesmo no contexto de países que são intensamente pobres, o conteúdo dessa prioridade teria de ser, a meu ver, consideravelmente restrito. Isso, porém, não equivale a dizer que a liberdade formal não deva ter prioridade, e sim que a forma dessa exigência não deve ter o efeito de fazer com que as necessidades econômicas sejam facilmente esquecidas (SEN, 2000, p. 84).

Sen (2010) também faz críticas quanto à operacionalização dos princípios sugeridos por Rawls, pois não há garantias de realização de bem-estar, já que somente exigir o alcance de tais princípios, pode-se contribuir a favor de uma maior liberdade e não em razão de um ganho social ou econômico. Enquanto isso, Sen, inicia o debate sobre o bem-estar e o desenvolvimento humano tendo como referência outra base informacional, as liberdades substantivas. O ponto principal proposto por Sen é que a qualidade de vida e o desenvolvimento de uma pessoa é consequência da expansão do seu poder de escolha.

### **2.3 Abordagens das Capacitações**

“O homem é um animal social” (ARISTÓTELES, 2005, p. 12), portanto deverá ser harmonizado por leis e regulamentos, que se preocupem com os interesses de todos e defendem a ideia que o objetivo das associações humanas ou políticas deve ser o bem estar da coletividade (ARISTÓTELES, 2001). “Bem-viver, bem-estar ou felicidade como o bem supremo, cujo alcance é possível apenas em sociedade, visto que o homem é, por natureza, um animal político” (ARISTÓTELES apud GESSI, 2007, p. 57). Gessi (2007, p. 58) afirma que “à luz dessa concepção a busca do bem-estar do homem, como ser político que é, está

relacionada à valorização dos direitos humanos no âmbito comercial e econômico que o cerca e influencia seu desenvolvimento proporcionando-lhe bem-estar”.

Ao nascer todos os homens são iguais, tendo assim os mesmos direitos, o que os diferencia no futuro é o contexto social, econômico e cultural a que são expostos. Esta ótica aristotélica defendia o homem em sociedade não apenas para conservar sua existência, mas para buscar o bem-estar e a dignidade que o pertence (GESSI, 2007). Influenciada pelo pensamento aristotélico, Sen criou a Abordagem das Capacitações, na qual, Sen (2010) estabelece a concepção de igualdade de oportunidades e liberdades para que as pessoas possam desfrutar de uma vida boa.

In investigating the problem of “political distribution”, Aristotle made extensive use of his analysis of “the good of human beings”, and this He linked with his examination of “the functions of man” and his exploration of “life in the sense of activity”. The Aristotelian theory is, of course, highly ambitious and involves elements that go well beyond this particular issue (e.g., it takes a specific view of human nature and relates a notion of objective goodness to it). But the argument for seeing the quality of life in terms of valued activities and capability to achieve these activities has much broader relevance and application (SEN, 1990, p. 4).<sup>2</sup>

Os estudos sobre a pobreza com enfoque multidimensional acentuaram-se na década de 80. Nessa perspectiva, não é avaliada somente a renda para mensurar o nível de riqueza ou pobreza, mas diversos outros aspectos, como oportunidades, capacitações, privações, entre outros. Janvry e Sadoulet (apud MATTOS 2006, p. 20) ressaltam que a pobreza é multidimensional, estando associada a vários elementos, em especial às frágeis condições de saúde e educação. Tal enfoque proporcionou extrapolar o assunto, com ênfase, inclusive, nas políticas públicas e sua responsabilidade de prevenção e combate às desigualdades econômicas e sociais.

Destarte, começou-se a analisar o indivíduo e as causas que o impediam de se tornar um cidadão provido de capacitações para se desenvolver. Este debate foi instigado por Sen,

---

<sup>2</sup> Ao investigar o problema “distribuição política”, Aristóteles fez um uso extensivo da sua análise sobre “bem estar dos seres humanos”, unindo com o exame “As funções do homem” e sua exploração da “vida no sentido de atividade”. A teoria Aristotélica é ambiciosa e envolve elementos que vão além desta questão em particular. (ex.: ele tem uma visão específica da natureza humana e se refere a noção de bondade desta). Mas o argumento para ver a qualidade de vida em termos de atividades de valor e capacidade de alcançar essas atividades, têm um relevância ampla e aplicação (SEN, 1990, p. 4).

que em sua abordagem apresenta a preocupação com a necessidade de eliminar a pobreza, pois a mesma limita e até elimina a possibilidade das pessoas viverem dignamente em sociedade. Essas discussões levam em conta as “*capabilities*”, segundo Bagolin (2005, p. 14): “A palavra ‘*capability*’ significa a confluência de ‘*capacity*’ + ‘*ability*’, para o português foi traduzido como ‘capacitações’”.

Segundo Sen (2000, p 35), a pobreza deve ser vista como uma “privação das capacidades básicas e não apenas como baixa renda”. Significa que as oportunidades mais básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos são inviabilizadas, ou seja, a privação de uma boa saúde, de liberdade, de dignidade, de amor próprio, entre outras privações.

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essa duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, [...] Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (SEN, 2010, p. 123-124).

Na Abordagem das Capacitações, “o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 55). Nessa perspectiva, Sen atribui como sentido de bem-estar o conjunto de funcionamentos [*achieved functionings*], que referem-se aos estados de existência [*beings*] ou de ações [*doings*], que podem ser realizados pelos indivíduos (SEN 2010). “O conceito de funcionamentos, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” (SEN 2010, p. 104). Os funcionamentos são as atividades e condições do indivíduo, tais como ter uma boa saúde, ter uma boa residência, ter acesso a uma boa educação, entre outros.

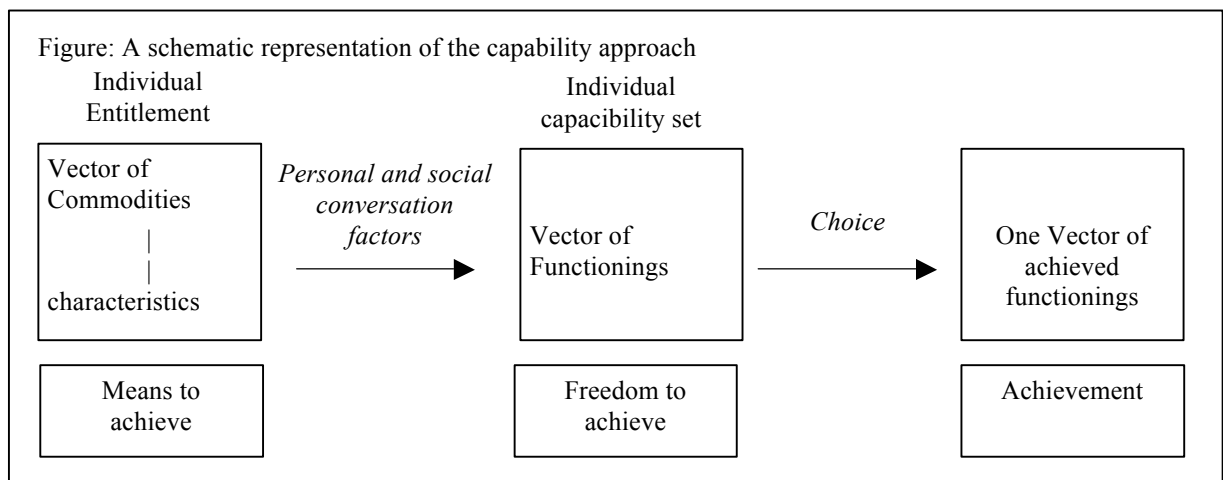
O conjunto e as combinações desses funcionamentos resultam nas capacitações [*capability*], “portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos” (SEN 2010, p. 105). Em suma é a capacidade de escolher para auferir boas condições de vida. “The capability of a person is a

derived notion. It reflects the various combinations of functionings (doings and beings) he or she can achieve. It takes a certain view of living as combinations of various ‘doings and beings’<sup>3</sup> (KUKLYS e ROBEYNS, 2004, p. 4).

Robeyns (2000) apresenta um esquema lógico da Abordagem das Capacitações, diferenciando algumas etapas:

1. *Commodities*: são bens e serviços, “they should not necessarily be thought of as exchangeable for income or money – as this would restrict the capability approach to analyses and measurement in marketbased economies which it does not intend”<sup>4</sup>, (ROBEYNS, 2000, p. 5).
2. Os vetores de funcionamentos: estão alocadas a liberdade que a pessoa tem, para ter ou realizar e, por fim, os funcionamentos realizados (ROBEYNS, 2000).

Figura 2: Representação esquemática da Abordagem das Capacitações



Fonte: Robeyns (2000, p.5)

O esquema de Robeyns demonstra o processo de transformação de *commodities* em vetores de funcionamentos. A junção de tais vetores proporcionam as capacitações que dão ao

<sup>3</sup> A capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de funcionamentos (ações e estados de existência) que ele ou ela podem alcançar. É preciso uma certa visão da vida como combinações de várias “ações e estados de existência” (KUKLYS e ROBEYNS, 2004, p. 4).

<sup>4</sup> Elas não devem necessariamente ser consideradas bens ou serviços de troca, por renda ou dinheiro, pois isso restringiria análise e a mensuração da Abordagem das Capacitações a termos econômicos baseados no mercado, não sendo esta a intenção (ROBEYNS, 2000, p. 5).

indivíduo a liberdade de escolher entre diferentes opções, quando ele tem essa liberdade, e se o faz, conseqüentemente alcançou seu bem-estar. Segundo Sen (2010) a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio para o alcance do desenvolvimento humano.

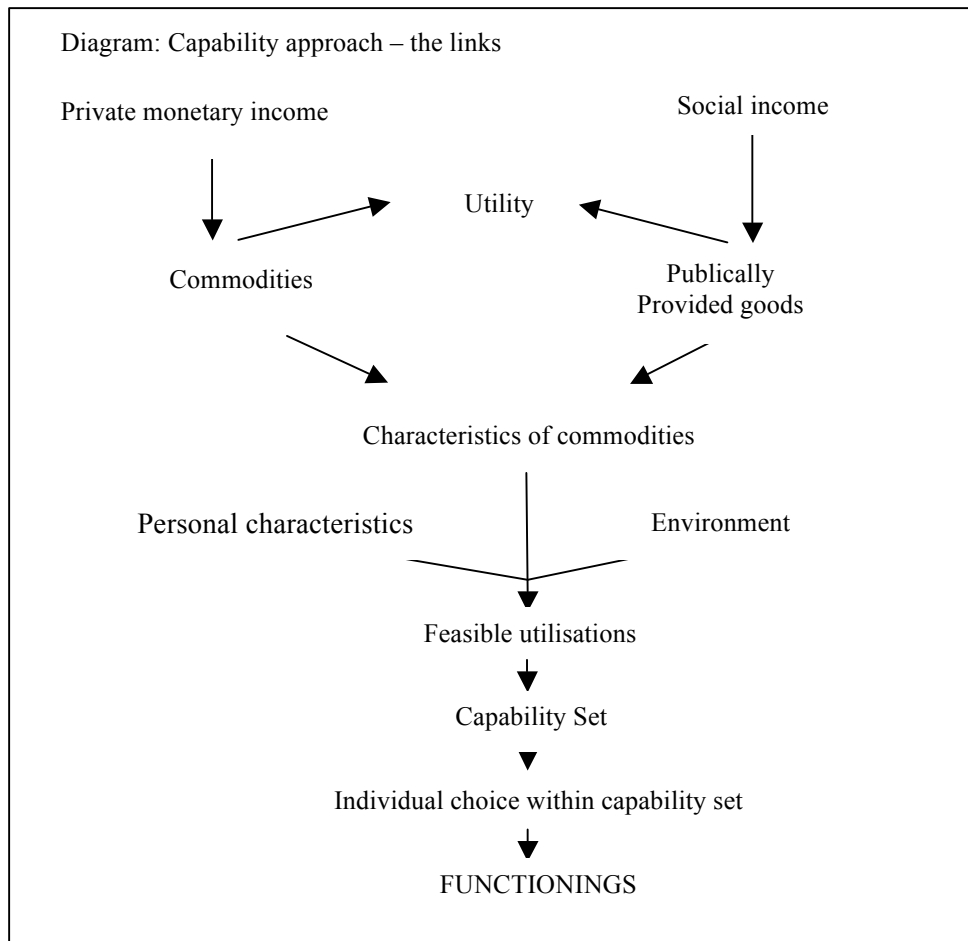
Contudo, Robeyns (2000) afirma que a conversão de *commodities* em funcionamentos depende de dois fatores, “*personal characteristics*” e “*social characteristics*”. Ainda segundo a autora, as “*personal characteristics*” são formadas pelas condições físicas, metabolismo, inteligência e afins. E as “*social characteristics*” são constituídas pelas instituições disponíveis, infraestrutura da cidade, bens públicos, políticas públicas, relações de poder e afins. Neste contexto, Robeyns (2000, p. 5-6) ressalta que, “Hence, knowing the goods a person owns or can use is not enough to know which functionings she can achieve; therefore we need to know much more about the person and the circumstances in which she is living”<sup>5</sup>.

Laderchi, Saith e Stewart, (2003) assim como Robeyns, (2000) estabelecem um diagrama onde as *commodities* são transformadas em vetores de funcionamentos. Os autores consideram a renda, sua capacidade de adquirir mercadorias e a transformação em funcionamentos, bem como as características pessoais e o contexto geral do ambiente. Esse conjunto ajuda a determinar a capacidade de realização de bem-estar.

---

<sup>5</sup> Assim, sabendo que os bens que uma pessoa possui, ou pode usar, não é suficiente para saber quais os funcionamentos ela pode alcançar; portanto, precisamos saber muito mais sobre a pessoa e as circunstâncias em qual ela está vivendo (ROBEYNS, 2000, p. 5-6).

Figura 3: Diagrama de Abordagem das Capacitações



Fonte: Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 16)

Na Figura 3, os autores desenvolvem o conceito de liberdade, de capacidade de escolha. Antes de apresentar a utilidade de um bem correlacionam-no aos produtos oferecidos no mercado, suas características pessoais, suas formas de utilizações com a renda individual, desta forma, exemplifica-se que, a necessidade individual e a realização dessa vontade advém dos vetores de funcionamentos que proporcionam a liberdade.

Para facilitar a compreensão da Abordagem das Capacitações, Sen (2010) compara uma pessoa abastada que faz jejum, mas que tem a escolha de fazê-lo, com uma pessoa destituída de condições que passa fome por não ter a oportunidade de saciá-la. Nas duas situações as pessoas estão suprimidas de comer, porém o que diferencia é que a primeira a faz por escolha e a segunda por imposição. A operacionalização da Abordagem das Capacitações não é simples, já que leva a uma multiplicidade de variáveis e a uma pluralidade de espaços relevantes (COMIM, 2001).



As escolhas do indivíduo são balizadas por diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais e econômicos, contudo o fato relevante é que a primeira pessoa possuía vetores de funcionamentos suficientes para ter a liberdade de escolher não saciar sua fome em determinado momento. A quantidade ou grau de realização utilizado por cada pessoa, a quantidade de oportunidades e sua capacidade de escolha é vista como um “vetor de funcionamento”. Esse conjunto de vetores disponíveis é denominado “conjunto capacitário” (SEN, 2010).

Sen (apud Robeyns, 2000) apresenta uma subdivisão das capacitações, as capacitações básicas, que referem-se à liberdade de fazer coisas básicas. “Basic capabilities will thus be crucial for poverty analysis and more in general for studying the well-being of the majority of people in developing countries, while in rich countries well-being analysis would rather also include capabilities which are less necessary for physical survival”<sup>6</sup> (ROBEYNS, 2000, p.8). As capacitações básicas dizem respeito a saúde fundamental, ao bem-estar fisiológico, ao acesso à água, comida e itens suficientes para a sobrevivência, enquanto as capacidades de maneira geral são definidas de acordo com pessoa e sua condição econômica-social.

Para Sen (2000) a sociedade tem sua eficácia quando seus integrantes podem desfrutar de liberdade de escolha, serem agentes ativos e capazes de provocar mudanças. “O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para promoção do desenvolvimento” (SEN 2010, p. 77). O desenvolvimento passa a ser medido pela expansão do conjunto de capacidades das pessoas que, como dito, é formado pelo conjunto de todas as opções possíveis de funcionamentos, no entanto, tal conjunto, que por hora é denominado de capacidade, apresenta uma amplitude de liberdades instrumentais que contempla seu desenvolvimento no campo político, econômico e social.

---

<sup>6</sup> As capacidades básicas serão cruciais para a análise da pobreza e em geral para o estudo do bem-estar da maioria das pessoas em países em desenvolvimento, enquanto em países ricos a análise do bem-estar também incluem capacidades que são menos necessárias para o sobrevivência física (ROBEYNS, 2000, p.8).

Neste sentido, Sen (2010) apresenta cinco liberdades humanas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, onde:

1. Liberdades Políticas: incluem os direitos civis, e referem-se à oportunidade que as pessoas têm para determinar seus governantes, além de fiscalizar e criticar as autoridades;
2. Facilidades Econômicas: oportunidades que as pessoas têm para utilizar recursos econômicos com objetivos de consumo, produção ou troca;
3. Oportunidades Sociais: são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde e outros, nas quais contribuem para uma liberdade do indivíduo;
4. Garantias de Transparência: necessidade de sinceridade que as pessoas esperam uns dos outros;
5. Segurança Protetora: rede de segurança social, impossibilitando que as pessoas sejam afetadas a miséria, fome e seus males (SEN, 2010, P. 57-58).

As liberdades permitem o reforço da condição de agente do indivíduo e aumentam a capacitações. De acordo com Sen (2010, p. 361) “o trabalhador adscritício nascido na semiescavidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, [...] todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas”. Ao ser privado dos meios que possibilitam ao alcance de liberdades, o trabalhador escravizado não exerce a sua condição de agente, assim também não poderá desfrutar dos fins provenientes do alcance das cinco liberdades propostas por Sen.

Sen (2000, p. 54) enfatiza que “a eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos”. Por exemplo, o acesso a liberdades sociais, educação e saúde, aumenta a liberdade de segurança protetora, bem como as oportunidades econômicas.

A responsabilidade no alcance e na expansão das capacidades e liberdades individuais não são unicamente do Estado e poderá envolver todas as instituições e a comunidade. Isto posto, amplia-se a visão de que o indivíduo estaria sobre proteção única do Estado e reconhece o papel de outras instituições (ONG's, movimentos comunitários, associações e afins) como agentes de desenvolvimento. Quanto a isso Sen ressalta que:

O comportamento social com a liberdade individual obviamente não precisa atuar apenas por meio do estado, deve envolver também outras instituições: organizações políticas, sociais, disposições de bases comunitárias, instituições não governamentais de vários tipos, a mídia e outros meios de comunicação e entendimento público, bem como as instituições que permitem o funcionamento de mercados e relações contratuais (SEN, 2010, p. 362).

A Abordagem das Capacitações de Armatya Sen pode ser considerada uma das alternativas mais abrangentes no debate do desenvolvimento, porém as aplicações práticas podem ser criticadas e discutidas (BAGOLIN, 2005). A operacionalização ocorre de diversas maneiras. Deve-se definir a estratégia prática para avaliar o cenário, algumas capacidades são mais difíceis de mensurar que outras, as tentativas de submetê-las a uma mensuração podem às vezes ocultar mais do que revelar (SEN, 2010). Ele apresenta três alternativas práticas de abordagens:

1. Abordagem Direta: consiste em examinar diretamente o que se pode dizer sobre as vantagens mediante o estudo e a comparação de vetores de funcionamentos ou capacidades.
2. Abordagem Suplementar: relativamente não radical, envolve o uso contínuo de procedimentos tradicionais de comparações interpessoais no espaço das rendas, porém suplementando-os com considerações sobre capacidades.
3. Abordagem Indireta: mais ambiciosa do que a abordagem suplementar, mas permanece concentrada sobre o familiar espaço das rendas, apropriadamente ajustado (SEN, 2010, p. 113-115).

Por se tratar de uma abordagem geral, sem um procedimento específico para a operacionalização, Comim (2001) e Robeyns (2000) relatam a dificuldade de aplicação da Abordagem das Capacitações, inclusive tornando-a alvo de críticas. Robeyns (2000) relata também diversas análises que foram realizadas ao longo do tempo com base na Abordagem das Capacitações:

1. Sen (1981), comparou o PIB com as taxas de mortalidade infantil, e as políticas públicas com a qualidade da educação básica em diversos países;
2. Slottje (1991), utilizou 20 indicadores para mensurar o bem-estar em 126 países;
3. Ellman e Kontorovitch (1992), estudou o declínio nos padrões de vida da população, após o colapso da União Soviética;
4. Balestrino e Sciclone (2001), analisaram a correlação entre a renda e os funcionamentos, proporcionando bem-estar, na Itália;

No Brasil existem vários trabalhos que utilizaram a Abordagem das Capacitações em seus métodos de pesquisa e análise:

1. Bagolin (2005), estudou a origem e a evolução da Abordagem das Capacitações e do Desenvolvimento Humano;
2. Mattos (2006), estudou a pobreza rural;
3. Comim (2006), estudou a pobreza em Porto Alegre;
4. Barden (2009), desenvolveu um indicador social baseado nos Objetivos do Milênio, aplicado no estado do Rio Grande do Sul;
5. Lacerda (2009), estudou a pobreza na Bahia;
6. Picolotto (2010), analisou a educação com base nos dados da Prova Brasil.

Destarte, Comim (2001) classifica cinco grupos de metodologias para a aplicação da Abordagem das Capacitações:

1. Multivariate Studies: use of multivariate techniques (factor analysis, principal component analysis, fuzzy sets, etc) to identify and measure components of valuable functionings.
2. Empirical Studies: use of econometrics and/or descriptive statistics to challenge to unidimensional picture of poverty given by monetary indicators.
3. Case-study Applications: use of descriptive data (often based on surveys) to contextualize and put in evidence the complexity of a certain situation such as health care, culture, food relief, labour markets or education.
4. Theoretical Applications: use of arguments provided by the Capability Approach to illuminate the analysis of situations or cases of factual interest.
5. Methodological Applications: use of the framework provided by the Capability Approach to discuss issues that are difficult to be addressed within a Utilitarian perspective (COMIM, 2001, p.13)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Estudos multivariados: o uso de técnicas multivariadas (análise de fatorial, componente principal de análise, conjuntos fuzzy, etc) para identificar e mensurar os componentes valiosos dos funcionamentos;

Estudos empíricos: o uso da econometria e/ou estatística descritiva para desafiar a imagem unidimensional da pobreza dada pelos indicadores monetários;

Aplicações dos estudos de caso: o uso de dados descritivos (sempre baseados em pesquisas) para contextualizar e colocar em evidência a complexidade de uma determinada situação, como saúde, cultura, assistência alimentar, mercado de trabalho ou educação;

Aplicações teóricas: uso de argumentos fornecidos pela Abordagem das Capacitações para esclarecer a análise das situações ou casos de interesse;

Aplicações metodológicas: o uso da estrutura fornecida pela Abordagem das Capacitações para discutir questões que são difíceis de ser tratadas dentro de uma perspectiva utilitarista (COMIM, 2001, p.13).

Como visto, a Abordagem das Capacitações pode ser aplicada em diversos campos, isso dependerá das informações disponíveis para iniciar as avaliações valorativas. A escolha da estratégia de utilização dependerá do contexto e do objetivo a que lhe foi proposto. Comim (2001) ressalta que, cada utilização da abordagem tem seu mérito, podendo variar de acordo com o objetivo, a qualidade das informações e a urgência que as decisões precisam ser tomadas.

O posicionamento de Sen está alinhado com a concepção universal dos direitos humanos, percebendo a necessidade de desvincular unicamente a renda como critério de mensuração e incluir as capacitações, determinando que para um indivíduo alcançar o desenvolvimento ele necessitará de um conjunto de funcionamentos, que propiciem capacitações, consequentemente liberdades instrumentais, e que sejam capazes de ter ou fazer algo de acordo com suas escolhas e oportunidades. As barreiras que provocam a privação dessas capacitações devem ser eliminadas, pois elas impedem o processo de desenvolvimento humano.

Martha Craven Nussbaum, filósofa, também faz contribuições importantes para a construção do pensamento da Abordagem das Capacitações. Segundo Sen (2010, p. 14) a contribuição de Nussbaum é considerada essencial “para a investigação dos conceitos de capacidade e qualidade de vida”. De acordo com Barden (2009, p. 40), “Sen e Nussbaum compartilham a ideia das perspectivas éticas para as capacitações e da importância atribuída às liberdades políticas e às capacitações, que são valiosas sob o ponto de vista tanto individual quanto coletivo”. No entanto, segundo Barden (2009), os autores, divergem na forma com que as capacidades são utilizadas para avaliar o bem-estar e a qualidade de vida, enquanto Sen atribui às capacidades a um conjunto de funcionamentos, Nussbaum estabelece as capacidades humanas centrais.

De acordo com Robeyns (2000) a concepção de Nussbaum não tem a mesma perspectiva de Sen, que sugere uma abordagem ampla, podendo ser adaptada a diferentes contextos, já que ela oferece uma lista de “*central human functional capabilities*”. Para Bagolin e Porse apud Barden (2009), estas capacidades humanas centrais “constituem o mínimo necessário para que a pessoa seja ‘verdadeiramente humana’”.

Segundo Alkire (2003), Nussbaum especifica três tipos de capacidades, as “*basic capability*”, que é a base para as capacidades mais avançadas, ex.: ver, ouvir, falar, amor, gratidão e outros. As “*internal capability*” que refere-se ao fato de se ter condições suficientes para o desempenho de funções, ex.: maturidade corporal, capacidade para o funcionamento sexual, liberdades religiosa e outras. E por fim, “*combined capabilities*”, que são combinações entre as capacidades internas e adequadas condições externas para o desempenho de uma função, ex.: ser capaz de expressar sua opinião e executá-la dentro dos sistemas culturais e políticos.

Por se tratar de uma abordagem com conceitos e amplitude normatizados, Nussbaum apresentou uma lista com dez capacidades humanas centrais, relatadas abaixo:

1. Vida: ser capaz de viver até o fim do curso normal de uma vida humana, não morrendo prematuramente por falta de cuidados ou assistência, ou mesmo levar uma existência tão precária a ponto de não valer a pena viver;
2. Saúde física: ser capaz de ter boa saúde, inclusive saúde reprodutiva. Ter alimentação e abrigo adequados;
3. Integridade física: ser capaz de mover-se livremente de um lugar ao outro e estar seguro no que diz respeito a assaltos, abuso sexual e violência doméstica. Ter liberdade de satisfação sexual e de escolhas relacionadas a produção;
4. Sentidos, imaginação e pensamentos: ser capaz de utilizar os sentidos, a imaginação, o pensamento e a razão, e de realizar algo de uma maneira “verdadeiramente humana”, fruto de uma educação adequada, incluindo a alfabetização, a matemática e ciências básicas. Ser capaz de utilizar a mente em relação a experimentos e obras, ser capaz de usar a imaginação e os pensamentos nas áreas da política, arte e religião e ser protegido por garantias de liberdade de expressão. Ser capaz de ter experiências agradáveis e de evitar dor;
5. Emoções: ser capaz de ter afeto por coisas e pessoas, amar a quem nos ama e protege, e lamentar sua ausência. Amar, sofrer, experimentar a saudade, a gratidão e a raiva justificada. Não ter seu próprio desenvolvimento emocional marcado pelo medo e pela ansiedade;
6. Razões práticas: ser capaz de formar uma concepção de bem para si próprio e refletir de forma crítica sobre o planejamento da própria vida, garantindo a proteção da liberdade de consciência e de prática religiosa;
7. Filiação: ser capaz de viver com e para os outros, reconhecer e demonstrar preocupação pelo outros seres humanos, desenvolvendo empatia. Ser tratado como uma pessoa digna cujo valor é igual aos demais. Ser capaz de participar de diversas formas de interação social;
8. Outras espécies: ser capaz de se preocupar e de se relacionar com animais e plantas;
9. Lazer: ser capaz de rir, brincar e desfrutar de atividades de recreação;
10. Controle sobre o ambiente: no que diz respeito ao ambiente político, ser capaz de participar de fato das escolhas políticas que governam a vida, ter direito de participação política, liberdade de expressão e de associação. Em relação ao ambiente material, ser capaz de manter as propriedades de terra e bens móveis e ter esses direitos numa base de igualdade com os outros indivíduos (MATTOS apud NUSSBAUM, 2011, p. 33-34).

Mesmo elencando dez recursos essenciais para a dignidade da pessoa humana, a autora enfatiza o item 6 e 7, razões práticas e filiação, por considerar que estas duas capacidades sobrepõem-se a todas as outras e, por sua vez, constituem um exercício verdadeiramente humano. Para Nussbaum (2000) é papel das instituições garantir que um nível mínimo de capacidades centrais sejam alcançadas pelos indivíduos.

Barden (2009) alerta que a abordagem de Nussbaum apresenta uma objetividade maior que a de Sen, porém também requer um rigor metodológico para a sua operacionalização. Tanto Sen como Nussbaum em suas abordagens buscam a promoção do bem-estar e o desenvolvimento humano, sendo similares em diversos aspectos, como na sua operacionalização e na multidimensionalidade. Por fim, os autores, mesmo divergentes, em alguns aspectos, principalmente na amplitude das capacidades, se complementam em seus objetivos finais.

A ótica do desenvolvimento humano discutida por Sen e Nussbaum contrapõe os conceitos de crescimento econômico e do utilitarismo e demonstra a necessidade de proporcionar capacidades básicas para o indivíduo, para que ele possa ter a oportunidade de escolher seu bem-estar. Responsabiliza as instituições, sejam elas, públicas, privadas ou sem fins lucrativos para que estas desenvolvam políticas públicas que contribuam para esse processo. O indivíduo deve ser agente ativo e influenciador e não somente impactado pelas mazelas provocadas pelas desigualdades sociais. Esse pensamento propicia mudanças econômicas, culturais e sociais, tanto para o indivíduo como para a sociedade.

A Abordagem das Capacitações traz uma preocupação fundamental com a necessidade de proporcionar ao ser humano o bem-estar, eliminando privações como pobreza, precariedade na saúde, falta de educação, ausência de políticas públicas e afins. Neste sentido, um dos enfoques de Sen e Nussbaum é garantir os direitos fundamentais e a dignidade aos indivíduos de quaisquer sociedades. Os direitos fundamentais e as liberdades básicas são elementos essenciais para a vida das pessoas e, como visto, a privação destes impacta no desenvolvimento de outros funcionamentos, relacionados ao respeito dos direitos humanos propostos tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal.

## 2.4 Direitos humanos

A história traz fatos de lutas pelos direitos individuais e da sociedade, desde a antiguidade, contudo a partir das grandes guerras mundiais essa temática é fortalecida e começam a ser desenhadas as diretrizes para os direitos e liberdades básicas de todos os homens. De acordo com Moraes (2007, p. 6) “A origem dos direitos individuais do homem pode ser apontada no antigo Egito e Mesopotâmia, no terceiro milênio a.C, onde já eram previstos alguns mecanismos para proteção individual em relação ao Estado”. Para Ferreira Filho (2008), as primeiras declarações de direitos humanos promulgadas foram na Virgínia em 1776 e França em 1783.

Segundo Lemos (2001), a concepção de proteção aos direitos humanos foi enfatizada com a criação de organizações que tinham como objetivo a defesa desses direitos. De acordo com o autor, a história dessas organizações teve início em 1859, na Suíça, com um Comitê Internacional da Cruz Vermelha, criado para socorrer os feridos de guerra. Sua atuação obteve repercussões internacionais, expandindo as fronteiras, de modo a incentivar o governo suíço a convocar uma conferência diplomática para que as nações discutissem o tema, originando a minuta da primeira Convenção de Genebra.

Em 1946, foi instituída a Comissão de Direitos Humanos (CHD), órgão vinculado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), que foi um dos marcos na luta pelos direitos do homem. Apesar de alguns quadros adversos, a Comissão elaborou a minuta da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948 (LEMOS, 2001).

A DUDH foi concebida ainda sob os impactos da Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945, quando o número de mortos foi estimado em torno de 60 milhões, com aproximadamente 40 milhões de refugiados. “A Declaração foi redigida com o intuito de proclamar definitivamente os direitos fundamentais da humanidade” (MONDAINI, 2006, p. 148). Os direitos fundamentais são os direitos aos cidadãos, de todas as sociedades, e têm como finalidade assegurar condições mínimas para que o homem possa desfrutar de sua vida de modo pleno e de forma sadia. Ainda, segundo o autor, a Declaração define os direitos humanos como o acúmulo de três níveis diferenciados de direito: civis, políticos e sociais.



O respeito inviolável à dignidade da pessoa humana também é tratado na DUDH, o fato de ser humano merece respeito, independentemente de sua origem, raça, gênero, idade, estado civil, condição social e religião. Neste sentido, ninguém pode ser impedido de desfrutar de seus direitos devido suas deficiências e, até mesmo, desvios morais de conduta.

Durante anos, algumas autoridades morais se destacaram na luta pelos direitos humanos, entre eles: o Papa João Paulo II<sup>8</sup>, Martin Luther King<sup>9</sup>, Andrei Sakharov<sup>10</sup>, Madre Tereza<sup>11</sup> e Kofi Annan<sup>12</sup> (MORANGE, 2004).

As constituições brasileiras contemplaram a evolução histórica dos direitos humanos, com conteúdos específicos ao tema. Moraes (2007, p. 13-15), relata as constituições promulgadas e os respectivos artigos que asseguram tais direitos:

1. A Constituição Política do Império do Brasil, jurada em 25 de março de 1824, previa no seu título VIII, art. 179, garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros;
2. 1ª Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891, expressa um rol de direitos humanos fundamentais no Título III – Seção II;
3. Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 assegurou esses direitos no seu art. 113 e seus 38 incisos;
4. A Constituição de 10 de novembro de 1937, apesar das características políticas preponderantes a época, consagra os direitos e garantias individuais com 17 incisos no seu art. 122;

---

<sup>8</sup> Papa da Igreja Católica Apostólica Romana de 16 de outubro de 1978 até sua morte em 02 de abril de 2005 e considerado como um dos líderes mundiais mais influentes do século XX.

<sup>9</sup> Pastor protestante e ativista político estadunidense, foi um dos líderes mais importantes do movimento dos direitos civis dos negros nos EUA, com a campanha “Não a violência e amor ao próximo”. Em 14 de outubro de 1964 ganhou o Prêmio Nobel da Paz.

<sup>10</sup> Físico nuclear, participou do primeiro plano para fabricação da bomba de hidrogênio, contudo adiante pediu a limitação do uso de armamento nucleares. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1975, pela sua luta pelos direitos humanos na União Soviética.

<sup>11</sup> Missionária católica, beatificada pela Igreja Católica em 2003, fundou a congregação “Missionárias da Caridade”, ajudava em todo o mundo crianças abandonadas, pessoas com soro positivo, mulheres abusadas sexualmente, leprosos e outros.

<sup>12</sup> Diplomata de Gana, entre 1997 e 2007, foi o sétimo secretário geral da ONU e ganhador o Prêmio Nobel da Paz em 2001.

5. A Constituição de 18 de setembro de 1946, além de prever um capítulo específico, Título IV - Capítulo II, estabelece no art. 157 os diversos direitos sociais relativos aos trabalhadores e empregados;
6. A Constituição de 24 de janeiro de 1967 continuou assegurando os direitos individuais e os direitos sociais promulgados na Constituição anterior;
7. A Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969 manteve os direitos humanos fundamentais, mas sem nenhuma alteração substancial;
8. A Constituição de 5 de outubro de 1988 trouxe os direitos e garantias fundamentais, subdividas em cinco capítulos: direitos individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos.

A legislação nacional vigente de 1988, no artigo 5º, dispõe dos seguintes termos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, art 5º, p. 15). Prosseguindo no mesmo sentido o legislador federal ampliou a dimensão de tais direitos ao determinar no artigo 6º que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, art 5º, p. 20).

Já os direitos à nacionalidade, tratados no art. 12º da Constituição, criam um vínculo jurídico político entre o indivíduo e o Estado, colocando o indivíduo em parte de um povo, podendo exigir seus direitos, bem como cumprir seus deveres como cidadão. No intuito de permitir o exercício concreto da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado, o art. 14º, 15º e 16º garantem os direitos políticos aos indivíduos, ressaltando também o art. 1º, que afirma que o poder emana do povo. Os direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos são tratados no art. 17º.

Como visto, a Carta Magna de 1988 trouxe um progresso na proteção aos direitos individuais, tratando sob diversos aspectos os direitos humanos, posto que foram concebidos a partir da DUDH, inclusive absorvendo seu artigo 4º que trata da tortura e tratamento desumano. A DUDH apresentou prerrogativas e obrigações tanto para o Estado como para o cidadão, constituindo os direitos humanos como um dever de todos. Destarte, é salutar enfatizar que esse conjunto de normas jurídicas propostos pela DUDH e pela Constituição

Federal além de regulamentar os direitos fundamentais do indivíduo, traz a ideia e busca a sensibilizar a sociedade quanto à construção de valores humanitários e ao respeito pela dignidade da pessoa humana, garantindo assim os direitos fundamentais.

Diante disto verificou-se a construção dos conceitos de desenvolvimento humano, que advém de uma ótica econômica e passa a ser vista de forma humanitária, trazendo como princípios, o bem-estar, as capacitações, as oportunidades de escolhas e as liberdades. Nessa perspectiva, a Abordagem das Capacitações de Sen, apresenta cinco liberdades essenciais para que o ser humano possa ter a capacidade de desfrutar do bem-estar e desenvolver-se. Contudo, para alcançar tal desenvolvimento é necessário eliminar privações, dentre elas a ausência dos direitos humanos, entretanto, há uma evolução no reconhecimento desses direitos, inclusive determinando como crime o desrespeito deste. Assim, tanto a Abordagem das Capacitações como os direitos humanos priorizam o indivíduo e a garantia de alcance de uma vida boa.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO**

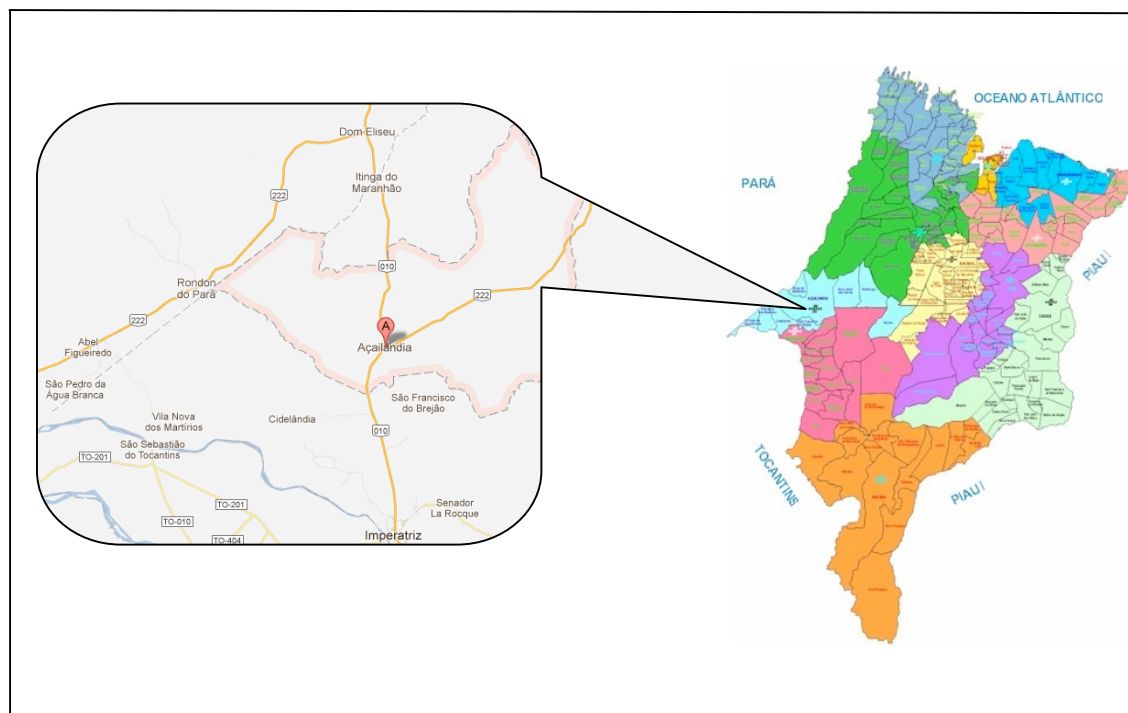
Este capítulo tem como objetivo caracterizar o estudo, que refere-se ao município de Açailândia/MA, o trabalho escravo e o CDVDH/CB. São detalhadas as características do município, o qual está inserido em uma das regiões com maior índice de trabalho escravo no estado. Conceitua-se o trabalho escravo e abordam-se as legislações pertinentes e as situações em que vivem os trabalhadores escravos, que motivou a criação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán. Quanto ao CDVDH/CB são apresentados seus objetivos, metodologias de ações, organização funcional e as suas principais ações de apoio realizadas.

#### **3.1 Açailândia**

Com a construção da BR (Brasil Rodovias ) 010, conhecida como “Belém – Brasília”, diversas áreas foram desbravadas. Esta estrada foi feita para ligar a região Norte à Capital Federal, idealizada por Juscelino Kubitschek. Após a conclusão da etapa que passava por Imperatriz/MA e a necessidade de dar continuidade à obra, cerca de 1.200 homens acamparam na região e deram início, em 1958, a vila Açailândia. O nome do município é proveniente de um fruto que era encontrado em quantidade na região, o Açaí.

A região logo recebeu pessoas vindas de diversos estados do Brasil e até de outros países. Em 6 de junho de 1981 foi elevado à categoria de município, pela lei estadual número 4295, sendo emancipado de Imperatriz/MA (IBGE, 2013, texto digital).

Figura 4: Localização geográfica de Açailândia/MA



Fonte: Adaptado Google Maps (2013)

A cidade localizada no sul do estado do Maranhão, a 550 km da capital São Luís, às margens da rodovia federal BR 010 e da rodovia estadual BR 222, é cortada pelas ferrovias Carajás e Norte Sul. Está próxima ao estado do Pará, Tocantins e Piauí, a 527 km da capital Belém/PA, 688 km de Palmas/TO e 659 km de Teresina/PI.

A principal fonte econômica é a exportação de ferro gusa, produzido por indústrias siderúrgicas instaladas na região, responsável pela maior parte da geração de emprego, renda e arrecadação de impostos, porém outras atividades destacam-se na região. O comércio na área urbana e na área rural a pecuária. A região concentra um dos maiores rebanhos bovinos e a maior produção de leite do estado, com cerca de 91% do leite oriundo da região compreendida entre Imperatriz e Açailândia (SEBRAE, 2009).

O município possui uma população de 104.013 habitantes e uma economia ativa, com um PIB per capita de 12.567,81 reais, atrás somente de capital, São Luís com 17.703,61 reais, enquanto Imperatriz, terceira colocada, tem 8.562,28 reais. Trantando-se do PIB total o município é o terceiro do estado, com 1.307.215 mil reais, sendo que a capital possui 17.915.048 mil reais e Imperatriz 2.119.619 mil reais (IBGE, 2010).

No que tange à educação, conforme o IBGE (2000), o número de matrículas totalizando o ensino infantil, fundamental e médio foi inferior à quantidade de crianças e adolescentes. A estrutura educacional em 2005 possuía 173 escolas, a grande maioria municipais, e 1255 professores, somando todos os níveis (FUNDAÇÃO VALE, 2006, p. 5). Em 2010, 12,1% das crianças entre 7 e 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental e a taxa de conclusão entre os jovens de 15 a 17 anos era de 52,9% (PORTAL ODM, 2013, texto digital). Os adolescentes que estão no nível superior se deslocam para Imperatriz/MA, distante cerca de 70 Km, pois a cidade só possui uma universidade pública, com pouca oferta de vagas em relação à demanda.

Quanto à saúde, em 2005, o município contava com quatro hospitais que ofereciam 253 leitos, destes, 134 estavam integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e 19 postos de saúde. A média de consultas realizadas por habitante foi de 0,83, abaixo do considerado aceitável pelo Ministério da Saúde de 1,5 por habitante (FUNDAÇÃO VALE, 2006, p. 6).

As pessoas em condições sociais vulneráveis foram atendidas por programas sociais, como o Bolsa Família, que contemplou a 13.008 famílias em novembro de 2013 (CAIXA, 2013, texto digital). Além dos programas federais, a prefeitura criou outros programas como: Atenção à Pessoa Idosa, Atenção às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, entre outros, contemplando cerca de 1700 pessoas (FUNDAÇÃO VALE, 2006, p. 7). Contudo nenhum programa social voltado para o trabalhador escravo. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com os critérios estabelecidos pelo PNUD, o município tem índice médio, de 0,66 (PNUD, 2003).

Mesmo com pouco mais de 30 anos, o município desponta no estado devido sua importância econômica, porém esse crescimento sem planejamento e infraestrutura, trouxe algumas mazelas: pobreza, inchaço urbano, violência e problemas ambientais.

### **3.2 Trabalho escravo**

A história brasileira foi marcada pelo processo de escravidão, que iniciado por volta do século XV com a chegada dos navegantes portugueses e espanhóis, que vinham em busca de riqueza e prosperidade. A primeira força de trabalho utilizada nas terras brasileiras foram

os índios, que atraídos por bugigangas<sup>13</sup> e persuadidos pelo processo de catequização coordenado pelos padres jesuítas, foram explorados e escravizados pelos colonizadores.

Porém o índio não se deixou dominar facilmente pelos europeus. Mello (2005, p. 18) destaca que “os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intenso, regular e compulsório exigido pelos europeus. [...] Por isso, resistiam à escravidão pela guerra, pela fuga e pela recusa ao trabalho compulsório”. Além das lutas que provocou a morte de milhares de indígenas, eles eram vulneráveis a doenças como sarampo, varíola e gripe, pois não possuíam resistência biológica. Com a necessidade de mão de obra para manter o crescimento econômico, os portugueses que já conheciam e tinham contato com o tráfico de escravos africanos, iniciaram a alternância da mão de obra escrava.

Segundo Padro Júnior (2002) mesmo tendo confiança com o trabalho indígena os europeus preferiam a mão de obra africana, pois os negros eram mais fortes e resistentes ao trabalho intenso, além da facilidade que se tinha para aquisição desse tipo de escravo.

Por anos a escravidão no Brasil foi considerada legal, contudo em setembro de 1971 foi dado o primeiro passo para a proibição do trabalho escravo, com a promulgação da Lei nº 2.040, denominada Lei do Vente Livre<sup>14</sup>, que garantia a liberdade das crianças, filhos de escravos, nascidas a partir desta data. Contudo, como afirma Jardim (2007, p. 32) “percebe-se facilmente na legislação maneiras de preservar elementos de escravidão seja pela exploração da criança ou pela indenização a que fazia jus o proprietário”. A lei rezava que a criança ficaria sob os cuidados do escravista até os oito anos de idade e, após esse período, era opcional para o escravista o recebimento de uma indenização ou a utilização até os 21 anos dos serviços braçais do escravizado.

---

<sup>13</sup> Pequenos artefatos de baixo valor como: espelhos, bijuterias, roupas, chapéus e outros utensílios).

<sup>14</sup> Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1º - Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei (LEIS HISTÓRICAS, 2014, texto digital).

Em setembro de 1885 o legislativo publicou a Lei nº 3.270 denominada Lei dos sexagenários<sup>15</sup>, estabelecendo, direito a liberdade dos escravos com mais de sessenta anos. Os traços de conservadorismo da escravidão são percebidos também neste normativo, visto que, pela ausência de indenização os ex-escravos eram obrigados a prestar serviços aos ex-senhores pelo período de três anos e, ainda, a obrigatoriedade de estabelecer moradia no município que fora escravizado por período de cinco anos, sob pena de, se capturado, ser obrigado a prestar trabalho forçado para o poder público.

Mesmo as duas leis não tendo garantido liberdade total aos escravizados, foram consideradas por Jardim (2007) um avanço paulatino no processo de abolição da escravatura, que veio ocorrer em maio de 1888, pela Lei nº 3.353<sup>16</sup>, que tinha apenas dois artigos, conhecida como Lei Áurea.

Ainda segundo Jardim (2007, p. 38), “determinados focos de tensão insertos na estrutura da escravidão acabaram se modificando em sua forma por ocasião da abolição, mas não se extinguindo”. A inserção do ex-escravo em sociedade não se deu de maneira natural e automática, pois não havia políticas sociais de proteção, não significando vida nova para os escravizados, pois continuavam em um realidade de pobreza e falta de oportunidades.

Pronto. Tinha acabado a escravidão. Na corte, deram um baile comemorativo. Os negros só puderam entrar como criados. Depois da abolição, a data era comemorada ostensivamente pelas elites, sem nenhuma voz dos negros. Para que ninguém discutisse a situação dos ex-escravos. A lei não previa nenhuma proteção social. De escravos, os negros tornaram-se trabalhadores muito pobres (e poderia ser diferente, quando você deixa de ser um escravo?), sem chance de progredir numa sociedade de latifundiários cheios de preconceito (SCHMIDT, 1997, P.198).

---

<sup>15</sup> Art. 3º Os escravos inscriptos na matrícula serão libertados mediante indenização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.

§ 10º São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei, ficando, porém, obrigados a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos (LEIS HISTÓRICAS, 2014, texto digital).

<sup>16</sup> Declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário (LEIS HISTÓRICAS, 2014, texto digital).



A Lei Áurea pôs um fim no termo escravidão, mas ela não deixou de existir, nem logo após a Lei Áurea e mesmo hoje. É comum encontrar pessoas submetidas à condição análoga de trabalho escravo. Contudo algumas diferenças pontuais se apresentam em relação ao trabalho escravo na época do Brasil colônia e atualmente, denominado como de trabalho escravo contemporâneo.

O trabalho escravo contemporâneo é aquele que abrange uma multiplicidade de situações em que se registram mecanismos de coerção e de violência disciplinando as relações de trabalho, numa flagrante violação das legislações trabalhistas e penal e sendo visualizadas no conjunto das ocorrências nas quais são verificados atos de uso da força, recursos e constrangimentos físicos e morais para manter trabalhadores a jornadas não-fixadas e a execução de atividades, quaisquer que sejam, sem que lhe seja permitido um livre deslocamento, incluindo ainda todas as formas de imobilização da força de trabalho, tanto pela moradia, quanto pela peonagem da dívida (SOUZA et al., 2004, p. 22).

Segundo Sousa (2007), o tempo reformulou o modelo de escravidão e trouxe características distintas, principalmente em questões econômicas. Ainda segundo a autora a escravidão era menos lucrativa, devido aos custos elevados de aquisição do trabalhador, as despesas com manutenção se dava durante toda a vida. Em contrapartida, atualmente não há gastos com a aquisição, pois são aliciados e não comprados. Há apenas pequenos gastos de transporte e quando não há mais a necessidade de mão de obra, eles são liberados sem que nenhuma remuneração e direitos trabalhistas sejam pagos. Contudo, a autora ressalta que, nos dois momentos os escravistas obtiveram lucro desta prática, sendo que atualmente os ganhos são maiores.

Os escravos deixam de ser índios, ou negros africanos e passam a ser as classes oprimidas e vulneráveis, que na expectativa de obter sustento se submetem a quaisquer formas de trabalho: “qualquer pessoa, contando que seja, desinformado e necessitado, pode virar o escravo contemporâneo, independentemente de sua etnia” (SOUSA, 2007, p. 39). Segundo a revisa Escravo, nem pensar (2012, p. 33) o perfil do trabalhador escravo no Brasil é de 96% homens e 4% mulheres. Destes homens, 80% têm entre 18 e 44 anos, analfabetos ou até com dois anos de estudo, oriundos na sua grande maioria, dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Ceará.

A ONG Repórter Brasil traçou uma análise comparativa entre o antigo e o novo modelo de escravidão, com base nos estudos do sociólogo Kevin Bales<sup>17</sup>, sistematizando as principais diferenças, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Comparativo entre os modelos de escravidão: antigo e atual

	Antiga escravidão	Escravidão contemporânea
Propriedade legal	Permitida.	Proibida.
Custo de aquisição de mão de obra	Alto, a riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos.	Muito baixo, não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas o transporte.
Lucros	Baixos, havia custos com a manutenção dos escravos.	Altos, se alguém fica doente, quando o trabalho acabado, são mandados embora sem nenhum direito.
Mão de obra	Escassa, dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução.	Descartável, um grande contingente de trabalhadores desempregados.
Relacionamento	Longo período, a vida inteira do escravo e até de seus descendentes.	Curto período, terminando o serviço, não é mais necessário prover o sustento.
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização.	Pouco relevante, qualquer pessoa pobre e miserável pode se tornar, independente da cor da pele.
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.

Fonte: Repórter Brasil (2014, texto digital)

O Quadro 1 traz diferenças pontuais entre os modelos de escravidão, porém quanto à manutenção da ordem ainda são utilizados os mesmos métodos de violência e coerção física. Conforme o Repórter Brasil a rentabilidade da escravidão contemporânea é superior, além da facilidade de aliciamento de indivíduos pobres e vulneráveis, esses fatores proporcionam o crescimento desta prática. Segundo o CDVDH/CB (2012) em 2012, foram atendidas cerca de 250 pessoas por mês, as quais foram submetidas a alguma condição de trabalho escravo ou outra privação de direitos humanos.

---

<sup>17</sup> Co-fundador da ONG *Free the slaves* e têm como principal obra *Disposable People: New slavery in the global economy*.

Os fazendeiros aliciam trabalhadores de outras regiões, com promessa de bons empregos e boa condição de vida, mas a intenção de buscá-los em outra região é isolá-lo para dificultar uma possível fuga, após os mesmos estarem alojados nas fazendas, nas carvoarias e outros empreendimentos são sujeitos a uma condição desumana de vida e de trabalho e ainda cria um ciclo infinito de débitos, cobrando ferramentas de trabalho, estadia e alimentação a preços exorbitantes, para assim justificarem o não recebimento de proventos (CDVDH/CB, 2012, texto digital).

As pessoas expostas a essa condição vivem em situações desumanas, alojados em redes colocadas em galpões, sem acesso à água potável e instalações sanitárias, com alimentação precária, baixa remuneração e um sistema de endividamento a favor do empregador, sendo sujeitos a um regime de escravidão. A realidade enfrentada por essas pessoas é apresentada pela ONG Observatório Social:

Homens que perderam a liberdade, não recebem salários, dormem em currais, comem como animais, não têm assistência médica e, em muitos casos, são vigiados por pistoleiros autorizados a matar quem tentar fugir. Esses trabalhadores, em sua maioria, não sabem ler nem escrever. Em geral, esqueceram a data do aniversário. Têm dificuldades de se expressar, sentem medo, vivem acuados e não gostam de falar sobre si mesmos. Quase sempre, não possuem carteira de identidade nem título de eleitor. São como fantasmas, com futuro incerto (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p.14).

A legislação federal normatiza o trabalho através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que surgiu em 1943, pelo Decreto Lei nº 5452. Seu objetivo principal é a regulamentação das relações individuais e coletivas de trabalho, porém a inclusão dos trabalhadores rurais ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição vigente. Dentre os assuntos tratados, a CLT assegura aos trabalhadores diversos direitos como: registro de trabalho, jornada, descanso, férias, medicina no trabalho, categorias especiais de trabalhadores, indenização, seguro-desemprego, salário, licenças, aposentadoria e afins.

Além da CLT o Código Penal (CP) também contempla as causas de trabalho escravo, caracterizando como crime:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, sob pena de dois a oito anos e multa, além da pena correspondente a violência (CP, art. 149, p. 532).

Conforme a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE, 2013), entre os anos de 1995 a 2012, foram realizadas no Brasil 1.393 operações de fiscalizações em um total de 3.441 estabelecimentos inspecionados, sendo resgatados

44.415 trabalhadores. Contudo, conforme tabela 1, o número de trabalhadores libertados em 2012 aumentou em relação a 2011 e 2010, porém ao verificar o número de operações e o número de estabelecimentos inspecionados percebe-se uma redução, o que demonstra uma mudança nas características dos casos, onde têm-se mais trabalhadores escravizados por estabelecimento fiscalizado.

Tabela 1: Fiscalizações entre 2010 à 2012

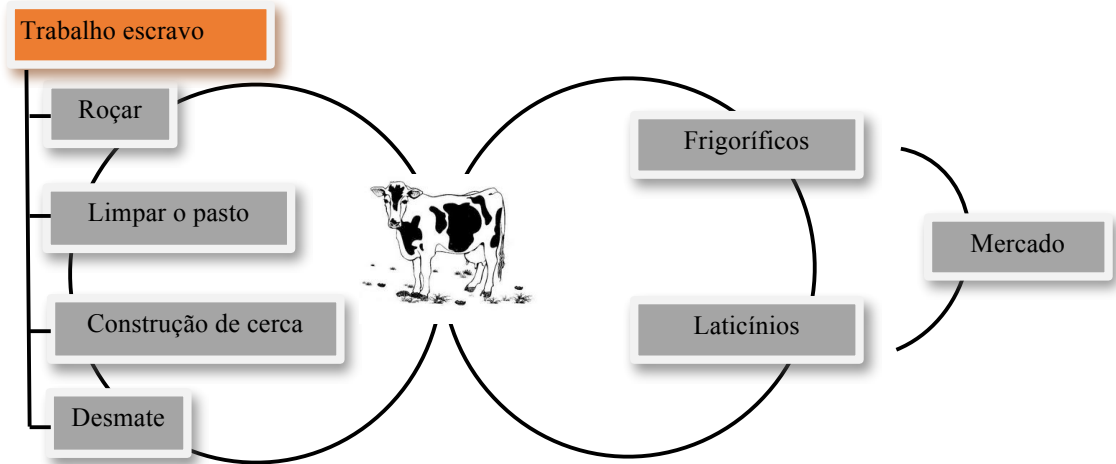
Ano	Nº de Operações	Nº de Estabelecimentos fiscalizados	Nº de Libertações
2010	170	341	2485
2011	142	310	2628
2012	141	255	2750

Fonte: Quadro geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – SIT/SRTE - 1995 a 2012 (DETRAE, 2013)

Em 2012, no Maranhão, foram realizadas cinco operações e dez estabelecimentos foram inspecionados, resultando em 67 libertações (DETRAE, 2013). Conforme a OIT (2006), Açailândia/MA está entre as cidades com maior número de trabalhadores mantidos em regime de escravidão, considerando a quantidade de pessoas libertadas, o município ocupava a 10ª posição no País, atrás de municípios do Pará, Bahia e Mato Grosso. No entanto, o município ocupa a primeira posição no ranking estadual. Segundo a OIT (apud Escravo, Nem Nensar 2012, p. 27) há cerca de 20,9 milhões de pessoas escravizadas no mundo.

As atividades econômicas que utilizam o trabalho escravo no estado do Maranhão são pecuária, carvão e a lavoura, sendo que de acordo com Plassat (2007), cerca de 90% dos casos estão concentrados na pecuária. Os produtores rurais utilizam do trabalho escravo com fins econômicos, diminuindo os custos de produção, assim aumentam sua competitividade no mercado e, conseqüentemente, o lucro da sua operação. A Figura 5 apresenta a ciclo do trabalho escravo nas fazendas no Maranhão.

Figura 5: Ciclo do trabalho escravo nas fazendas



Fonte: Adaptado a partir de Escravo, Nem Pensar (2012)

Apesar do Maranhão ter seus maiores números de trabalho escravo concentrado nas fazendas, a região de Açailândia/MA, objeto do estudo, possui uma característica peculiar, sua principal fonte de renda são das indústrias beneficiadoras de ferro. Isto posto, a Figura 6, apresenta o ciclo do trabalho escravo nas carvoarias, que estão inseridas no processo produtivo das indústrias locais, as quais impulsionam economicamente o município, alavancam também os números de trabalho escravo.

Figura 6: Ciclo do trabalho escravo nas carvoarias



Fonte: Adaptado a partir de Escravo, Nem Pensar (2012, p. 103)

Em ambos os ciclos apresentados nas Figuras 5 e 6, percebe-se que ao final do processo produtivo estão os consumidores que utilizam-se de tais produtos sem ter ciência de que no decorrer do processo foram praticados atos de escravidão. Da mesma forma os

laticínios, frigoríficos e as indústrias, que não acompanham e nem possuem autonomia sobre a confecção da sua matéria prima.

Contudo, o trabalho escravo só permanece pela sua lucratividade, já que se os indivíduos que os praticam não conseguissem escoar sua produção, não fazia sentido fazê-lo. Para tanto, no intuito de banir ou pelo menos amenizar este cenário, o governo federal criou um conjunto de ações. Em 2003, foi divulgada uma “lista suja”, contendo um cadastro de infratores, pessoas que comprovadamente utilizaram-se dessa forma ilegal de trabalho, com base nessa lista o direito a crédito em instituições financeiras nacionais e internacionais foram suspensos e as empresas privadas poderiam assim filtrar seus fornecedores. “Também foi lançado o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que reúne empresas e associações, comprometidas a estabelecer medidas para manter seu processo produtivo longe do trabalho escravo” (SAKAMOTO, 2007, p.59).

O esforço nacional para combater o trabalho escravo também resultou em outras ações, conforme Borges (2007):

1. Aumento da mídia nacional para prevenção deste crime;
2. Bolsa família para trabalhadores escravos em 2005;
3. Campanha nacional contra o trabalho escravo em 2003;
4. Criação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) em 2003;
5. Criação de Varas itinerantes na Justiça do Trabalho em 2002;
6. Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil em 2003;

Além da legislação federal e o empenho das entidades governamentais em criar programas que combatam o trabalho escravo, as Organizações não Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais aparecem no cenário brasileiro como opção de luta e apoio pela cidadania.

As ONGs e os movimentos sociais podem ser definidos como:

Espaços públicos por fora da esfera do Estado, responsáveis pela instituição de novos valores, normas e padrões de comportamento que questionam profundamente o atual modelo de desenvolvimento, e que por isso, são hoje, talvez, os atores

potencialmente mais capazes de romper com a lógica individualista e predatória. (FÓRUM DAS ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO apud HERCULANO, 2000, p. 126).

O termo Organização não Governamental (ONG) é oriundo da Ata de Constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1945, que em seu artigo 71, estabeleceu que seu Conselho Econômico e Social poderia fazer acordos adequados de consultoria com Organizações não Governamentais.

No entanto, o surgimento dessas entidades é de um período anterior, em virtude da luta pela defesa dos direitos humanos. Lemos (2001) ao expor sobre a primeira guerra mundial e proteção dos direitos humanos, relata que em 1939 já funcionavam mais de 70 organizações dedicadas à preservação desses direitos.

Desta forma, as ONGs são entidades sem fins lucrativos, independentes da administração pública e que têm como missão o voluntariado e a melhoria dos aspectos sociais de uma comunidade, podendo ter diversas formas jurídicas, como: associações, fundações, cooperativas e outras. Segundo Castillo (apud Herculano 2000, p. 127), as ONGs<sup>18</sup> podem se referir a “centros de pesquisa, partidos, organizações sindicais, igrejas, associações profissionais, universidades, órgãos de setores populares, entidades de cooperação financeira e etc, todas dedicadas especificamente a promover e realizar projetos de desenvolvimento”.

Enquanto as ONGs são juridicamente constituídas, os movimentos sociais referem-se à espontaneidade do cidadão, uma ação coletiva de um grupo que busca alcançar mudanças

---

<sup>18</sup> Haddad (2000) ressalta que, as ONGs ganharam visibilidade na sociedade brasileira e que muitas vezes não correspondem ao que efetivamente fazem ou são capazes de fazer, pouco se conhecendo os seus limites e as potencialidades. Enquanto, Nerfin (1991) alerta quanto à quantidade de ONGs existentes, em 1991 já havia cerca de 12.000 ONGs ligadas ao sistema das Nações Unidas, que por sua vez, possam ser entidades obsoletas, improdutivas e utilizadas para desvio de verbas e outros atos ilícitos. Através do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, o Governo Federal criou o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, que tem por objetivo consolidar e divulgar relação das entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal. Em Abril de 2014 está lista possuía 4.203 entidades impedidas (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014, texto digital)

sociais, seja por um embate político ou uma mobilização civil. Segundo Herculano (2000, p. 147), os movimentos sociais tem como características gerais a “informalidade, baixa organicidade, intermitência, fluidez, inspiração política das esquerdas e a maior expressão numérica de participantes”.

A expressão “movimentos sociais” se consagrou a partir dos estudos do sociólogo Manuel Castells, na década de 70, ao acompanhar as reivindicações e protestos urbanos das classes pobres de Madrid, no contexto do final da ditadura franquista. A partir de uma análise marxista, Castells procurou inovar teoricamente esta perspectiva, vendo os movimentos sociais urbanos em busca do direito aos meios de consumo coletivo (escolas, hospitais, ruas asfaltadas, abastecimento de água, rede de transporte, etc.) como tão contestatórios ao capitalismo, no que diz respeito ao consumo, quanto o movimento proletário, no que diz respeito à esfera da produção (HERCULANO, 2000, p. 148)

Na convergência de interesses a ação coletiva ganha força e alguns movimentos sociais contrariam suas características gerais, sendo movimentos contínuos e organizados, como o Movimento sem Terra (MST). O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB), organização objeto deste estudo, é fruto de uma mobilização social, que organizadamente tornou-se ONG.

### **3.3 Centro de Defesa da Vida dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB)**

Para o enfrentamento do trabalho escravo, a grave e sistemática violação dos direitos humanos e do desrespeito à vida, participantes de movimentos populares e pessoas ligadas à Igreja Católica, em 18 de novembro 1996, criaram o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB) de Açailândia/MA, com o objetivo de “defender a vida onde for mais ameaçada e os direitos humanos onde forem menos reconhecidos com atenção privilegiada aos mais pobres e explorados” (CDVDH/CB, 2008, p. 1).

Os objetivos específicos da organização são:

- I Defender judicial e extrajudicial direitos e interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos garantidos e previstos pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual ou pela Lei Orgânica do Município de Açailândia;
- II Denunciar e combater a violação dos direitos humanos individuais ou coletivos dentro de sua área de atuação;
- III Promover atividades educativas sobre direitos básicos, individuais ou coletivos dos cidadãos;



- IV Divulgar os direitos individuais e coletivos inerentes à pessoa humana, inclusive os previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal do Brasil e nas Leis Ordinárias do País;
- V Defender os interesses infanto-juvenis garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Constituição Federal, pela Lei 8069/90, dentre outras Leis que regulam a matéria;
- VI Reivindicar o cumprimento das funções do Estado no que toca à execução das políticas públicas;
- VII Promover campanhas contra a violência;
- VIII Promover a radiodifusão e qualquer outro meio de difusão para a defesa da vida e dos direitos humanos;
- IX Trabalhar na linha assistencialista para a consecução do objetivo geral do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos nos campos da conscientização, assistência e seguimento de casos concretos, promoção de atividades formativas para crianças e adolescentes, formação de adultos, geração de emprego e renda e quaisquer outras que possam favorecer os citados objetivos (CDVDH/CB, 2008, p. 1-2).

O objetivo é oportunizar um espaço onde as pessoas, independente de raça, gênero e religião pudessem ser recebidas e ouvidas, onde os oprimidos e cerceados de direitos humanos pudessem recuperar sua dignidade. O papel do CDVDH/CB como disposto nos seus objetivos é pautado por valores como cooperativismo, solidariedade, liberdade, democracia, justiça social, equidade, participação, universalidade e honestidade.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Caixas/MA, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente P. Marcos Passerini de São Luis/MA, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa de Fortaleza/CE entre outros, auxiliaram com suas experiências na criação do CDVDH/CB de Açailândia/MA. A sigla CB é uma homenagem a uma das fundadoras, Carmem Bascarán.

As atividades do CDVDH/CB estão voltadas para o combate ao trabalho escravo, com o intuito de garantir a efetivação dos direitos humanos para pessoas que estão em condição social e econômica vulneráveis.

Após dezesseis anos de apoio, o CDVDH/CB é citado pela relevância do seu trabalho no combate ao trabalho escravo e na promoção do desenvolvimento humano. Carneiro (2008, p. 328) ressalta que “o CDVDH/CB tornou-se referência no encaminhamento de denúncias de trabalho escravo na Amazônia Oriental”, já Plassat (2007) lembra a contribuição do CDVDH/CB para o monitoramento das políticas públicas estaduais voltadas para este assunto, além da articulação com as entidades nacionais e internacionais.

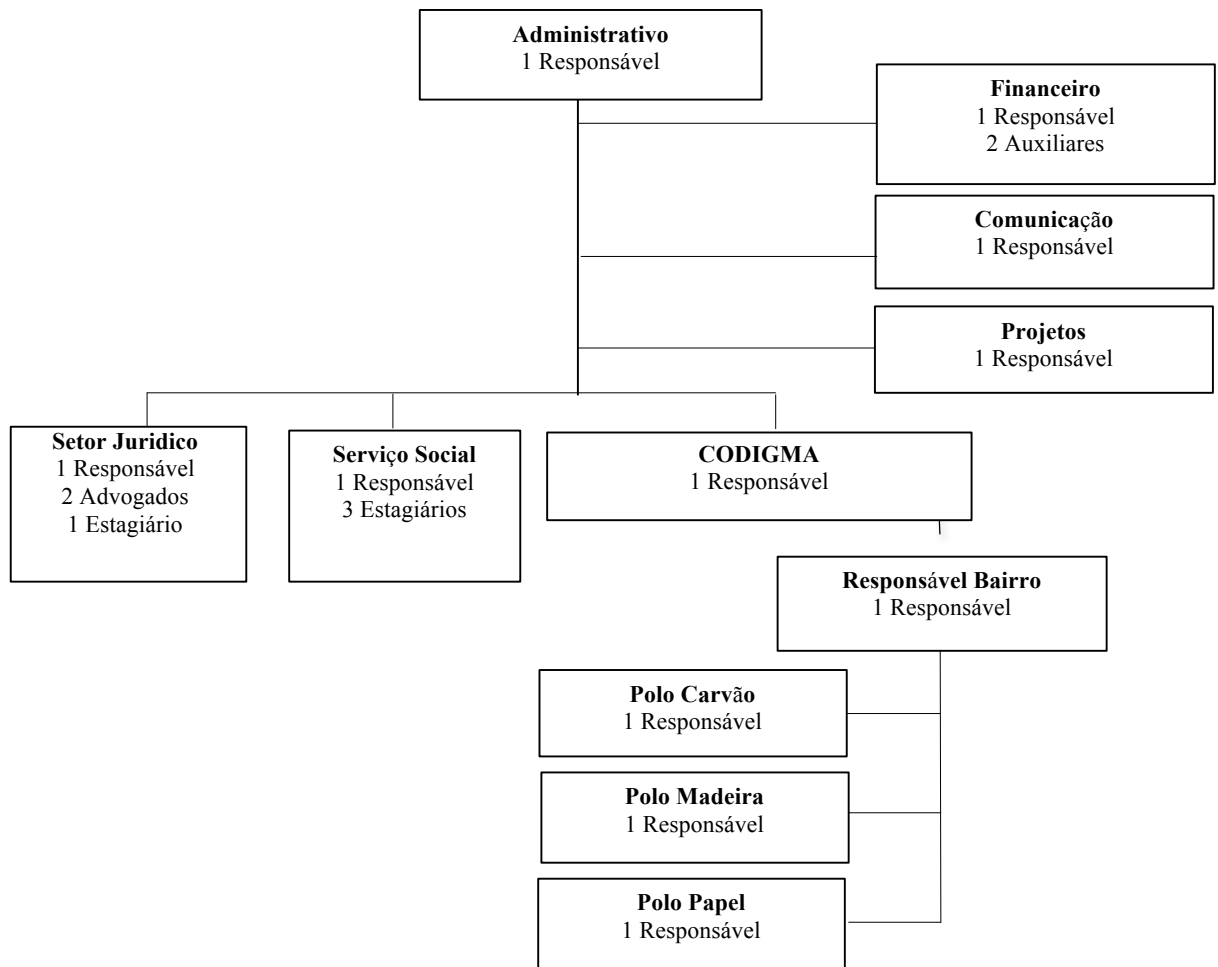
O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia vem assumindo exemplarmente a causa do trabalho digno, verdadeiramente humano, denunciando o trabalho que desumaniza e conscientizando o povo trabalhador, mais concretamente nestas fazendas do latifúndio iníquo e nas carvoarias onde queimam as pessoas juntamente com a lenha (CASALDÁLIGA apud BASCARAN; MOURA; TEIXEIRA, 2007, p.13).

O apoio realizado pelo CDVDH/CB ganhou parceiros, recursos e amplitude no seu atendimento. Sua estrutura organizacional passou a ser definida por uma Assembleia Geral, composta pelos sócios, que são responsáveis por decidir quais as prioridades de atuação. A diretoria também é definida em Assembleia Geral e é composta por um Conselho Diretor, um Conselho Fiscal e a Equipe de Militância. O Conselho Diretor cuida para que haja o cumprimento do Estatuto da entidade, enquanto o Conselho Fiscal é responsável pelo controle de gastos e captação de recursos junto às empresas públicas e privadas. A Equipe de Militância coordena as atividades de campo, gerenciando as pessoas contratadas, os colaboradores e os voluntários.

Para a operacionalização das ações, o CDVDH/CB conta com uma estrutura formada por 34 funcionários e 20 voluntariados, além de 110 associados, sendo 63 de Açailândia/MA e 47 municípios circunvizinhos. A organização funcional do CDVDH/CB tem sua base centrada na gerência administrativa, que tem sua gestão organizada em 3 (três) frentes de trabalho: financeiro, comunicação e captação de recursos através dos projetos. Para o apoio dado aos que procuram o CDVDH/CB, as ações são divididas de acordo com seus eixos: Prevenção, Repressão e Inserção. Sendo que, o setor jurídico e o serviço social são responsáveis pela repressão, a cooperativa pela inserção e a prevenção é responsabilidade de todos.

A cooperativa, por sua vez, tem suas ações divididas em três polos produtivos, além dos centros de qualificação nos bairros. A Figura 7, detalha o organograma funcional do CDVDH/CB, desenhado de acordo com a hierarquia e a equipe responsável pelas ações em cada esfera.

Figura 7: Organograma do CDVDH/CB



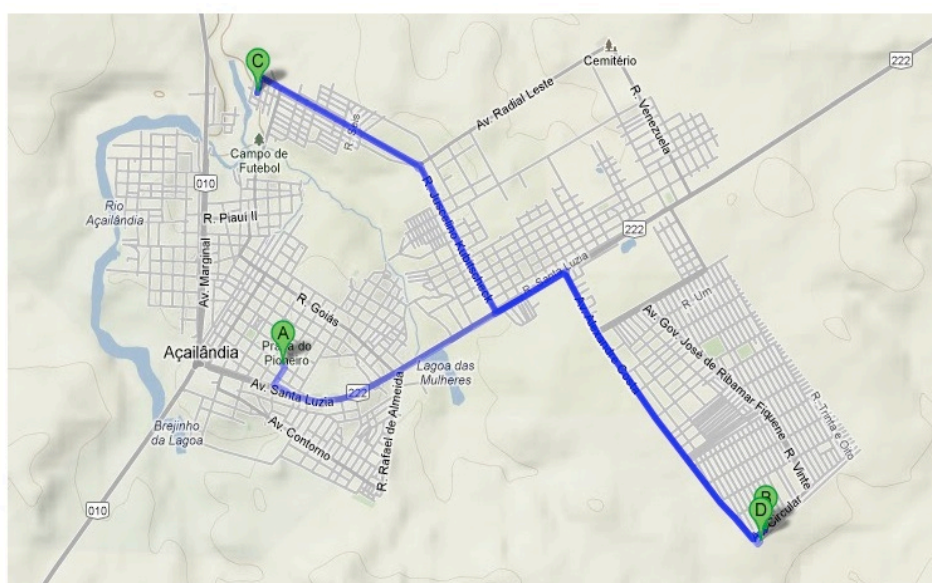
Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Desde sua fundação o CDVDH/CB desenvolve projetos e ações no município de Açailândia/MA em defesa aos direitos humanos, atividade que fortalece a comunidade em âmbito social, econômico e cultural. Em 2007 o CDVDH/CB expandiu a sua assistência. Além de um espaço de livre acesso aos oprimidos para prevenção, orientação, denúncias e fiscalização, criou-se a Cooperativa de Produção de Artefatos de Origem Vegetal, Mineral e Recicláveis (CODIGMA) para trabalhar a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, pois as pessoas aliciadas vivem uma realidade de miséria, analfabetismo e falta de oportunidades.

O objetivo é propor uma alternativa de trabalho e renda baseada nos moldes da economia solidária<sup>19</sup>, com a inserção social de pessoas excluídas pela negação de seus direitos fundamentais.

O CDVDH/CB possui uma estrutura física com quatro polos interligados, localizados em diferentes áreas do município. A Figura 9 apresenta a localização da sede e dos polos distribuídos no município de Açailândia/MA.

Figura 9: Localização do CDVDH/CB e dos Polos



A: Sede do Centro de Defesa da Vida dos Direitos Humanos Carmem Bascarán;  
 B: Polo de móveis e utensílios de Madeira;  
 C: Polo do papel reciclado;  
 D: Polo do carvão ecológico  
 Fonte: Adaptado do Google Maps (2012)

Seus polos produtivos atendem uma média de dez pessoas no total. Ao longo da existência do CDVDH/CB foram atendidos mais de 100 colaboradores, que foram capacitados e reinseridos do mercado de trabalho. Pode-se destacar algumas ações desenvolvidas em seus eixos entre os anos de 1997 a 2011, conforme Quadro 2: campanhas de emissão de documentos de identificação, favorecendo a cidadania, campanhas de

<sup>19</sup> “A economia solidária compreende diversos tipos de organizações, com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas organizações surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver” (SINGER, 2001, p. 6).

conscientização contra o trabalho escravo, contra a corrupção, além de jornadas temáticas e audiências, contribuindo para a prevenção e diversas ações de repressão, através das denúncias para os órgãos competentes e afins.

Quadro 2: Principais ações do CDVDH/CB entre 1997 e 2011

Ações	Ano
Campanha do Registro Civil em parceria com outras entidades da sociedade civil, garantindo aos cidadãos açailandenses o direito a Certidão de Nascimento gratuita, conforme determina a lei.	1997
Campanha contra o trabalho escravo em fazendas e carvoarias em parceria com a CPT, a Equipe de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e outros parceiros.	1997
Trabalho e conscientização e formação de agentes populares de cidadania nos bairros periféricos de Açailândia, culminando com a criação de quatro (04) Centros Comunitários do CDVDH/CB (Bairros: Bom Jardim, Capelloza, Jacu e Vila Ildemar).	1998
Campanha contra a corrupção eleitoral e administrativa.	2000
Campanha pela Defensoria Pública no estado do Maranhão – mobilização de várias entidades da sociedade civil em todo o estado que culminou com a realização de concurso público para defensores públicos no Maranhão.	2000
Realização de ação civil pública que foi à base da cassação do Prefeito do município de Açailândia, na época Deusdedith Sampaio.	2000
Campanha pela Defensoria Pública no estado do Maranhão – mobilização de várias entidades da sociedade civil em todo o estado que culminou com a realização de concurso público para defensores públicos no Maranhão.	2001
Campanha Nacional contra a Área de Livre Comercio das Américas (ALCA), com recolhimento de milhares de assinaturas contra o tratado, através da mobilização promovida pelo CDVDH/CB em Açailândia.	2001
Realização da I e II Conferência interparticipativa sobre trabalho escravo e super exploração em fazendas e carvoarias em Açailândia – MA.	2002-2006
Implantação do Projeto Balcão de Direitos patrocinado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos voltados para assistência judiciária gratuita com o encaminhamento concreto dos casos de trabalho escravo em fazendas, carvoarias e outros.	2004
Execução do Projeto trilhas de liberdade, que criou uma iniciativa solidária de geração de trabalho e renda voltados para a inserção social de trabalhadores resgatados do trabalho escravo ou em risco de aliciamento.	2005
Apresentação do musical QUILOMBAGEM – espetáculo sobre o trabalho escravo antigo e contemporâneo apresentado no Brasil e na Espanha.	2007-2008-2009
A Assessoria Jurídica do CDVH/CB apresenta 21 denúncias de trabalho escravo. Envolvendo 403 trabalhadores. Promovendo fiscalização em 08 fazendas de onde foram resgatados 68 trabalhadores. O que ocasionou 21 ações ordinárias de danos morais.	2009

Audiência realizada em Açailândia com a relatora da ONU Gulnara Shannhian para a construção de um relatório internacional sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil.	2010
Realização da Jornada de Direitos Humanos em Açailândia com a participação da ONG internacional Justiça Global.	2010
Campanha de conscientização e oficinas sobre o trabalho escravo, direitos humanos e os mecanismos de acesso à justiça; Participação de 45 audiências judiciais relacionadas ao trabalho escravo; Participação de um encontro Senado Federal da frente nacional de combate ao trabalho escravo pela aprovação da PEC 438.	2011

Fonte: Mendes (2011, p. 30-31)

Pitombeira (2011, p. 66) destaca que “o trabalho que o CDVDH/CB vem desenvolvendo para a reinserção social de trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo, através da criação da Cooperativa para Dignidade do Maranhão (CODIGMA)”. Em 2004 o CDVDH/CB recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos na categoria Combate ao Trabalho Escravo, em 2008 uma voluntária do CDVDH/CB foi premiada pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD) com o prêmio João Canuto e, também, recebeu o prêmio Monumento Al Minero da Mieres Del Camino - Astúrias /Espanha pelo reconhecimento a sua luta contra o Trabalho Escravo.

Como visto, o município de Açailândia/MA mesmo apresentado bons índices econômicos é acometido por uma grave violação dos direitos humanos. O trabalho escravo, que apesar de ter sido extinto e todas as relações e condições de trabalhos serem devidamente regulamentadas, ainda é uma realidade que assombra a população menos favorecida no mundo, no Brasil e no Maranhão. Contudo, com o surgimento do CDVDH/CB, além das ações de acolhimento aos trabalhadores e repressão a esse tipo de violação, as atividades de prevenção e inserção contribuem com as políticas públicas na cidade e conscientizam a população quanto aos seus direitos e deveres como cidadão. Enfim, pode-se afirmar que o CDVDH/CB tornou-se referência no combate ao trabalho escravo e no acolhimento e tratamento das denúncias de violação dos direitos humanos e fundamentais, por isso considera-se a importância de aprofundar a compreensão sobre esta organização.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos que nortearam a realização da pesquisa. Para tal, são apresentadas duas sessões, Diretores e Colaboradores, estabelecidas para organizar as análises e discussões sobre a temática a partir dos dados colhidos.

### **4.1 Tipo de Pesquisa**

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa e tem caráter exploratório. O método qualitativo, conforme Marconi e Lakatos (2008), aplica-se quando há preocupação em colher e analisar dados de forma mais profunda, considerando a complexibilidade do comportamento humano, pois investiga hábitos, atitudes, comportamento e outros. Originária do século XIX, na Alemanha, a abordagem qualitativa procura entender de forma significativa algumas ações humanas (QUEIROZ et al., 2007).

Para Denzin e Lincoln (2008), a pesquisa qualitativa proporciona uma ação mais próxima com o fenômeno. A função do pesquisador é explorar o fenômeno, conforme a realidade dos participantes, por meio de uma abordagem interpretativa (NEVES, 1996).

### **4.2 Participantes: universo, amostra e critérios de seleção**

O universo da pesquisa é representado por uma ONG, o CDVDH/CB/MA, que foi escolhida devido ao apoio dado as vítimas de trabalho escravo na região de Açailândia/MA.

Segundo Lakatos e Marconi (2008) universo é onde ocorrem os fenômenos pertencentes à problemática. A autora afirma ainda que é no universo que surgem as suposições quanto ao tema pesquisado, sendo possível encontrar teorias que darão veracidade às hipóteses levantadas. A pesquisa tem como referência as seguintes hipóteses:

1. O CDVDH/CB permite que os colaboradores sejam incluídos na sociedade enquanto cidadãos e passem a usufruir de liberdades de acordo com a Abordagem das Capacitações;
2. Os colaboradores assistidos pelos projetos do CDVDH/CB recebem qualificação profissional que permitem obter um conjunto capacitório;
3. O CDVDH/CB torna-se uma rede de segurança social e contribui na melhoria da saúde dos colaboradores;

Analisando a estrutura funcional do CDVDH/CB e conciliando com os objetivos específicos, a pesquisa de campo foi realizada utilizando-se de entrevistas com dois representantes do conselho administrativo, o presidente e um diretor. Ainda, foram entrevistados seis colaboradores assistidos pelo CDVDH/CB em suas diversas atividades. Segundo Galvão e Egreja (2001), a amostra da pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, é menos preocupada em quantidade e é menos estruturada.

Os participantes foram escolhidos pelo critério de intencionalidade. De acordo com Gil (2008) esse tipo de amostragem consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. Quanto aos diretores, ao entrevistar o presidente do CDVDH/CB, buscou-se perceber as estratégias gerais de apoio e os planos futuros, já entrevistando um diretor administrativo, que está diretamente ligado à execução das atividades, o objetivo foi perceber como se dá o apoio realizado pelo CDVDH/CB e as etapas de sua execução.

### **4.3 Métodos e instrumentos para geração de dados**

A pesquisa é norteada pelo método dedutivo, que segundo Marconi e Lakatos (2010), na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares, com suas interpretações sendo expandidas para o todo. Desta forma, após analisar a contribuição do CDVDH/CB com



os colaboradores assistidos, considera-se que as próximas pessoas assistidas pela organização serão influenciadas de forma semelhante. Koche (1997, p. 71) afirma que “a observação de um fato ou fenômeno consiste no ponto de partida para o desencadeamento da investigação e para o surgimento das hipóteses que seriam posteriormente testadas e generalizadas”.

Levando em consideração que todo método depende do objetivo da investigação (CERVO e BERVIAN, 2007), o modelo utilizado foi o estudo de caso. Segundo Gil (2008, p. 33) “o estudo de caso refere-se a um grupo de pessoas que têm algumas características comuns, constituindo uma amostra a ser acompanhada por certo período de tempo, para se observar e analisar o que acontece com elas”.

Uma parte dos dados foi gerada através de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Selltiz et al. (apud GIL 2008, p. 109) “a entrevista é adequada para gerar dados, conceitos e informações a respeito do que as pessoas sabem, pretendem fazer, a respeito do que elas conhecem, a respeito dos motivos que levam agir em determinadas situações”.

Segundo Andrade (1999), uma entrevista determinará, através das respostas e opiniões, as condutas, expressões e sentimentos dos entrevistados, conforme forem percebidos pelo pesquisador. Richardson (1999) salienta que se trata de uma ferramenta que cria e desenvolve uma proximidade maior com as pessoas.

Outro instrumento de coleta de dados foi à análise documental, que permitiu verificar o apoio que o CDVDH/CB tem desenvolvido, complementando o alcance dos objetivos específicos. Na concepção Bardin (2009), a análise documental busca informações para atender a objetivos estabelecidos. Foram colhidos documentos quanto aos projetos em andamento, seus objetivos e recursos disponíveis.

Por fim, foi realizada a observação direta, que permitiu um contato estreito entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado, possibilitando executar uma reflexão analítica e qualitativa dos fatos.

#### 4.4 Procedimentos

O projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) e, após aprovação, foi enviada uma carta de apresentação do pesquisador para o CDVDH/CB, viabilizando assim a coleta de dados. Em relação aos entrevistados, para cada participante foi lido e entregue o termo de consentimento livre e esclarecido, contudo, somente alguns assinaram, pois alguns são analfabetos. Para esses a pesquisa foi autorizada pela confirmação durante a gravação realizada. As gravações têm caráter auxiliar na transcrição das falas, nos detalhes e riquezas de expressões, e não serão divulgadas. Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas individuais, no próprio ambiente do CDVDH/CB entre julho e agosto de 2013.

As entrevistas foram gravadas e transcritas pelo próprio pesquisador. Com os diretores as entrevistas tiveram uma duração entre 40 e 100 minutos e com os colaboradores em média 15 minutos.

Quanto à observação dos colaboradores, ela ocorreu durante a jornada de atividades, sendo que os colaboradores não sabiam que seriam convidados a participar de uma pesquisa e nem foram informados da visita, no intuito de não alterar sua rotina. Quanto aos que participam de outras atividades de apoio do CDVDH/CB, a observação se deu em um dia de debate, cujo tema era: *O comportamento do colaborador diante das mídias nacionais sobre o trabalho escravo*. Foi realizado discretamente um registro, sem interferir ou influenciar na dinâmica das atividades.

#### 4.5 Estratégias de análises dos dados

Foi utilizada como estratégia de análise dos dados, a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2009), esta análise possibilita o entendimento dos desejos, angústias, emoções, entre outros, facilitando a interpretação do conteúdo, seus significados e encadeamentos.

Essa técnica proporciona ao pesquisador uma melhor compreensão da linguagem, permitindo uma análise minuciosa de questões ideológicas (CARREGNATO e MUTTI, 2006;

ORLANDI, 2005). De acordo com Severino (2010, p. 121) “envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens”. Assim como Bardin, o autor salienta que a análise do conteúdo consegue descrever o que está além das palavras.

Portanto, o processo de coleta e análise dos dados se deu na seguinte ordem: iniciou com a aplicação das entrevistas e observação, após a transcrição das entrevistas, de acordo com o que foi dito, respeitando erros de pronúncias, colocações verbais e quaisquer outros que possam acontecer; foram selecionados temas e sub-temas, organizando-os de acordo com sua importância e os objetivos específicos e, por fim, procedeu-se a interpretação desses dados e a confrontação com a Abordagem das Capacitações de Sen.

Para a organização do trabalho e a análise dos resultados conforme os objetivos específicos, foram criadas duas sessões: Diretores e Colaboradores.

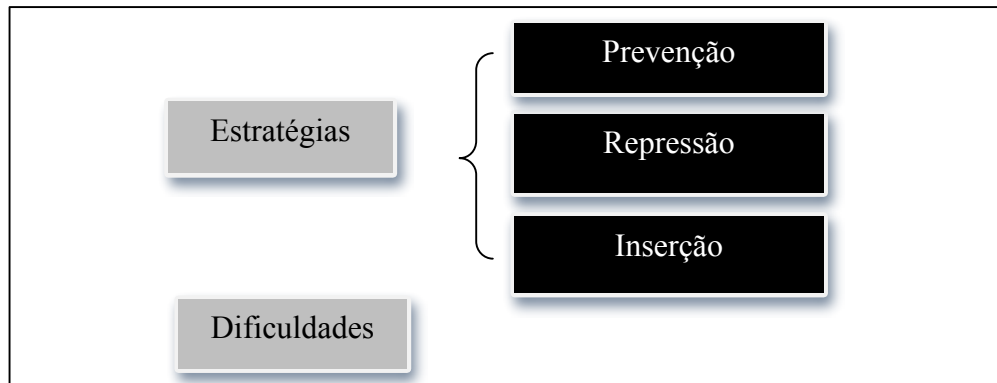
1. Diretores: apresenta o perfil pessoal e profissional dos diretores do CDVDH/CB e faz-se uma análise de tais características e das suas atividades desenvolvidas no CDVDH/CB. Ainda nesta sessão, são apresentadas duas categorias: Estratégias e Dificuldades.

Na categoria Estratégias são apresentadas e analisadas como se dá o apoio desenvolvido pelo CDVDH/CB no combate ao trabalho escravo em Açailândia/MA. Conforme identificado na pesquisa de campo, o CDVDH/CB divide suas atividades em eixos. Assim, para a apresentação destas análises foram criados três aspectos: Prevenção, Repressão e Inserção.

Na categoria Dificuldades, são apresentadas as principais dificuldades enfrentadas pelo CDVDH/CB na realização das ações de apoio aos trabalhadores escravos, bem como o que é feito para superá-las.

A Figura 10 sintetiza a divisão das categorias e aspectos criados para a análise da sessão Diretores.

Figura 10: Mapa das categorias e aspectos - Sessão diretores



Legenda:  Categorias  Aspectos

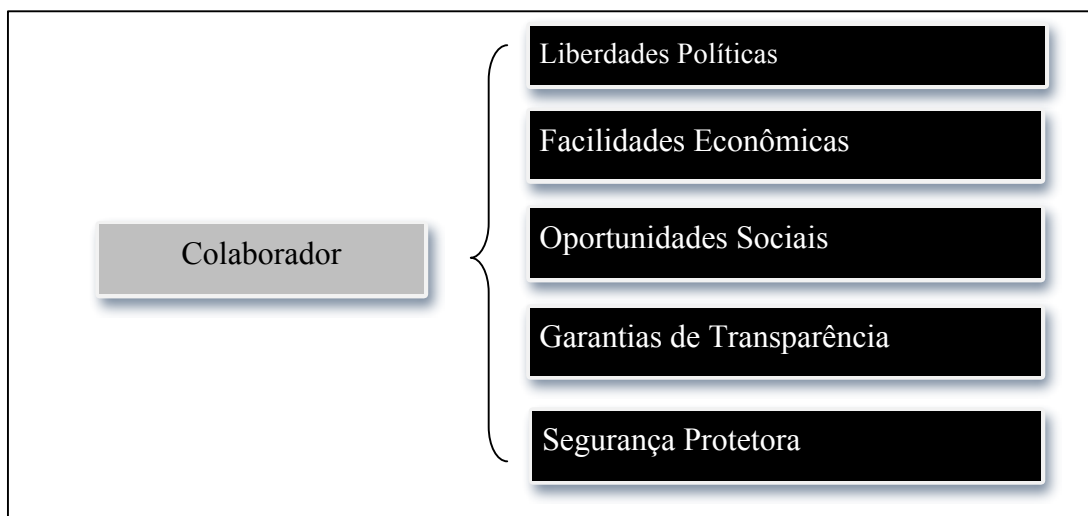
Fonte: Elaborado pelo Autor.

2. Colaboradores: apresenta o perfil dos entrevistados confrontando com o perfil do trabalho escravo contemporâneo, além de apresentar as condições a que foram submetidos quando escravizados. Esta sessão também tem como objetivo verificar as melhorias no bem-estar dos assistidos e as oportunidades proporcionadas pelas ações de apoio do CDVDH/CB. Para tanto, são elaborados cinco aspectos a partir das liberdades propostas por Sen, são elas: Liberdades políticas, Facilidades econômicas, Oportunidades sociais, Garantias de transparência e Segurança protetora.

Conforme proposto por Sen (2000), estas cinco liberdades foram separadas em fins e meios. Existem, segundo o autor, determinados recursos e fontes disponíveis que não representam o desenvolvimento como tal, mas um meio para atingi-lo.

A Figura 11 apresenta a divisão dos aspectos criados na sessão colaborador.

Figura 11: Mapa das categorias e aspectos - Sessão colaborador



Legenda:  Categorias  Aspectos

Fonte: Elaborado pelo Autor.

O Quadro 3 apresenta as divisões das liberdades, relevantes para a análise do desenvolvimento humano dos trabalhadores escravizados diante das atividades de apoio desenvolvidas pelo CDVDH/CB.

Quadro 3: Classificação das liberdades propostas por Sen

Liberdades como meio		Liberdades como fim	
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO</b>			
Oportunidades Sociais		Ter saúde, não sofrer maus tratos, não sofrer de doenças provocadas pelo regime de trabalho, ter formação profissional, ser capaz de formar concepções de valor e traçar um planejamento para sua vida, tendo a oportunidade de escolher e os recursos necessários para alcançar seus objetivos.	
Garantias de transparência	Relativo à confiança, imagem que o CDVDH/CB passa para a comunidade e seus assistidos. Reflexo positivo de suas ações. Garantia que no CDVDH/CB o objetivo é apoiar os trabalhadores escravizados, reduzir a vulnerabilidade e aumentar as oportunidades.	Liberdades políticas	Ser reconhecido como cidadão, portar todos seus documentos pessoais, poder escolher seus governantes, ter acesso a crédito e conhecer seus direitos e deveres trabalhistas. Ser capaz de exigir seus direitos.

Segurança Protetora	Garantia de proteção contra os escravistas e representatividade junto aos órgãos públicos. Ter a certeza que ao ser assistido pelo CDVDH/CB estará seguro quanto à represalias dos escravistas, além de ser representando nas ações judiciais sabendo que terá seus direitos defendidos por alguém que acredita nele e não nos escravistas.	
Facilidades econômicas	Obter renda suficiente para o seu sustento e da sua família, possuir moradia, desfrutar de um trabalho regulamentado pelas leis trabalhistas, ser capaz de desfrutar de lazer, bem-estar e qualidade de vida, segundo suas próprias concepções de valor.	

Fonte: Elaborado pelo Autor.

No campo liberdades como meio estão as garantias de transparência, a segurança protetora e as facilidades econômicas, pois elas darão confiabilidade às ações do CDVDH/CB e subsídios aos colaboradores para o alcance das liberdades como fim. No campo liberdades como fim estão as oportunidades sociais e as liberdades políticas, por representarem o objetivo do CDVDH/CB, que é ter um colaborador provido de saúde, bem-estar, qualidade de vida e inserido em sociedade, para poder contribuir e cobrar seus direitos.

Contudo, as oportunidades sociais estão inseridas nos dois campos “meio” e fim”, por se apresentar como meio em virtude dos reflexos positivos da qualificação profissional e da capacidade de planejamento de vida. Porém, ela é uma liberdade como fim quando trata-se de saúde e das concepções para a formação de valores.

Tais classificações serão tomadas como referência para a análise do desenvolvimento humano dos trabalhadores escravizados. De porte das classificações de liberdade propostas por Sen e do referencial teórico que apresenta a perspectiva proposta pela Abordagem das Capacitações para identificar o desenvolvimento de um indivíduo, torna-se possível a análise a seguir.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este capítulo está organizado em duas sessões. A primeira intitulada Diretores, traça o perfil dos diretores e detalha as estratégias e dificuldades do CDVDH/CB na realização de ações de apoio aos trabalhadores escravizados. A segunda denominada Colaboradores, traça o perfil dos trabalhadores escravizados e confronta com as características do trabalho escravo contemporâneo, além de investigar o alcance do desenvolvimento humano dos trabalhadores após serem assistidos pelo CDVDH/CB. Para tal, é realizada uma análise com base na expansão de liberdades como “meio” e como “fim”, a proposta teórica de acordo com a Abordagem das Capacitações de Sen.

### **5.1 Diretores**

Participaram da pesquisa dois diretores entre os sete que coordenam as atividades do CDVDH/CB. O primeiro diretor entrevistado ocupa o cargo de presidente e o segundo é diretor executivo, sendo responsável também pela coordenação do núcleo de assistência social. Para preservar a identidade dos participantes, respeitando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, doravante os mesmos passam a ser denominados D1 e D2, respectivamente. O Quadro 4 apresenta o perfil dos diretores do CDVDH/CB:

Quadro 4: Perfil dos diretores do CDVDH/CB

Nome	Faixa etária (anos)	Escolaridade	Tempo de atuação no CDVDH/CB (anos)	Função no CDVDH/CB
D1	41 a 50	Superior	5	Presidente
D2	31 a 40	Mestre	11	Diretor Executivo e Assistente Social

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

D1 encontra-se na faixa etária entre 41 a 50 anos, atua há aproximadamente cinco anos no CDVDH/CB na qualidade de presidente, de forma voluntária e não remunerada. Diariamente no período matutino, antes da sua atividade profissional, dedica em média uma hora para atender às atividades do CDVDH/CB, e, de mesmo modo, participa das reuniões que ocorrem eventualmente, no período noturno e aos finais de semana.

A participação de D1 nas atividades do CDVDH/CB iniciou a partir de convite de uma colega de trabalho. D1 tornou-se cada vez mais familiarizado com os mecanismos de estruturação e funcionamentos do CDVDH/CB, o que provocou sua inserção nos diálogos sobre violação dos direitos humanos ali realizados. A rotina também permitiu que D1 exercesse atividades vinculadas às causas humanitárias desenvolvidas em seu ambiente laboral, como a implantação de programas de esporte e ações sociais em datas festivas.

D2 tem entre 31 a 40 anos, além da diretoria executiva, ocupa o cargo de assistente social do CDVDH/CB. D2 concilia as duas atribuições, sendo que a primeira função se dá de forma voluntária e não remunerada, quanto ao cargo de assistente social há remuneração e carga horária de 40 horas semanais. D2 participa de forma voluntária desde a fundação do CDVDH/CB, há 11 anos, enquanto o cargo de assistente social só se deu após a formação específica, há 4 anos.

D2 participa do CDVDH/CB desde a sua fundação, quando um grupo de nove pessoas ligadas a Igreja Católica, motivadas pela ausência de políticas públicas específicas, começaram a se reunir para discutir assuntos ligados à violação dos direitos humanos. Na época, o mesmo tinha apenas 17 anos, mas já estava ligada aos movimentos humanitários. Essa preocupação com os menos favorecidos orientou a sua jornada pessoal e profissional, inclusive dedicando sua formação acadêmica à área do serviço social.



Depreende-se que os perfis individuais e profissionais destes diretores do CDVDH/CB denotam aproximação com as causas sociais, posto que contam com experiências humanitárias na comunidade e em seus ambientes de trabalho. Possuem envolvimento em ações desta natureza antes de participarem do CDVDH/CB, como campanhas de ajuda a colegas de trabalho, participação em projetos esportivos e educacionais e ações sociais com grupos religiosos.

A participação dos diretores no CDVDH/CB se deu de forma voluntária. Ambos afirmam que o sentimento de solidariedade para com os que estão em situação de vulnerabilidade social é o que lhes motiva a trabalhar no CDVDH/CB

Tal dedicação, mesmo sem retribuição econômica se compatibiliza com o pensamento de Sen (2010) na medida em que eles percebem a carência dos indivíduos assistidos pelo CDVDH/CB em relação ao que podem fazer para proporcionar um bem-estar. O que os diretores dizem buscar é serem instrumentos de interação e influenciar seu meio de convivência, o dinheiro e a riqueza não é o bem maior que buscam. Segundo os diretores, a militância é motivada pelo sentimento de solidariedade para o desenvolvimento da comunidade, o qual Sen (1990a) associa à responsabilidade das pessoas enquanto agentes beneficiários e juizes de seu progresso, tornando-os responsáveis direta ou indiretamente, pela produção de meios primários para o alcance de bem-estar de uma sociedade.

### **5.1.1 Primeira categoria - Estratégias**

O CDVDH/CB tem como objetivo principal, “defender a vida onde for mais ameaçada e os direitos humanos onde forem menos reconhecidos com atenção privilegiada aos mais pobres e explorados” (CDVDH/CB, 2008, p. 1), para tanto, ao longo dos anos de sua atuação as ações são pautadas em campanhas de conscientização, parcerias com os órgãos de fiscalização, recebimento de denúncias e a reinserção dos trabalhadores escravos em sociedade, as quais se tornaram possíveis através do estabelecimento de metodologias de trabalho e estratégias de ação, constituídas, fundamentalmente, pela divisão de eixos de ação: Prevenção, Repressão e Inserção, que viabilizaram avanços significativos na proposta da entidade, as quais adiante serão especificadas.

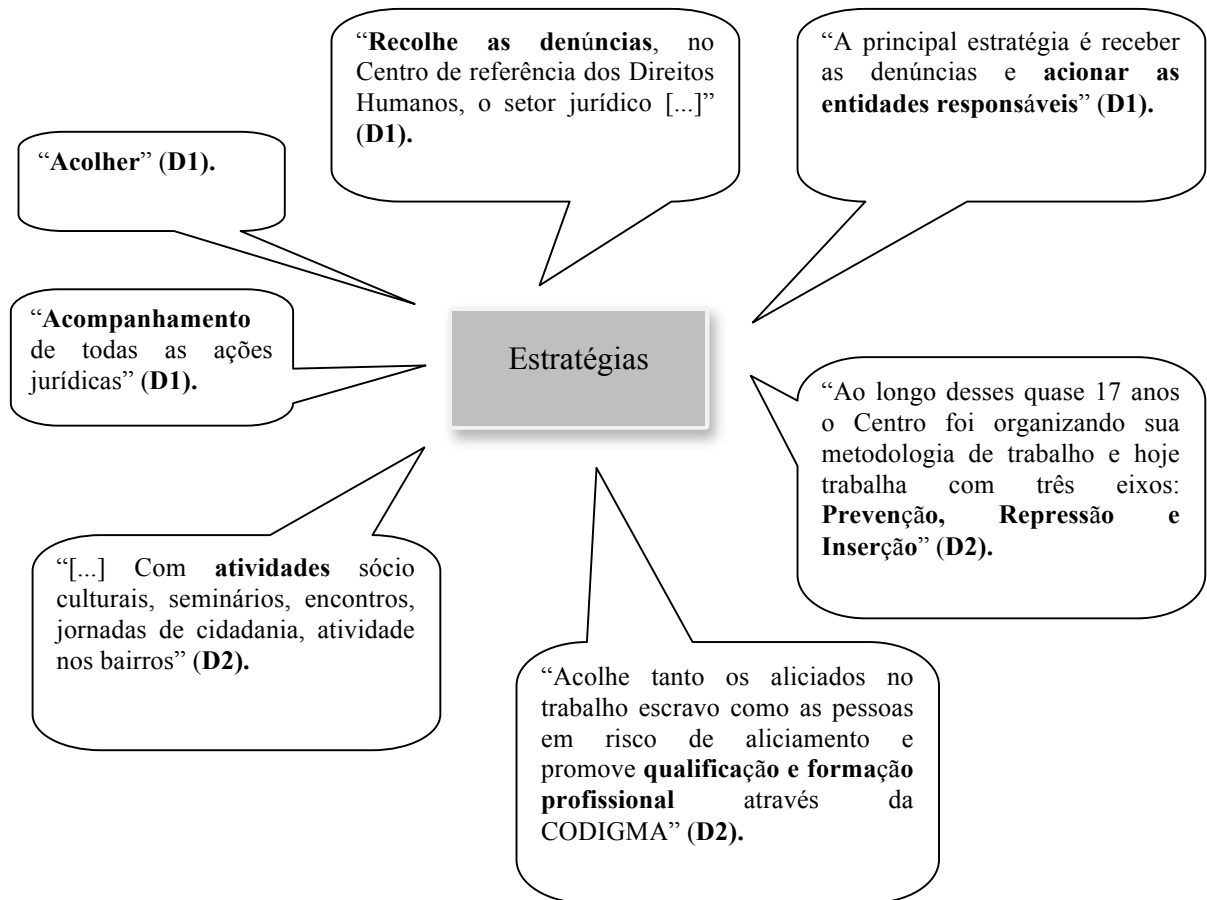
Na constituição do CDVDH/CB, assim como reza o estatuto em seu objetivo principal, o foco é a defesa dos direitos humanos, sem causa específica de violação, seja ela, violência contra a mulher, a criança, trabalho escravo e afins. Canotilho (2003) defende a ideia que os direitos humanos são válidos para todos os povos e em qualquer tempo, sendo oriundos da própria natureza humana, tendo seu caráter inviolável, intemporal e universal. A proposta do CDVDH/CB é assegurar esses direitos sem distinção de gênero, raça e crença.

Contudo, mesmo com a missão de prevenir e reprimir toda e quaisquer violação dos direitos humanos, o CDVDH/CB percebeu que no município de Açailândia e municípios circunvizinhos a principal causa de violação era o trabalho escravo, o que motivou o CDVDH/CB a definir o combate à essas condições análogas de trabalho escravo como prioridade. Uma vez o trabalhador exposto a esta condição terão sido usurpados seus direitos básicos, individuais, políticos e sociais, quando, conforme Sarlet (2007, p. 62) “[...] cada ser humano é merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano”.

Ao definir esta prioridade de ação, o CDVDH/CB iniciou um levantamento da realidade da região. Em paralelo a esse levantamento junto aos órgãos fiscalizadores, começou-se a desenvolver o apoio às vítimas assim que recebiam as primeiras denúncias. O imediatismo no acolhimento vítimas de trabalho escravo é proveniente da privação liberdade que representa este crime, que viola o conjunto de direitos do indivíduo, na qual Sen (2010) caracteriza que pessoas expostas a males que as privam de liberdades básicas, são restringidas de sua vida social, política e econômica.

Os diretores relataram como se dá o apoio às vítimas e o acompanhamento dos processos de violação dos direitos humanos, exemplificando cada etapa e as subdivisões de responsabilidades existentes na estrutura organizacional do CDVDH/CB. A partir desses relatos foram identificadas quais as estratégias utilizadas para a realização desse apoio. A Figura 12 apresenta um esboço das estratégias de atuação do CDVDH/CB.

Figura 12: Estratégias de atuação do CDVDH/CB segundo os diretores



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

O CDVDH/CB não é um órgão fiscalizador e não possui poder de punir quem pratica tais crimes, os diretores ressaltam que o principal objetivo é de acolher as vítimas, pois ao fugirem ou serem libertas não têm conhecimento dos seus direitos, nem tampouco condições econômicas e sociais para retornarem ao convívio em sociedade. A chegada do trabalhador ao CDVDH/CB dá início ao processo de acompanhamento, enfatizado pelos diretores no Figura 12, pelos termos “acolher” e “recolhe as denúncias”.

No momento do acolhimento a preocupação imediata é com o estado físico e psicológico do trabalhador. O CDVDH/CB não possui estrutura física para sanar tais tipos de necessidades, nem faz parte das suas estratégias de apoio, para tanto, diante dessas situações os trabalhadores são levados pelo CDVDH/CB para serem atendidos pela rede pública de saúde. Sen (2001) considera que estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura influenciam na aquisição dos outros funcionamento, portanto a saúde é uma capacidade básica. Conforme Batista e Schramm

(2005) não se pode considerar justiça e igualdade social sem pesar o papel da saúde na existência humana.

Após o acolhimento e atendimento de saúde é iniciada a etapa do recebimento da denúncia, onde são colhidos os dados da origem do trabalhador, caracterizada em quais condições viviam nas fazendas e/ou carvoarias e apresentado os programas de inserção realizados pelo CDVDH/CB. De porte de tais informações, o setor jurídico realiza o encaminhamento da denúncia para os órgãos responsáveis e parceiros no combate à escravidão, para que as providências penais possam ser tomadas.

As denúncias são acompanhadas pelo CDVDH/CB até a conclusão dos trâmites jurídicos, contudo o acompanhamento aos trabalhadores não finda neste momento, já que eles são assistidos através das diversas ações do CDVDH/CB, estruturadas em três eixos, são eles: Prevenção, Repressão e Inserção, no qual será caracterizado adiante. Em cada eixo são realizadas atividades pela equipe de militância, para prever e combater a violência contra os direitos humanos.

O CDVDH/CB firmou parcerias com órgãos e entidades dedicadas a este fim como, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Comissão Pastoral da Terra (CTP) e a ONG Repórter Brasil. Indo ao encontro do pensamento de Scarlet (2005) que afirma que o combate aos problemas sociais é responsabilidade tanto do Estado como da comunidade. Neste sentido, Correia (1999) ressalta a importância dessas parcerias entre governo, instituições e sociedade no combate ao trabalho escravo que alimenta a produção econômica dos escravistas. Segundo o autor, as definições de estratégias e instrumentos são uma tarefa coletiva e envolve toda conjuntura da sociedade.

Contudo, os diretores avaliam as parceiras e as políticas públicas desenvolvidas na região como “[...] poucas e frágeis [...]” diante da necessidade, principalmente no tocante à reinserção desses trabalhadores no mercado de trabalho.

Para a realização das ações de apoio o CDVDH/CB conta com o apoio financeiro dos órgãos públicos e das instituições privadas. Segundo os diretores desde o início as maiores parceiras nos projetos eram do exterior, porém desde 2011 a equipe de captação de recursos

procura diversificar as fontes patrocinadoras incluindo empresas nacionais, de preferência indústrias instaladas na cidade.

Essa mudança se dá pelo desejo de sensibilizar a comunidade local para combater as violações dos direitos humanos, com ênfase no trabalho escravo. Conforme apresentado na Figura 5 e 6, a comunidade local indiretamente usufrui do trabalho escravo, ao passo que as fazendas locais se utilizam dessa prática, para a criação de gado, que posteriormente terá seu leite vendido para os laticínios e a carne para os frigoríficos, instalados no município e em cidade circunvizinhas, e que tem a região como mercado consumidor. É o caso também das indústrias que necessitam do carvão como fonte de energia, a qual na sua produção, teve o uso do trabalho escravo.

Segundo os diretores, havendo o incentivo de uma empresa local, espera-se que a empresa perceba que faz parte da cadeia produtiva do trabalho escravo, tornando-se uma parceira tanto na disponibilidade de recursos quanto na repressão desses escravistas. Contudo, ainda não há parcerias com empresas privadas instaladas no município, somente com a esfera pública. O Quadro 5 apresenta os projetos em execução até 2013, os recursos e as principais metas a serem alcançadas.

Quadro 5: Projetos do CDVDH/CB em execução entre 2012 e 2013

Projeto	Objetivo Geral	Valor	Metas
Fortalecimento de acesso à justiça às vítimas de violações de direitos humanos de Açaílândia e região.	Garantir o acesso à justiça às vítimas de trabalho escravo e outras violações de direitos humanos de Açaílândia e região.	R\$ 40.000,00	Acompanhar de 95 ações judiciais, atendendo à 500 vítimas do trabalho escravo e outras violações de direitos humanos.
Fortalecimento das ações do Centro Comunitário de Direitos Humanos da Vila Ildemar – Açaílândia/MA.	Fortalecimento das ações do Centro Comunitário de Direitos Humanos da Vila Ildemar através do atendimento qualificado de vítimas de violações de direitos humanos, dando prioridade a casos de violações de direitos de crianças e adolescentes, assim como outros casos de violações de direitos humanos.	R\$ 40.500,00	Atender 150 vítimas de violações de direitos humanos.
Lucha contra el trabajo esclavo en la Amazonia Maraíense.	Fortalecer as ações CDVDH/CB / CB Açaílândia que visa promover a proteção dos direitos humanos por meio do apoio jurídico e social às vítimas de trabalho escravo e a consciência dos trabalhadores.	R\$ 17.200,00	Sensibilizar os trabalhadores em condições de risco das cidades de: Bom Jesus das Selvas, Pindaré Mirim e Santa Luzia.

Projeto Mãe Terra	Promover a igualdade de gênero e autonomia econômica e social das mulheres de Açailândia/MA.	R\$ 119.929,75	Capacitar 40 mulheres para a produção artesanal de bio-jóias e bonecas de pano reciclado.
Centro Jurídico Popular Amazônia (CEJUPA)	Contribuir na erradicação do trabalho escravo e outras violações de direitos humanos no Maranhão, através da implantação de uma estratégia integral de atuação e intervenção social.	R\$ 447.611,58	Capacitar os agentes nas cidades vizinhas: 01 oficina e 02 encontros de debate; 04 jornadas jurídicas; 02 jornadas sociais; 01 conferência; Apoiar 356 famílias do Pequiá de Baixo; 1500 atendimentos; 60 ações judiciais; 5000 materiais de divulgação contra o trabalho escravo; 36 matérias jornalísticas;
Reciclando Cidadania	a Fomentar as ações da Cooperativa de Produção de Artefatos de Origem Vegetal, Mineral e Recicláveis (CODIGMA), uma alternativa de geração de trabalho e renda na modalidade da economia solidária, para pessoas de baixa renda, oriundas do trabalho escravo ou em risco de vulnerabilidade social. Contribuindo assim no combate ao Trabalho Escravo e degradação ambiental.	R\$ 566.400,02	Realização de: 08 oficinas; 04 encontros; 05 cursos profissionalizantes; 08 feiras;
Construindo Cidadania.	a Fortalecer o sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes de Açailândia através da promoção do protagonismo infanto - juvenil como estratégia de enfrentamento e combate ao trabalho infantil e outras violações de direitos fundamentais.	R\$ 80.000,00	Atender 150 crianças e adolescentes.
Implementação do Centro de Referência em Defesa da Vida e dos Direitos Humanos em Açailândia – MA.	Implantação de Centro de Referência em Direitos Humanos em Açailândia – MA.	R\$ 349.976,90	3000 atendimentos, entre oficinas, jornadas, denúncias, ações judiciais.
Resgatando dignidade.	a Qualificação e inserção social de adolescentes egressos do trabalho escravo e/ou em situação de vulnerabilidade - Açailândia – MA	R\$ 80.030,94	20 famílias; 120 jovens e adolescentes.
TOTAL DE RECURSOS		R\$1.741.649,19	Aproximadamente: 5.300 Atendimentos; 36 Cursos, jornadas e oficinas; 380 famílias apoiadas.

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Os projetos tem prazo de execução de 12 meses e findaram sua vigência ao longo de 2013. O público alvo das ações são as pessoas que sofrem violação dos direitos humanos ou que estão em condição de vulnerabilidade. O foco de cada ação está de acordo com os três eixos de apoio. Os projetos não são executados separadamente, pois fazem parte do conjunto de ações realizadas pelo CDVDH/CB. Assim se realizar uma ação de qualificação que faz parte de um projeto, também são proporcionados atendimentos, oficinas, encontros e feiras, ampliando-se deste modo o número de beneficiados.

Trimestralmente o CDVDH/CB, através do seu corpo diretivo, realiza uma reunião de acompanhamento das ações com os responsáveis por cada projeto. Nessas reuniões são avaliados os resultados e realiza-se a prestação de contas, confeccionando-se relatórios que são encaminhados para os financiadores do projeto, comprovando todas as ações de apoio, os recursos dispendidos e as pessoas diretamente beneficiadas.

Quanto à quantidade de pessoas assistidas e beneficiadas pelas ações do CDVDH/CB, os diretores avaliam essa mensuração como complexa e difícil, porque as ações têm impactos diretos e indiretos. Os diretores relatam que quando alguém assiste a um espetáculo, por exemplo, e se sensibiliza com as causas e ações sociais, essa pessoa pode vir a atuar com agente multiplicador de prevenção no combate a quaisquer violência, não sendo possível a mensuração desses resultados indiretos.

A cada ano são várias pessoas atendidas em diversas ações e em cada eixo, sejam eles através das atividades culturais do eixo Prevenção ou das ações judiciais no eixo Repressão. Em média 7.000 pessoas são atendidas por ano, de forma direta e indireta, contamos hoje com em torno de 13 projetos financiados por diversos órgãos e até por instituições internacionais (D1).

Como apresentado, a estratégia de atuação do CDVDH/CB para combater quaisquer violações dos direitos humanos, em especial as condições análogas de trabalho escravo é de acolher as vítimas dando o tratamento adequado a cada denúncia. O CDVDH/CB, através de suas ações de apoio, buscar promover o bem-estar e a reinserção do indivíduo em sociedade, para tanto, o trabalhador necessita de quesitos básicos, como: saúde, integridade física, e liberdade. Elementos que se compatibilizam com o pensamento de Nussbaum (2000), a qual define, ver, ouvir, falar, ou seja, ser saudável, como uma lista de capacidades básicas necessárias para o ser humano desfrutar de uma vida com dignidade,

### 5.1.1.1 Primeiro aspecto - Prevenção

No eixo Prevenção o CDVDH/CB oferece atividades culturais e educacionais para a comunidade, para que as mesmas possam conhecer os seus direitos, conhecer as formas de aliciamento e escravidão e tenham a oportunidade de qualificação profissional. Desta forma, interagindo com o pensamento de Sen (2010) ao relatar que as pessoas serão responsáveis por suas ações e o alcance do seu bem-estar.

O objetivo desse eixo é evitar que as violações aos direitos humanos aconteçam, para tanto atuamos conscientizando as pessoas dos seus direitos e de como devem fazer para se manterem longe desses riscos. Outra estratégia é a qualificação profissional, evitando o efeito “Estado babá”, onde as pessoas vivem às custas dos benefícios sociais. A intenção é favorecer o aprendizado de habilidades técnicas para assim conseguirem renda suficiente para seu sustento (D2).

A prevenção, ou seja, evitar que homens, mulheres e crianças em condições sociais, econômicas e culturais fragilizadas, sejam aliciadas e/ou expostas à qualquer forma de violação dos direitos humanos, seguindo o pensamento de Sen (2010), criará mais oportunidades de escolha para que as pessoas possam agir de forma responsável em suas decisões.

Conforme Sen (2010) a pessoa exposta a um regime de escravidão é privado não somente de um bem-estar, mas perde o potencial de usufruir e conquistar uma vida saudável e responsável. A partir do momento que ele é cerceado de gozar de liberdades básicas, como exigir que o mesmo tenha a responsabilidade de conquistar seu bem-estar. Neste sentido, “responsabilidade requer liberdade” (SEN, 2010, p. 361).

As atividades do CDVDH/CB para prevenir que as pessoas sejam expostas à violência, se dividem em três áreas, como apresentado no Quadro 6.

Quadro 6: Atividades desenvolvidas no eixo Prevenção

Sociais e Culturais	Qualificação	Interação com a comunidade
Capoeira; Teatro; Espetáculos; Dança.	Reforço escolar; Palestras; Rodas de debate; Cursos Profissionalizantes.	Rádio comunitária Cartilhas e Folders <a href="http://www.cdvdacai.org.br">www.cdvdacai.org.br</a> <a href="https://www.facebook.com/CDVDH/CBCB?fref=ts">https://www.facebook.com/CDVDH/CBCB?fref=ts</a>

Fonte: Pesquisa de campo (2013)



As atividades socioculturais de dança, teatro e afins são realizadas na sede do CDVDH/CB, conforme Figura 9, e apresentadas para a comunidade em forma de espetáculos. Os espetáculos dramatizam a vida dos trabalhadores escravos e relatam sobre outras formas de violação dos direitos humanos. Nesse momento há uma valorização dos colaboradores que se tornam os artistas principais das suas próprias histórias, representadas no palco, além de mostrarem o talento e habilidades adquiridas em cada atividade sócio-cultural e alertarem a comunidade quanto à realidade desta problemática.

Figura 13: Atividades socioculturais desenvolvidas no eixo Prevenção



Fonte: CDVDH/CB (2012)

Os grupos de teatro, capoeira e dança contam com a participação de pessoas que foram acolhidas pelo CDVDH/CB, por terem passado por alguma violência contra os seus direitos humanos, assim como de pessoas que são convidadas a participar devido a sua situação de vulnerabilidade social e econômica e de jovens da comunidade em geral que, sensibilizadas pela causa, voluntariamente se doam ao exercício da prevenção.

Através dos projetos vigentes, conforme Quadro 5, foram desenvolvidos os cursos profissionalizantes de serigrafia, reciclagem de papel, produção de bio-jóias, artesanato, fabricação de móveis sob medida, vendas e outros. Também são ofertados oficinas e palestras com temas variados. O Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (2008) estabelece um conjunto de 66 ações a serem implementadas pelos órgãos governamentais, dentre elas a meta 54 atribui ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ao Ministério da Previdência Social (MPS) a responsabilidade de buscar qualificação técnica e profissional para trabalhadores rurais e povos de comunidades tradicionais, como uma medida preventiva ao trabalho escravo. Desta forma a estratégia de apoio utilizada pelo CDVDH/CB para prevenir tal violação converge com as estratégias realizadas pelo governo federal.

As ações desenvolvidas neste eixo compactuam também com o pensamento de Sen (2010), que define cinco liberdades necessárias para o alcance do bem-estar, dentre elas as liberdades sociais, que diz respeito às contribuições da educação e da saúde na vida do indivíduo. O autor ressalta o impacto positivo no favorecimento dessa liberdade, estando ela interligada com o alcance das outras, como a liberdade econômicas e a liberdade política.

Segundo o Relatório de Atividades (2012)<sup>20</sup> do CDVDH/CB, as programações socioculturais, realizadas pelo projeto Resgatando a Dignidade, conforme Quadro 5, atenderam diretamente a 700 pessoas, entre adultos, jovens, adolescentes e crianças que tinham sofrido alguma violação dos seus direitos humanos e/ou encontravam-se em situação de vulnerabilidade.

---

<sup>20</sup> Relatório final de atividades realizadas pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán em 2012, enviado a Manos Unidas da Espanha, como comprovação dos resultados alcançados a partir dos projetos apoiados por esta instituição.

Instituições públicas e privadas têm tido um papel fundamental nas ações, Petrobrás, Associação Comercial, Caixa Econômica Federal, Paróquia São João Batista, Sebrae, Comissão Pastoral da Terra, BrazilFoundation, Manos Unidas, entre outros, contribuem com financiamento de projetos, disposição de pessoas, conduções de ações, realização de cursos, fóruns, palestras, oficinas e divulgação de políticas públicas. D2 ressalta ainda que, “[...] através das capacitações desenvolvidas nesse eixo as pessoas puderam galgar oportunidades de trabalho”. Porém, devido à dificuldade de acompanhamento, não há mensuração desses resultados. Os diretores, no entanto, acreditam que os participantes dessas atividades puderam aumentar seu conjunto capacitório e, conseqüentemente, obtiveram um leque de oportunidade de trabalho.

Os diretores ressaltam a importância da rádio comunitária e a distribuição para a comunidade de cartilhas e folders sobre direitos humanos e trabalho escravo, como um meio eficaz para a prevenção. O CDVDH/CB conta também com um programa de rádio denominado “Direitos Humanos, um desafio para a vida”, transmitido pela ARCA-FM, na frequência 89,9. Uma vez por semana são realizadas entrevistas com representantes dos órgãos públicos, personalidades do meio acadêmico, advogados trabalhistas e militantes, com o objetivo de informar a comunidade sobre o assunto.

Foi implantada uma biblioteca nas dependências do CDVDH/CB com um acervo temático sobre trabalho escravo, direitos humanos, o papel das ONGs e associações, produções sobre o CDVDH/CB e afins. Em 2013 haviam mais de 1400 livros e revistas catalogadas, além de filmes, documentários e reportagens à disposição da comunidade. Porém, falta uma divulgação da disponibilidade desse acervo para a comunidade, pois registram-se poucas visitas neste espaço. Segundo os diretores, as poucas visitas recebidas são de estudantes a procura de material para produzir seus trabalhos acadêmicos.

O trabalho de prevenção é reforçado com a realização de visitas às famílias mais vulneráveis, atendimentos e encontros de formação cidadã em bairros carentes. Em dezembro de 2009, fruto dessas ações, foi publicado o livro “Cinzas Mortas”, uma coletânea poética com ilustrações, produzida a partir das experiências vividas no combate ao trabalho escravo e na luta contra a violação dos direitos humanos, pelo CDVDH/CB, no decorrer de 10 anos.

As atividades desenvolvidas, além de oferecer entretenimento e cultura, têm a missão de conscientizar os participantes e a comunidade em geral, pois muitos trabalhadores passam por essa condição de trabalho e não percebem que estão sendo escravizados, pois desconhecem como deveriam ocorrer as relações de trabalho e, historicamente, foram habituados a relações profissionais informais e a trabalhos braçais exaustivos. Neste contexto, essas ferramentas de prevenção utilizadas pelo CDVDH/CB alertam e conscientizam as comunidades vulneráveis, fortalecendo o trabalho e ampliando as possibilidades de inserção social.

### **5.1.1.2 Segundo aspecto - Repressão**

O objetivo do eixo Repressão é dar assistência judicial às vítimas de violação dos direitos humanos e acompanhar as demandas judiciais provenientes destes crimes. As ações são realizadas através de um setor jurídico instalado na sede do CDVDH/CB, que possui um corpo técnico composto por dois advogados contratados e um estagiário, estudante de direito. O setor jurídico acolhe, analisa as denúncias e em seguida as encaminha para os órgãos competentes, seja ele, o Ministério Público, a Polícia Federal ou outro, dependendo do conteúdo da denúncia recebida, podendo também ingressar na Justiça representando os interesses dos denunciante.

Em 2012 o CDVDH/CB/CB atendeu 2.173 pessoas através de sua assessoria jurídica, deu entrada em 44 ações ordinárias de dano moral a favor dos trabalhadores resgatados e encaminhou 42 denúncias de trabalho escravo. Registrou 104 orientações de cálculos trabalhistas, 6 representações criminais pelo crime de tortura, 02 denúncias de violência doméstica e apoio à 356 família do Piquiá de de Baixo que buscam o reassentamento (CDVDH/CB, 2012, p.02 - 04).

Fruto do trabalho de repressão aos crimes contra os direitos humanos, em julho de 2004, o CDVDH/CB em parceria com a Comissão Pastoral da Terra do Tocantins, estruturou o Projeto Balcão de Direito do CDVDH/CB, a fim de promover a cidadania da população de baixa renda, por meio da prestação gratuita de serviços de assistência jurídica e o incentivo ao acesso à documentação básica. Em 2005 o Ministério da Justiça, através da Secretaria

Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, aprovou o projeto Balcão de Direito<sup>21</sup> que resultou na ampliação de recursos e ações desenvolvidas.

O projeto Balcão de Direitos do CDVDH/CB recebe e encaminha para os órgãos competentes casos de trabalho escravo, tortura policial, violência sexual de crianças e adolescentes, degradação ao meio ambiente, violência contra mulher, racismo, homofobia e quaisquer violação dos direitos humanos, além de proporcionar a confecção de documentos de identificação.

O projeto, desde 2009, é denominado de Centro de Referência da Amazônia Maranhense e atende pessoas oriundas dos municípios de Açailândia, Santa Luzia, Santa Inês, Buriticupu, Codó, Alto Alegre do Pindaré, Pindaré Mirim, Itinga, João Lisboa, Amarante e Imperatriz do estado do Maranhão e ainda Rondon, Paragominas, Dom Elizeu e Ulianópolis do estado do Pará<sup>22</sup>.

O Quadro 7 apresenta as principais ações realizadas pelo projeto Balcão de Direito do CDVDH/CB entre os anos de 2005 a 2011.

Quadro 7: Síntese das atividades realizadas pelo Projeto Balcão de Direito

Período	Ação	Quantidade
2005	Atendimento jurídico social, para orientações, conciliações e encaminhamento de denúncias de casos concretos.	184 atendimentos relacionados a carvoarias; 313 atendimentos relacionados a fazendas; 117 atendimentos somente com orientações trabalhistas; 153 casos de conciliação; 257 casos diversos: Previdência social, divórcio, pensão, drogas, violência policial e etc.
	Realização e oficinas de conscientização sobre direitos humanos com os temas: o projeto balcão de direitos, direitos trabalhistas, trabalho escravo, violência contra a mulher, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Previdência Social.	08 oficinas realizadas; 325 pessoas atingidas diretamente.

<sup>21</sup> Iniciativa do Governo Federal de implantar através de postos fixos ou itinerantes, serviços de assistência jurídica gratuita e de fornecimento de documentação civil básica, bem como prestar orientações de forma a contribuir para a promoção da cidadania e a defesa dos direitos humanos SDH (2014, [on line]).

<sup>22</sup> Área de aproximadamente 200 quilômetros de raio, a partir da sede.

	Documentação Civil Básica – público atendido em campanhas itinerantes e no posto fixo.	150 CPF; 150 RG; 400 certidões de nascimento; 100 2ª vias registro de nascimento.
2006	Atendimento jurídico social, para orientações, conciliações e encaminhamento de denúncias de casos concretos.	150 atendimentos relacionados a denúncias de carvoarias; 36 atendimentos relacionados a denúncias de fazendas; 174 orientações e encaminhamentos jurídicos atendendo a 176 pessoas.
	Realização e oficinas de conscientização sobre direitos humanos, trabalho infantil, direito à moradia, previdência social, violência contra a mulher e criação de novos centros de defesa em Bom Jesus das Selvas e Santa Luzia/MA.	07 oficinas envolvendo; 193 pessoas diretamente.
	Documentação Civil Básica – público atendido em campanhas itinerantes e no posto fixo.	31 atendimentos; 29 pessoas diretamente.
2007	Atendimento jurídico social, para orientações, conciliações e encaminhamento de denúncias de casos concretos.	26 ações judiciais: investigação de paternidade, questões trabalhistas entre outras; 98 orientações sobre previdência social; 17 encaminhamentos de registro de nascimento; 30 denúncias de trabalho escravo em fazendas e 07 em carvoarias – envolvendo 400 trabalhadores; 06 fazendas fiscalizadas no Maranhão – 184 trabalhadores resgatados; 139 denúncias de exploração: 34 carvoarias, 55 em fazendas e 50 em empresas - envolvendo 489 trabalhadores; Mediações e orientações: 21 relacionados carvoarias, 40 a fazendas e 59 a empresas – envolvendo 168 trabalhadores.
	Realização e oficinas de conscientização sobre direitos humanos com os temas: o projeto balcão de direitos, direitos trabalhistas, trabalho escravo, violência contra a mulher, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e previdência social.	04 oficinas realizadas; 120 pessoas atingidas diretamente.
	Documentação civil básica – público atendido em campanhas itinerantes e no posto fixo.	17 encaminhamentos para registro de nascimento.
2008	Atendimento jurídico social, para orientações, conciliações e encaminhamento de denúncias de casos concretos.	921 trabalhadores envolvidos em denúncias de trabalho escravo em fazendas e carvoarias; 1077 foram orientadas e encaminhadas para outros órgãos institucionais.
	Realização e oficinas de conscientização sobre: direito do trabalho, direito do consumidor, abuso de autoridade, aposentadoria.	04 oficinas realizadas; 255 pessoas atingidas diretamente.
	Documentação civil básica – público atendido em campanhas itinerantes e no	28 documentações tiradas pelo projeto; 134 pessoas orientadas e encaminhadas ao cartório civil

	posto fixo.	para emissão de 37 documentações civis por meio de parceria;
2009	Atendimento jurídico social, para orientações, conciliações e encaminhamento de denúncias de casos concretos.	1.494 pessoas foram atendidas na assessoria jurídica do CDVDH/CB; Foram encaminhadas 21 denúncias sobre trabalho escravo envolvendo 403 trabalhadores; 14 casos de tortura praticada por policiais militares estão sendo monitorados pela Assessoria Jurídica do CDVDH/CB, 11 foram encaminhados a ouvidoria geral do estado do Maranhão; 08 fazendas fiscalizadas resgatando 68 trabalhadores; 43 trabalhadores resgatados do trabalho escravo no estado do Maranhão; 02 mandados de prisão decretados, 04 pedidos de prisão emitidos, 15 ações ordinárias por danos ajuizadas, destas: 04 foram arquivadas, 04 aguardam julgamento, 01 encontra-se em fase de recurso e 09 audiências já estão marcadas;
	Realização e oficinas de conscientização sobre: direitos da previdência social, trabalho, trabalho escravo, empregada doméstica, direitos do consumidor.	06 oficinas realizadas; 213 pessoas atingidas diretamente.
	Documentação civil básica – público atendido em campanhas itinerantes e no posto fixo.	04 2ª vias de Certidão de Nascimento; 02 2ª vias de Certidão Casamento; 08 Certidões Negativas; 03 RGs; 01 CPF; 01 Certidão Nascido Vivo; 01 Registro Civil; 01 Retificação de Registro Civil.
2010	Atendimento jurídico social, para orientações, conciliações e encaminhamento de denúncias de casos concretos;	18 denúncias de trabalho escravo em fazendas e carvoarias - envolvendo 290 trabalhadores; 10 fiscalizações realizadas no Maranhão com 107 trabalhadores resgatados; 43 novas ações judiciais na justiça do trabalho, por dano moral individual em favor de trabalhadores.
	Jornadas jurídicas populares para orientações e encaminhamento de casos de violações de direitos humanos.	03 jornadas realizadas; 68 pessoas atendidas.
2011	Atendimento jurídico social, para orientações, conciliações e encaminhamento de denúncias de casos concretos;	104 orientações cálculos trabalhistas, mediações e encaminhamentos; 25 Ações Trabalhistas em andamento; 160 trabalhadores resgatados foram identificados pela equipe social do CDVDH/CB/CB, entre eles, 05 mulheres e 05 adolescentes; Recebemos 42 denunciante de trabalho escravo em fazendas e carvoarias e ou irregularidades trabalhistas; 64 trabalhadores foram resgatados a partir das denúncias enviadas pelo CDVDH/CB/CB de um total de 106 libertados em todo o estado do Maranhão; 400 atendimentos na cidade de Santa Luzia; 50 atendimentos na cidade de Bom Jesus das Selvas 44 ações judiciais de reparação de danos morais em

		favor de trabalhadores resgatados em tramitação na justiça do trabalho; Sentenças em benefício de 30 trabalhadores, somaram R\$ 136.000,00;
	Jornadas jurídicas populares para orientações e encaminhamento de casos de violações de direitos humanos.	Lançamento do Atlas Político Jurídico do Trabalho Escravo no Maranhão; 01 seminário estadual para debater a erradicação do trabalho escravo no Maranhão; 03 audiências públicas; 05 reuniões com a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo em São Luis/MA (COETRAE); 25 matérias jornalísticas;

Fonte: Mendes (2011, p. 35-38)

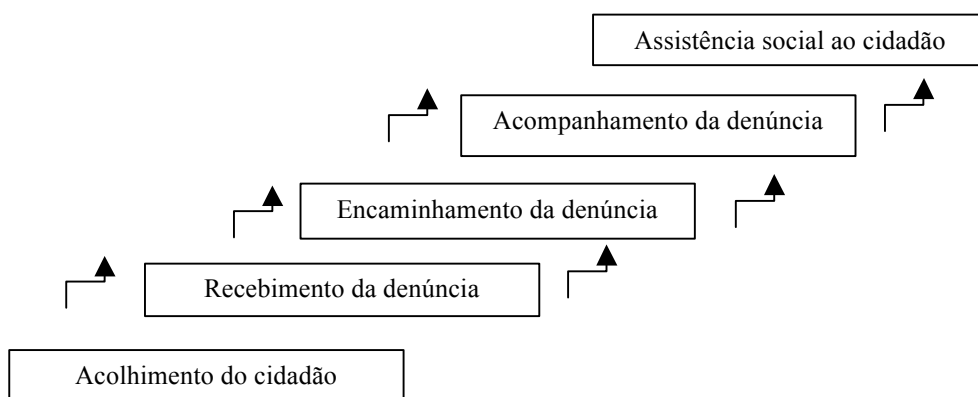
O trabalho do projeto, hoje denominado Centro de Referência da Amazônia Maranhense, contribui para o exercício da cidadania dos colaboradores. Para Sen (2010) o indivíduo necessita de liberdades políticas, ou seja, exercer seus direitos civis sendo agente ativo na sociedade. No caso do CDVDH/CB esta liberdade está relacionada inicialmente ao acesso a documentação, pois é comum os trabalhadores rurais não possuírem documentos pessoais ao chegarem ao CDVDH/CB e serem avessos a tais direitos. Esta realidade é discutida em seguida, na categoria Colaboradores.

Agregado ao eixo da Repressão, o setor social participa do primeiro contato com a vítima, pois sua principal necessidade é de ser acolhida, ouvida e sentir-se segura. Para Sen (2010) os indivíduos necessitam de sinceridade e clareza para saberem o que podem esperar, desta forma todas as relações devem ser pautadas em confiança mútua, ou o que o autor denomina de segurança protetora. Neste sentido, D1 afirma que a prioridade das ações nessa vertente é “trazer de volta as pessoas para o meio do convívio social, para que elas possam voltar a ser cidadãs”.

A Figura 14 apresenta a sistematização de ação do eixo Repressão, o qual agrega duas responsabilidades distintas: o acolhimento da vítima e o contínuo acompanhamento para que esse indivíduo não retorne as condições degradantes a que foi exposto. Este trabalho é realizado pelo setor social. Já o recebimento, encaminhamento e acompanhamento da denúncia, para que as penalidades legais cabíveis possam ser tomadas pelos órgãos competentes contra os praticantes dessas violações de direitos humanos, é responsabilidade do corpo jurídico do eixo.



Figura 14: Sistematização da atuação no eixo Repressão do CDVDH/CB



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Após a assistência social ao cidadão, os trabalhadores são encaminhados para o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Programa Marco Zero, para que eles possam ser acompanhados e assistidos também pelas políticas públicas, contudo essas ações são de responsabilidade do eixo inserção, caracterizado a seguir. D1 considera que “[...] o eixo da Repressão faz um trabalho além, até entrando em competências do município e do estado [...]” e ressalta como resultados, os dados apresentados no Quadro 7 em termos de atendimentos, confecção de documentos de identificação e denúncias de irregularidades em fazendas e carvoarias.

Para D1, por ser uma região com grande incidência de trabalho escravo, tanto o estado como o município deveriam desenvolver políticas públicas específicas para este problema, contemplando desde a acolhida até à reinserção desse trabalhador no mercado de trabalho. Contudo, segundo o diretor, não há ações pontuais das esferas estaduais e municipais sendo efetuadas na região.

Caso o trabalhador queira acionar a Justiça em outras questões, como de danos morais, ele recebe orientação gratuita no CDVDH/CB, mas existem honorários advocatícios a serem negociados com os advogados. Os diretores ressaltam que, em muitos casos, os escravistas não são acionados judicialmente, pois as vítimas têm medo de sofrerem atentado contra a vida, entretanto a denúncia de que há trabalho escravo naquele local é feita preservando a identidade do trabalhador, que nesse caso desiste dos seus direitos trabalhistas.

Neste sentido, o medo do trabalhador de denunciar o escravista se apresenta como o fator preponderante de privação de liberdade, pois para SEN (2010) ao não poder realizar algo

que considera valoroso fazer, o indivíduo limita a sua capacidade de escolha. Conforme pesquisa desenvolvida por Santos e Kerstenetzy (2010), na favela do Vidigal no Rio de Janeiro, a comunidade, mesmo não sofrendo impedimentos econômicos de desfrutar do bem-estar é impedida de fazê-lo, por medo e pela violência. O mesmo acontece com os trabalhadores escravizados, que mesmo possuindo direitos trabalhistas, abdicam dele com medo de sofrerem represálias por parte dos escravistas.

Caso as ameaças contra a vida do trabalhador já existam, o CDVDH/CB procura a Polícia Federal e solicita proteção, quando necessário. Não foi relatado pelos diretores, ameaças contra membros do CDVDH/CB, mas os mesmos se mostraram cientes quanto aos perigos de denunciar os escravistas.

Para realizar as ações dos eixo Repressão os recursos financeiros são provenientes dos projetos citados no Quadro 5, contudo, o CDVDH/CB conta com trabalho voluntário de advogados e estudantes de direito e serviço social, principalmente quando desenvolvem seminários e oficinas de conscientização da comunidade.

### **5.1.1.3 Terceiro aspecto - Inserção**

As ações deste eixo são realizadas através de polos produtivos onde os trabalhadores, oriundos do trabalho escravo e que sofreram outras violações contra os direitos humanos, têm a oportunidade de qualificação, para assim poderem adentrar no mercado de trabalho. Sob a coordenação da Cooperativa de Produção de Artefatos de Origem Vegetal, Mineral e Recicláveis (CODIGMA), os trabalhadores passam a ser denominados de colaboradores e têm a oportunidade de aprender novos ofícios ao atuar em um dos polos, participar de atividades culturais e de cursos, tanto na atividade que desempenham no polo, como em cursos como de vendas, empreendedorismo, planejamento e afins. Os diretores destacam como os objetivos deste eixo “capacitar, inserir e reinserir”.

D2 explica que “a proposta do CDVDH/CB não é assumir essa inserção e sim articular com o Governo, as políticas públicas e a sociedade civil quanto a essa responsabilidade”. A criação da CODIGMA é uma tentativa de ter um modelo de cooperativa e, posteriormente, apresentar para o governo uma alternativa viável de inserção, desmembrando-a do

CDVDH/CB e deixando a responsabilidade de acompanhamento e expansão do projeto para as esferas públicas. A cooperativa há seis anos está sob coordenação do CDVDH/CB e a meta é desmembrá-la a partir de 2014.

A partir daí o CDVDH/CB pretende atuar apenas em dois eixos: Prevenção e Repressão. Segundo os diretores, o objetivo é ao acolher uma vítima do trabalho escravo, encaminhar para uma cooperativa, o qual estaria sob a coordenação do poder público, que teria a responsabilidade de capacitar e inserir o colaborador no mercado de trabalho. Contudo, com as políticas atuais, segundo os diretores, não é possível realizar esta tarefa. Os diretores se referem ao Serviço Nacional de Emprego (SINE) e ao Programa Marco Zero como possibilidade de política pública de inserção.

Segundo D1, em 2013 foram realizados estudos de viabilidade econômica de cada polo produtivo, em parceria com o SEBRAE. O objetivo é ter dados para apresentar para o poder público a fim de concretizar o desmembramento sem prejudicar a reinserção dos colaboradores. Porém, caso não seja possível excluir a inserção das atividades do CDVDH/CB, D1 ressalta, “continuaremos com essa responsabilidade até que seja viável apresentá-la para o poder público”.

Os polos produtivos da CODIGMA funcionam em três segmentos: produção de carvão ecológico, fabricação de móveis e utensílios de madeira e reciclagem de papel. O colaborador atua em um dos polos de acordo com a sua afinidade e a sua localização (Figura 9). Esses polos produtivos servem como uma oficina de aprendizado, por meio das quais os colaboradores são capacitados para atuar no mercado. Além de obterem retorno financeiro proveniente do seu trabalho no polo, os produtos fabricados são vendidos e a receita subtraída das despesas, sendo que o resultado é dividido entre os colaboradores de forma proporcional às horas trabalhadas.

O objetivo é que os colaboradores tenham uma qualificação profissional e galguem novas oportunidades, porém, alguns se dedicam de forma integral às atividades do polo e se mostram insatisfeitos por não terem carteira assinada e direitos trabalhistas. Os diretores ressaltam que o objetivo não é criar relações de trabalho e ganhos econômicos para os colaboradores e sim proporcionar qualificação profissional, para que estejam aptos para o mercado de trabalho.

Essa insatisfação e mudança de anseios é vista como um fator positivo, já que antes de participarem das ações de apoio do CDVDH/CB, os colaboradores eram acostumados com relações informais de trabalho e não conheciam seus direitos. Este tipo de insatisfação demonstra que passou a fazer dos seus planos de vida, ter um emprego com carteira assinada.

#### **5.1.1.3.1 Carvão Ecológico**

O núcleo de produção de carvão ecológico reciclado está localizado em Açailândia/MA. Ocupa uma área territorial de 2.340 m<sup>2</sup>. Esta zona é atendida por rede pública de água, energia, telefone, vias abertas definidas e trafegáveis. É uma unidade micro industrial de produção de carvão reciclado e sua estrutura é composta pelos seguintes itens: escritório de alvenaria, galpão de produção, dois banheiros em alvenaria e um barraco para depósito em madeira.

Esse polo produtivo encontra-se inativo, pois o CDVDH/CB encontrou dificuldades no processo de fabricação e na comercialização produto. Optou-se por desativar temporariamente esse polo para avaliar a sua viabilidade. D1 justifica que “a matéria prima utilizada nesse polo era fruto dos resíduos das guseiras<sup>23</sup>”, porém as indústrias começaram a se utilizar desses resíduos nas suas atividades, deixando o polo sem matéria prima, nem mesmo para compra. Em assembleia foi definido que o polo seria reestruturado para atuar com resíduos sólidos, metal e plástico, mas segundo os diretores, o projeto ainda está em análise.

---

<sup>23</sup> Empresas que transformam o minério em ferro-gusa, matéria prima para a produção de aço

Figura 15: Logomarca carvão ecológico



Fonte: CDVDH/CB (2012)

Quando em operação o polo produzia o carvão ecológico conforme Figura 16 e vendia para supermercados e comércios da região. A embalagem personalizada favorecia a divulgação do projeto.

Figura 16: Carvão ecológico



Fonte: CDVDH/CB (2012)

### 5.1.1.3.2 Móveis e utensílios de madeira

Núcleo de produção de móveis, brinquedos e artefatos em MDF<sup>24</sup>, localizado também em Açailândia/MA, ocupa uma área territorial de 1.200 m<sup>2</sup>. Esta zona é atendida por rede pública de água, energia, telefone, transporte coletivo e etc. É uma unidade micro industrial

---

<sup>24</sup> *Medium Density Fiberboard*, conhecido como MDF é uma placa de fibra de média densidade derivado da madeira. É um ótimo substituto da madeira, desde que não seja necessária maior rigidez.

de produção de móveis e artefatos em MDF. A estrutura é composta pelos seguintes itens: escritório de alvenaria, galpão de madeira e dois banheiros.

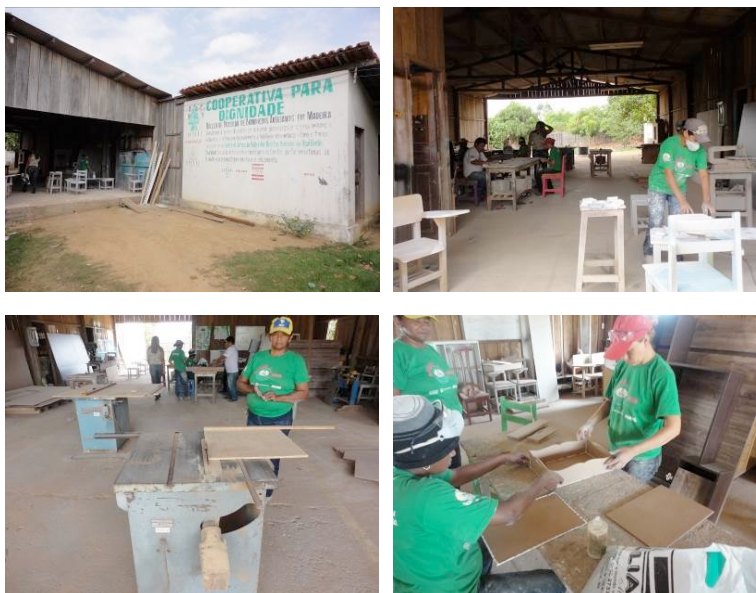
Figura 17: Logomarca brinquedos e artefatos de madeira



Fonte: CDVDH/CB (2012)

O polo atende a sete pessoas oriundas do trabalho escravo ou que tinham algum dos seus direitos restritos. Por ainda ser dependente financeiramente do CDVDH/CB parte da matéria-prima é comprada pelos projetos em vigência.

Figura 18: Polo móveis e utensílios de madeira



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Inicialmente, neste polo, os colaboradores eram qualificados para fabricarem brinquedos e pequenos acessórios, como: porta-fraldas, porta-canetas, porta-joias,

lembranças de recém-nascido, abajur, molduras e outros pequenos artefatos de MDF. Porém, conforme D1 “[...] analisando o mercado percebemos uma demanda para móveis fabricados sob medida, a partir de então estendeu-se o nicho de produtos do polo”.

Foi contratado um profissional da região, com salário fixo, pago pelo CDVDH/CB, o qual recebe as encomendas, acompanha a fabricação e treina os colaboradores nessa nova atividade. Os utensílios de MDF são vendidos para casas de decoração, livrarias, casas de festas e nas feiras promovidas pelo CDVDH/CB, enquanto os móveis projetados têm como público alvo as empresas e a comunidade em geral. Apesar de não terem data estipulada para permanecerem no projeto, a intenção é que os colaboradores que foram inseridos neste polo possam alcançar novas oportunidades, tornando-se empreendedoras ou mão de obra qualificada para as empresas locais.

Figura 19: Móveis e lembrança



Fonte: CDVDH/CB (2012)

#### 5.1.1.3.3 Reciclagem de Papel

O núcleo de produção de papel reciclado, também localizado em Açailândia/MA, ocupa uma área territorial de 600 m<sup>2</sup>. Esta zona é atendida parcialmente por rede pública de água, energia, telefone, transporte coletivo e etc. É uma unidade micro industrial de produção de papel reciclado. A estrutura é composta pelos seguintes itens: escritório de alvenaria, galpão e dois banheiros.

Figura 20: Logomarca papel reciclado



Fonte: CDVDH/CB (2012)

Nesse núcleo de produção a matéria prima é oriunda da coleta de papel e caixas de papelão nas escolas, gráficas e nas lojas, favorecendo a interação da comunidade com as ações desenvolvidas pelo CDVDH/CB. O material recolhido passa pelo processo de reciclagem. O papel e o papelão são separados e dissolvidos em água, acrescentado-se um polimento para dar cor. Em alguns casos são inseridos pequenos pedaços de folhas ou flores para dar textura ao papel reciclado. Após o processo de decomposição, o líquido é posto para secar em grandes telas, por aproximadamente 12 horas. Então a folha de papel reciclado estará pronta para uso. A Figura 21, exemplifica o processo de fabricação do papel reciclado:



Figura 21: Processo de reciclagem do papel



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Com as folhas de papel reciclado são produzidos artefatos como: blocos, caixas, capas de cadernos, envelopes, folhas A4, pastas e etc. A matéria prima principal é o papel coletado gratuitamente, porém também são usados cola branca, barbante, anilina, sementes, folhas, pétalas de flores e outros. Devido ao seu baixo custo, esses insumos são comprados pelo CDVDH/CB, utilizando-se dos recursos disponibilizados pelos projetos vigentes.

Figura 22: Produtos fabricados pelo polo de papel reciclado



Fonte: CDVDH/CB (2012)

Este polo atende a quatro pessoas do gênero feminino e tem sua produção vendida para casas de artesanato e de decoração trabalhando principalmente sob encomenda, com a fabricação de brindes e lembranças para casamentos, aniversários. Assim como nos demais polos, o resultado é dividido igualmente.

Em 2013, apesar dos polos estarem preparados para atenderem um grande número de pessoas, devido a sua estrutura física predial e de maquinário disponível, sua assistência ainda foi pequena, pois os projetos estão em reestruturação, com a busca de novos parceiros, treinamento técnico para a equipe responsável e, principalmente, prospectam o mercado consumidor.

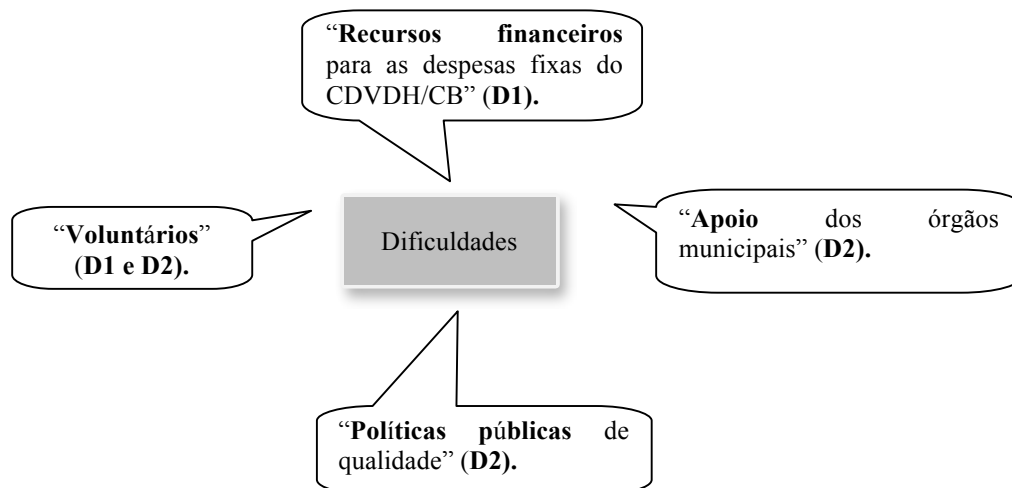
A permanência dos colaboradores nos polos produtivos depende da sua própria vontade, já que o CDVDH/CB não limita tempo mínimo ou máximo. D1 ressalta que “a intenção não é que eles fiquem e sim que alcancem melhores oportunidades”. Os colaboradores têm remuneração de acordo com a sua produtividade e a do polo. Os diretores afirmam que eles obtêm em média entre “R\$ 300,00 a R\$ 400,00 reais mês”, o que representa cerca de meio salário mínimo, portanto, abaixo da remuneração exigida pelas leis trabalhistas.

A CODIGMA ainda não é independente, já que muitos dos custos são assumidos pelo CDVDH/CB, financiados pelos projetos descritos no Quadro 5. Segundo D2, o objetivo é que a cooperativa seja “autossustentável” e apresentada para o poder público, como apresentado anteriormente, porém, enquanto esse desmembramento não acontece, as ações são realizadas. Ao longo cinco anos, segundo o CDVDH/CB (2012), já foram assistidos aproximadamente 100 pessoas pelos polos produtivos.

### 5.1.2 Segunda categoria – Dificuldades

Por se tratar de uma organização sem fins lucrativos e depender de recursos externos, para realizar as atividades de apoio, os diretores citaram os recursos financeiros para o pagamento de despesas fixas, como uma das maiores dificuldades. Porém existem outras, como pode-se observar na Figura 23.

Figura 23: Dificuldades



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Quanto à falta de recursos financeiros D1 justifica que “os projetos tem fins específicos e esses valores não podem ser gastos com conta de água, luz, telefone e reforma”. Para essa dificuldade a estratégia utilizada é fazer feijoadas, além de se buscar parcerias e doadores mensalistas, pois os recursos originados desta natureza podem ser gastos para esse fim. Os diretores relatam que a sede do CDVDH/CB necessita de uma reforma, mas não há recursos disponíveis. Recentemente a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR)

comprometeu-se em reformar o prédio, o que ainda não ocorreu. Para os demais recursos financeiros utilizados nos projetos de apoio existe uma equipe responsável pela captação de recursos junto às instituições, como já mencionado.

Como citado, o CDVDH/CB desenvolve um trabalho de prevenção via apresentação de espetáculos e palestras. Estas ações têm o intuito de sensibilizar a comunidade e atrair voluntários, porém o número de voluntários ainda é reduzindo e imprevisível. Muitas pessoas participam dos eventos, compram os utensílios de madeira e/ou de papel, mas não se envolvem nas atividades do CDVDH/CB.

Quanto a isto, Fagundes (2006) afirma que para se alcançar uma “sociedade de bem-estar”, faz-se necessária a integração de vários atores e recursos: estado, mercado, organizações, voluntários e afins. O CDVDH/CB demonstra essa preocupação no envolvimento da comunidade em geral, não somente indiretamente, mas também diretamente, assumindo responsabilidades no processo de acolhimento. Porém, esse envolvimento ainda é tímido diante da quantidade de ações desenvolvidas. Isto não significa que a comunidade não apoia o CDVDH/CB, somente não é voluntária na realização das ações.

Quanto ao não envolvimento da comunidade de forma direta nas ações do CDVDH/CB, Sen (2010, p. 359) ressalta que “como seres humanos competentes, não podemos nos furtar à tarefa de julgar o modo como as coisas são e o que precisa ser feito. Como criaturas reflexivas, temos a capacidade de observar a vida de outras pessoas”. Portanto, segundo o autor, o senso de responsabilidade do indivíduo não deve se referir apenas as questões individuais, mas incluir o infortúnio que acontece ao seu redor, já que negar a relevância dos problemas sociais seria negar a própria existência social.

Sen (2010) destaca que não há um padrão ou regras que delimitem como deve agir o indivíduo diante dos problemas sociais que o cerca, porém deve se perceber a relevância do ser humano como agente de desenvolvimento e considerar a expansão de suas ações sociais como um avanço na sua responsabilidade individual.

Outra dificuldade relatada é a falta de políticas públicas, quanto a isto, D2 afirma que “estamos de mão atadas”. Apesar de não receberem apoio dos órgãos municipais, através da Prefeitura Municipal de Açailândia/MA e suas Secretarias, a atenção que é dada pelos órgãos

públicos estaduais e federais deixam os diretores satisfeitos. D2 ressalta que “existe a necessidade de fortalecer cada vez mais o apoio, para assim podermos ajudar a mais pessoas”. Os diretores listam as organizações que ajudam o CDVDH/CB, são eles:

1. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra;
2. Padres Combonianos;
3. Comissão Pastoral da Terra;
4. Conselho Tutelar;
5. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMUCAA);
6. Repórter Brasil;
7. Sindicato dos Professores de Santa Luzia/MA;
8. Associação de Moradores de Açailândia/MA;
9. Sindicato dos Professores de Açailândia/MA;
10. Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia/MA;
11. Sindicato dos Mototaxistas de Açailândia/MA.

Os diretores ressaltam que as dificuldades e obstáculos ocorrem principalmente por ser uma atividade de apoio que não condiz com os interesses de “poderosos” da região, “[...] porém não se pode abater ou desistir diante desses empecilhos”, D2. Portanto, foi com o apoio das organizações e da comunidade o CDVDH/CB se tornou referência na região em combate ao trabalho escravo e auxílio as vítimas de violações de direitos humanos.

## **5.2 Colaboradores**

Participaram da pesquisa seis colaboradores, vítimas do trabalho escravo e que são assistidos pelo CDVDH/CB em suas diversas atividades, dentre os quais cinco são do gênero masculino e uma do gênero feminino. Para preservar a identidade dos colaboradores, respeitando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os mesmos passarão a ser denominados como, C1, C2, C3, C4, C5 e C6, respectivamente. O Quadro 8, apresenta uma síntese do perfil dos colaboradores.

Quadro 8: Perfil colaboradores do CDVDH/CB

Nome	Gênero	Faixa etária (anos)	Tempo de Escravidão durante a vida de trabalho (meses)	Origem do trabalho escravo	Escolaridade (anos)	Estado Civil	Quant. de Filhos	Tempo de acompanhamento pelo CDVDH/CB (anos)
C1	F	51 a 60	7	Fazenda	4	União estável	3	5
C2	M	31 a 40	5	Carvoaria	4	União estável	4	13
C3	M	31 a 40	6	Carvoaria	0	Casado	4	3
C4	M	41 a 50	9	Fazenda	4	União estável	4	10
C5	M	31 a 40	6	Fazenda	4	Casado	3	7
C6	M	Acima de 60	3	Fazenda	0	Casado	3	16

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

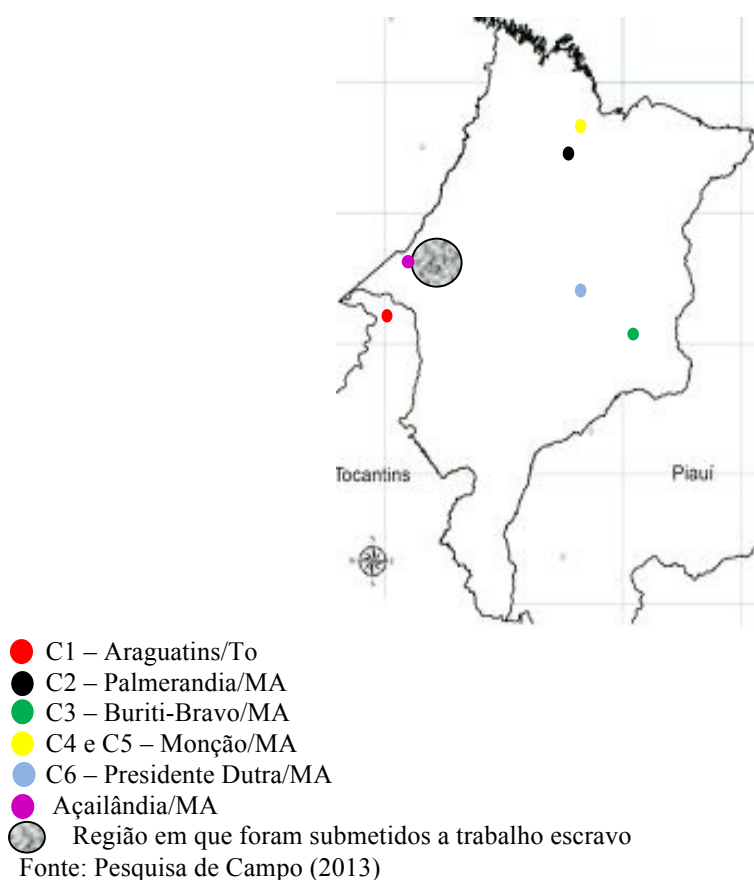
Os colaboradores encontram-se no intervalo entre de 33 e 81 anos. Nenhum dos entrevistados tem entre 20 a 30 anos, três possuem entre 31 a 40 anos, e há um colaborador em cada uma das demais faixas etárias. Todos têm filhos, possuem residência fixa, união estável, sendo que três são regularmente casados. Quanto à escolaridade, todos estão abaixo do nível fundamental, considerando os padrões atuais, quatro, cursaram até a quarta série, enquanto dois não possuem escolaridade.

A quantidade de mulheres entrevistadas é um reflexo do perfil do trabalhador escravo contemporâneo, por serem submetidos a serviços braçais exaustivos e degradantes nas fazendas ou nas carvoarias, o foco dos escravistas são os homens. As mulheres, quando aliciadas, são para trabalhos domésticos. No CDVDH/CB a maioria das mulheres assistidas sofreram violações domésticas, o caso mais comum é de agressões realizadas pelos seus companheiros.

Exceto C4, que mora em um povoado nas proximidades de Santa Inês/MA, a 317 km de Açailândia/MA, os demais fixaram residência na cidade, que fica próxima ao local em que foram escravizados e também é onde está a sede do CDVDH/CB, consequência do apoio recebido e as oportunidades que a cidade oferece, devido ao seu crescimento econômico.

Conforme a Figura 24, que apresenta um mapa das origens dos colaboradores. Exceto C1, que é natural do estado do Tocantins, os demais são naturais do interior do estado do Maranhão. Este fato representa a estratégia dos aliciadores, que buscam por trabalhadores em cidades do interior, distantes das fazendas ou carvoarias nas quais serão escravizados, como forma de dificultar as fugas e impedir o contato com as famílias.

Figura 24: Origem dos colaboradores



Quatro dos colaboradores passaram pelo trabalho escravo em fazendas, enquanto dois deles foram submetidos em carvoarias. São as duas formas de trabalho escravo comuns na região. O número superior de escravizados nas fazendas é um reflexo do tipo de trabalho escravo no Brasil, a revista *Escravo, Nem Pensar* (2012, p. 96 e p. 38) apresenta que entre “[...] 2003 à 2011, 2,6 mil pessoas foram encontradas em condições análogas à de escravo em carvoarias”, enquanto que no mesmo período “[...] 37 mil pessoas foram encontradas em regime de escravidão em fazendas”.

É uma característica do trabalho escravo contemporâneo o curto tempo de escravidão, conforme pode-se identificar também no Quadro 8. Esta é uma diferença em relação ao passado, antes da abolição da escravatura, que o negro nascia escravo e assim permanecia durante sua vida. O que não significa que as consequências sejam minimizadas para quem passou por esta condição. Os colaboradores foram escravizados entre três e nove meses, sendo que C4 foi submetido ao trabalho escravo por três vezes, totalizando os nove meses.

D2 ressalta que “o curto tempo de escravidão se dá devido à fuga de alguns trabalhadores, a fiscalização e à quantidade de trabalhadores desempregados em situação vulnerável, tornando-os descartáveis e de fácil substituição”. Os escravistas se utilizam dessa mão de obra para rentabilizar seus empreendimentos e, quando o trabalho é concluído, eles são mandados embora sem nenhum direito e remuneração.

Durante o trabalho escravo os trabalhadores são submetidos a privações sociais e econômicas e ao fugirem ou serem libertados, procuram o CDVDH/CB na busca de acolhimento. Por vezes a necessidade do trabalhador é diferente da que o CDVDH/CB pode oferecer, como no caso de C5, que após ser acolhido não tinha para onde voltar, nem recursos para se alimentar. Os diretores ressaltam que não é seu objetivo oferecer moradia e alimentação, nem possuem estrutura compatível.

Segundo D2, “não se pode padronizar o acolhimento e sim humanizá-lo”, No caso de C5, segundo D2, foi necessário adaptar o acolhimento com a necessidade do trabalhador, acomodando-o nas dependências do CDVDH/CB até que ele tivesse condições de ter um local para morar. Ele conta: “[...] morei seis meses no Centro, enquanto conseguia uma casa e um emprego”. Segundo os diretores, a gestão municipal é desprovida de políticas públicas de acolhimento para indivíduos fragilizados por esta condição, assim o CDVDH/CB, por vezes, precisa atuar além do seu objetivo e das suas condições, para preservar a vida, a saúde e a segurança do trabalhador.

Em relação ao tempo em que são assistidos pelo CDVDH/CB, percebe-se que, mesmo emancipados, social e economicamente, e não participando ativamente das atividades regulares do CDVDH/CB, os colaboradores consideram a data da sua libertação até o momento, como o tempo que são assistidos pelo CDVDH/CB. Isto se dá pela percepção de terem alcançado uma vida digna após serem acolhidos pelo CDVDH/CB, o que se



compactua com a ideia defendida por Sen (2010), quanto a rede de segurança protetora, pois as ações do CDVDH/CB minimizou os riscos dos colaboradores de virem a ser afetados por diversos males. Desta forma, conforme Quadro 8, o intervalo de acompanhamento realizado pelo CDVDH/CB junto aos colaboradores é de 3 a 16 anos, ou seja, existem colaboradores que são assistidos desde a fundação do CDVDH/CB.

Para analisar as condições vividas pelos colaboradores durante o trabalho escravo, foi solicitado que relatassem as relações de trabalho que viveram no período. Porém, por se tratar de um trauma, além de relatarem o que foi questionado todos explanaram sobre o dia em que foram aliciados.

Ao relatar sobre o aliciamento, C1 conta que “um amigo já estava indo trabalhar na fazenda e o Gato”<sup>25</sup> chamou para ser cozinheira [...] precisando trabaiar, fui”, C2 e C3 relatam que procuraram o “Gato” se disponibilizando, pois precisavam ganhar dinheiro e, na ocasião, parecia ser uma oportunidade. C2 conta que: “[...] já fui escravizado três vez, em carvoaria, como não tenho estudo, lá é o único lugar que quer gente sem estudo”. C6 diz que “lembro como se fosse hoje, estava no cabaré, chegou um homi chamando a gente pra uma empreita”.

Chama atenção a forma com que eles se referem ao Gato, todos remetem em tom de revolta e um certo medo. C6 diz “quero nunca mais ver aquele homi, mas se um dia topar com ele, tenho algo guardado pra ele”.

É comum os trabalhadores que já foram escravizados ou cientes que em determinada fazenda ou carvoaria as condições de trabalho são degradantes, submeterem-se a essas condições. Pois, por não terem instrução e serem acostumadas com serviço braçal, tem limitadas suas oportunidades de trabalho, tornando-se vulneráveis ao aliciamento. O direito ao trabalho enquanto necessidade humana e a expectativa de obtenção de remuneração os motiva, independentemente das condições de trabalho oferecidas.

---

<sup>25</sup> É a pessoa que alicia os trabalhadores com promessas de trabalho e remuneração, entretanto é a mesma pessoa que armado, os impede de fugir, das fazendas ou carvoarias.

C2 e C3 relatam que, outro fator que contribui com o aliciamento é o envolvimento das pessoas com drogas e o mundo do crime, proveniente destes. É comum o aliciado acarretar dívidas que não pode honrar e inimigos que tentam contra a sua vida. Segundo os colaboradores muitos dos trabalhadores estão fugindo de ameaças e a fazenda torna-se um ótimo esconderijo, sendo que, nesses casos o fazendeiro só precisa saciar o vício dele. C3 relata que “é comum vê drogas nas carvoarias”, mas ressalta, “eu nunca usei”. Para esses, o trabalho escravo é a única opção de sobreviver, porém, após algum tempo compartilham do mesmo sentimento, a vontade de fugir.

Ao caracterizarem suas vidas durante a escravidão, os colaboradores denominam-a de “sofrida”, e relembram os momentos de extrema pobreza, fome e trabalho degradante. Como afirma Sen (2010) fome coletiva e pobreza endêmica são males que acarretam sofrimento persistente. C4 relata que “desde 10 anos trabalho na roça, sem oportunidades e estudo. A roça era minha única opção de ganhar um dinheiro e ter meu sustento”.

As limitações de oportunidades, além de serem ocasionadas pela falta de qualificação, também decorrem da autoperspectiva do colaborador que só percebe o trabalho braçal como única possibilidade lícita para a constituição de renda. Segundo os colaboradores, aprender coisas novas e galgar novas oportunidades, não fazia parte da sua realidade e era impossível devido a sua condição de trabalhador rural. Contudo, a conversão do trabalho braçal para o trabalho escravo nega a garantia dos direitos humanos desses trabalhadores.

Diante do que se articula, há que se ponderar o modelo de escravidão colonial em confronto com o contemporâneo. Posto que naquele as pessoas eram aprisionadas, negociadas e vendidas, enquanto neste, elas são convidadas, aliciadas e vão por vontade própria, acreditando ser uma boa oportunidade de trabalho. Somente no local se dão conta das condições a que serão expostas e do cárcere a que serão submetidas. Neste momento o tratamento não se diferencia entre as épocas de escravidão.

Conforme os relatos, durante o trabalho escravo os colaboradores viveram em condições sub-humanas. C1 “dormimos com os bichos”, C5 “comíamos só arroz e farinha, quando tinha”, C2 “nunca tinha dinheiro pra receber”, C6 “éramos vigiados 24 horas”, C4 “quase morro de tanto trabalhar”. Para saírem dessas condições C1, C4 e C6 fugiram. C6 relata, “passei seis dias no mato, comendo raiz de árvore e bebendo água de brejo, até a

polícia me achar”. Os demais foram resgatados após as denúncias recebidas pelo CDVDH/CB e encaminhadas para os órgãos competentes.

A Figura 25 apresenta as condições que os trabalhadores escravos vivem, o alojamento, a qualidade da água que consomem, ilustrando os relatos dos colaboradores.

Figura 25: Alojamento dos trabalhadores escravos



Fonte: CDVDH/CB (2012)

As agressões são comuns nas fazendas e carvoarias, principalmente quando os trabalhadores são pegos tentando fugir, assim servem de exemplo e amedrontam os demais. C6 conta que um colega, ao tentar fugir, foi baleado e surrado pelo Gato até desmaiar. Dias depois foi resgatado pela Polícia Federal. Essa realidade remete à repudia da Declaração Universal dos Direitos Humanos no que se refere ao seu posicionamento contra o tratamento desumano e, também, ao Código Penal, que caracteriza como crime o trabalho forçado e as condições degradantes.

Apesar de terem obtido auxílio de alguns órgãos públicos, para os colaboradores, somente o CDVDH/CB realiza ações de prevenção e combate contra o trabalho escravo. C4 ressalta que “na cidade todo mundo sabe que o trabalhador escravo tem ajuda no

CDVDH/CB, por isso quando fugi vim pra cá”. No município e nas cidades circunvizinhas não há quaisquer outras iniciativas sociais para o acolhimento desses trabalhadores e no CDVDH/CB os colaboradores têm acesso à assessoria jurídica e social, oportunidade de qualificação e de serem inseridos nos polos produtivos.

Os aspectos a seguir exemplificam as atividades do CDVDH/CB e seu reflexo na vida dos colaboradores, analisando-se de acordo com as cinco liberdades propostas por Sen e sua classificação quanto ao “fim” e ao meio”, conforme o Quadro 3. Segundo Sen (2010, p 25), “as políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas, mas inter-relacionadas”. O objetivo é perceber quais são contribuições para a promoção do desenvolvimento humano dos colaboradores.

## **5.2.1 Liberdades como meio**

### **5.2.1.1 Garantias de Transparência**

As garantias de transparência estão associadas às relações de confiança que os indivíduos estabelecem entre si, com as instituições e com o Estado. Quanto a isto, Sen (2010, p. 60) afirma que “referem-se a necessidade de sinceridade que as pessoas podem esperar: lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza”.

Contudo, para que o trabalhador escravo procure o CDVDH/CB é necessário que seja ultrapassada a barreira da desconfiança do outro, que foi instituída ao longo do período que fora escravizado. Os colaboradores relatam que, diante de fiscalizações, eram obrigados a mentir quanto ao regime de trabalho a que eram expostos, prolongando, assim, as condições de trabalho escravo à que eram submetidos e favorecendo aos interesses dos escravistas. Devido a isto, tornaram-os descrentes na atuação dos órgãos públicos.

A confiança em instituições estaria baseada no fato de os cidadãos compartilharem uma perspectiva comum relativa ao seu pertencimento à comunidade política, uma circunstância implícita na justificação normativa das instituições. Por outro lado, isso ofereceria os fundamentos a partir dos quais os papéis desempenhados pelos responsáveis pelas instituições são estabelecidos. Nessas condições, os julgamentos dos cidadãos para decidir confiar em instituições referem-se à performance destas

mas, ao mesmo tempo, tomam por base a avaliação da consistência e da coerência internas de suas normas, mais do que as avaliações estritas do comportamento individual dos seus gestores e administradores (MOISÉS, 2005, p. 42).

Como apresentado por Moisés (2005) a confiança atribuída a alguém ou a uma instituição é reflexo da performance por esta desempenhada. Portanto, proveniente dos anos de ações realizadas, o CDVDH/CB tornou-se referência na região no combate ao trabalho escravo, inclusive ganhando prêmios de relevância, conforme já apresentado. Os colaboradores relatam que, ao fugirem das fazendas ou carvoarias e pedirem ajuda na comunidade, são orientados a procurar o CDVDH/CB, o que demonstra que o apoio ofertado tem a credibilidade da sociedade.

Em contrapartida à confiança atribuída CDVDH/CB, tem-se a descredibilidade dos colaboradores quanto ao trabalho realizado pelos órgãos públicos. Quanto a isso, C3 expõe que “na justiça daqui, quem manda é patrão, chegar cum dinheiro é que é o verdadeiro, aqui não, aqui vai pra frente, por que o CDVDH/CB acredita na verdade”. Mesmo sendo esses órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e punição dos escravistas, a confiança é creditada às ações de acompanhamento do CDVDH/CB. C3 ressalta ainda que, “ao ir na polícia, não deram atenção ao que eu dizia, as coisas só foram pra frente quando o CDVDH/CB denunciou o dono da carvoaria”.

No entanto, os diretores afirmam que os órgãos públicos são parceiros do CDVDH/CB e sua atuação é limitada à denúncia e acompanhamento, porém, segundo os diretores, o que diferencia as denúncias feitas através CDVDH/CB das denúncias realizadas diretamente pelos trabalhadores escravos é o poder de mobilização, a credibilidade que desfrutam junto à mídia e à equipe de profissionais. Contudo, mesmo os diretores ressaltando a parceira existente para C3 “o mérito é todo do CDVDH/CB”.

Esta relação de confiança e credibilidade construída pelo CDVDH/CB perpassa os resultados das ações é deve-se também ao ambiente acolhedor, à equipe de funcionários e voluntários, que além de possuir longa jornada de apoio às causas sociais, são treinados e orientados pela equipe diretiva quanto à forma de se vestir e se expressar, de modo a aproximar o trabalhador escravo, para que o mesmo passa sentir-se seguro e acolhido.

O conjunto desses fatores possibilita a transparência e a confiança do trabalhador escravo no CDVDH/CB. Segundo C5 “quando cheguei no CDVDH/CB, me senti acolhido por uma família, pessoas que se interessaram pelos meus problemas”. Enquanto, segundo os colaboradores, nos órgãos públicos são recepcionados em um espaço formal, por pessoas com uma linguagem formal e com trajes sociais. Para o trabalhador, esse ambiente é favorável ao escravista.

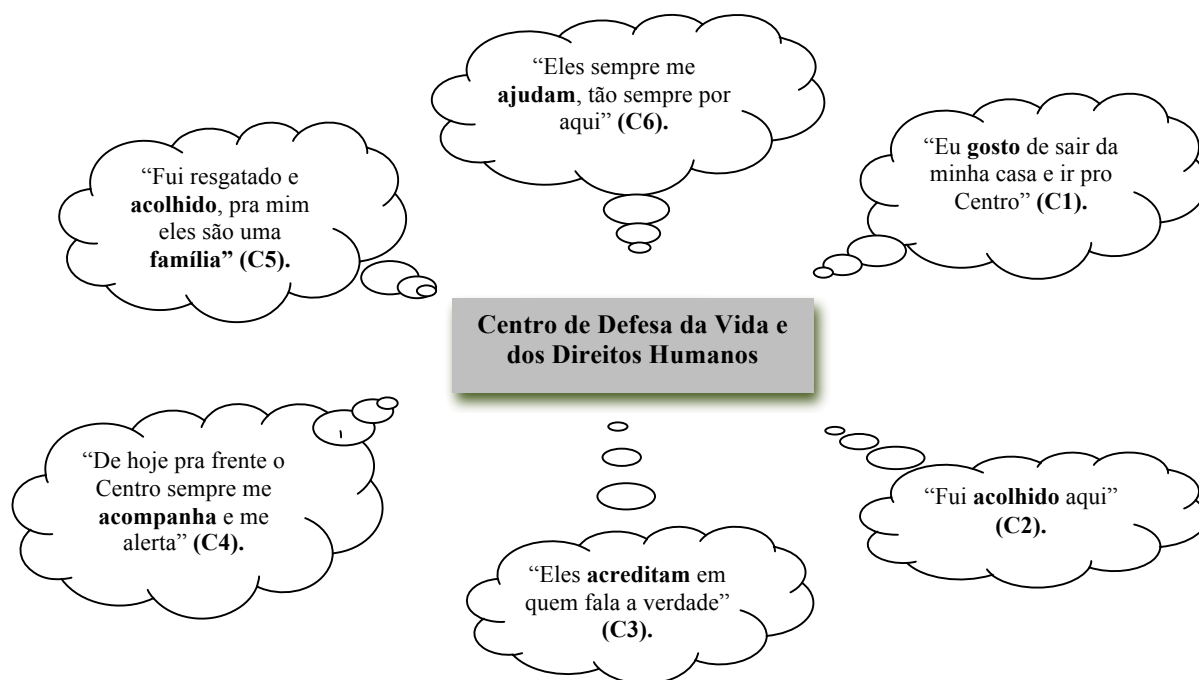
Observou-se que há transparência nas relações sociais entre o CDVDH/CB e os colaboradores o que garante respeito e possibilita alcance e a expansão do conjunto capacitório, proporcionando tanto a capacidade quanto a liberdade de fazer escolhas. Neste sentido, além de ter sua denúncia recebida e encaminhada aos trâmites legais, o colaborador pode participar das diversas ações do CDVDH/CB, o que se pode constatar na análise das diferentes iniciativas do CDVDH/CB relativas aos três eixos, com ela ajuda a evitar a continuidade da vulnerabilidade e novos aliciamentos.

#### **5.2.1.2 Segurança Protetora**

A segurança protetora é realizada através de uma rede de segurança social na qual os indivíduos serão inseridos, para evitar que sejam acometidos por desigualdades sociais. Para Sen (2010) a segurança protetora é necessária para evitar que a população seja exposta a condições de miséria, fome e, em alguns casos, até à morte. Neste sentido, o apoio do CDVDH/CB busca evitar que pessoas em condições de vulnerabilidade sejam expostas a condições de trabalho escravo ou outra violação dos direitos humanos, bem como proporcionar às pessoas que já sofreram tais condições o que for necessário para que não voltem a sofrer tais abusos.

Os diretores ressaltam que não se pode findar o apoio ao trabalhador escravo somente no acolhimento da denúncia, pois esta ação não elimina a vulnerabilidade. Ainda, segundo os diretores, é comum no modelo de escravidão contemporânea o indivíduo ser escravizado mais de uma vez, pois os trabalhadores são atraídos pela oportunidade de emprego, caso de C2, que foi vítima do trabalho escravo três vezes. A Figura 27 apresenta o sentimento dos colaboradores do CDVDH/CB quanto ao apoio recebido.

Figura 27: Sentimento dos colaboradores em relação ao apoio do CDVDH/CB



Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Outros órgãos contribuem para esse apoio. C6 cita que “a Polícia Federal vem direto na minha casa”. Devido às causas judiciais e trabalhistas movidas contra os escravistas, por vezes, os colaboradores sofrem ameaças contra a vida. O medo faz com que alguns colaboradores “desapareçam”, ou seja, mudem de cidade sem fazer contato. Neste caso o CDVDH/CB acolhe e encaminha a denúncia para as autoridades competentes, contudo não consegue realizar um apoio de forma contínua.

Outro reflexo do medo é a desistência por parte dos colaboradores dos processos judiciais, evitando o enfrentamento contra os escravistas. C6 relata que, “no dia da audiência fui ameaçado, mi perguntaram se minha carne era a prova de bala. Eu disse na cara dele: do jeito que a minha fura a sua fura também”. Segundo C6, ele fugiu com outros dois trabalhadores escravos, mas somente ele deu continuidade ao processo, os demais desistiram e voltaram para suas cidades sem receberem os direitos trabalhistas. O processo foi favorável ao colaborador e acompanhado até o término pelo CDVDH/CB.

Costa (2006) desenvolveu uma pesquisa com agricultores em Santo Cristo/RS e a vulnerabilidade social e econômica em períodos de seca, considerando para sua análise a Abordagem das Capacitações. A autora identificou que, quando não há uma rede de segurança protetora, seja ela por parte Estado ou iniciada pelos movimentos sociais, a qualidade de vida dos agricultores é prejudicada, pois eles tornam-se mais vulneráveis no períodos de seca. Em seu estudo Costa (2006, p. 101) considera que “a ajuda em si é um intitlamento<sup>26</sup>, já o sentimento que ela é capaz de proporcionar, como proteção e melhoria da qualidade de vida, são funcionamentos segurança protetora”. Portanto, segundo Costa (2006) a segurança protetora por si só não proporciona o desenvolvimento humano, mas são meios fundamentais para que o indivíduo atinja este fim.

O CDVDH/CB preocupa-se em ser uma rede de segurança social, para evitar que pessoas sejam aliciados e passem por essas condições desumanas de trabalho. Para tanto, para expandir essa rede de segurança protetora, lançou em 2005 o Manual de Defesa dos Direitos Humanos, em 2009 lançou a Cartilha Liberdade e Quilombagem, retratando a vida dos trabalhadores escravos e, em 2011, o Atlas Político-jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão. Tais obras, bem como todas as ações de apoio do CDVDH/CB, buscam conscientizar quanto ao crime que é o trabalho escravo, via exposição dessa realidade que aflora no estado.

A rede de segurança protetora que o CDVDH/CB se transformou é ressaltada na fala de C5 “quando consegui fugir e cheguei em Açailândia todo mundo mandou eu vim no CDVDH/CB, pois era aqui que o trabalho escravo é ouvido”. Ainda segundo C5, “na fazenda o ser humano é tratado como mercadoria e ao chegar no CDVDH/CB as pessoas são tratadas como gente”. Estes relatos demonstram o apoio do CDVDH/CB no combate ao trabalho escravo, bem como a confiabilidade que os colaboradores têm no apoio desenvolvido pelo CDVDH/CB.

As liberdades de garantia e transparência e de segurança protetora atuam como meio para o alcance de outras liberdades, pois permitem que o apoio desenvolvido pelo

---

<sup>26</sup> Segundo Sen (2000) os intitlamentos [*entitlement*] são aquilo que podem ser transformados em funcionamentos, em seguida capacitações e conseqüentemente liberdades.



CDVDH/CB tenha credibilidade e auxílio da comunidade e dos órgãos públicos. Em virtude desse acompanhamento, os colaboradores têm a oportunidade de inter-relacionar as capacitações adquiridas, contribuindo para a melhoria das oportunidades sociais e as liberdades políticas. Hoje estes informantes atribuem ao CDVDH/CB a capacidade de poder escolher e desfrutar de uma vida digna.

### **5.2.1.3 Facilidades Econômicas**

As facilidades econômicas proporcionam aos indivíduos a possibilidade de usufruírem de bens e/ou serviços de consumo. Para Sen (2010) os intitamentos econômicos dependerão dos recursos disponíveis para compra ou troca. Visto a situação de vida que os colaboradores encontravam-se nas fazendas ou carvoarias, evidencia-se a situação de limitação econômica, pois não possuíam renda nem tão pouco bens para troca. Toda renda do seu trabalho era remetida ao pagamento de dívidas e, mesmo assim, ao final do mês sempre estariam em débito com o escravista. C1 relata que “quando ia acertar nunca tinha lucro”.

Esta compensação entre o trabalho e despesas realizada pelo escravista, deixando o trabalhador sem salário para receber, além de provocar uma privação econômica, vai contra a Lei nº 5.889/73<sup>27</sup> que institui as normas do trabalho rural. No seu artigo 9º prevê descontos provenientes de moradia e alimentação, porém, limita esses descontos em 20% e 25% respectivamente, nunca podendo alcançar os 100% dos ganhos do trabalhador, como é praticado nas fazendas e carvoarias da região.

Segundo os colaboradores, a jornada diária de trabalho era de aproximadamente 12 horas, sem descanso apropriado. O artigo 5º, da lei em questão, reza que, em jornadas acima de seis horas deverá ser respeitado um intervalo para repouso e um intervalo mínimo de onze horas entre duas jornadas de trabalho. Além de descumprir o estabelecido em lei, elevadas jornadas de trabalho, segundo Delgado (2005), também consitiu problema de saúde pública, pois compromete a saúde do trabalhador.

---

<sup>27</sup> Conforme a Lei nº 5.889/73 artigo 1º “As relações de trabalho rural serão reguladas por esta Lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01/05/1943”. Portanto o trabalho rural possui um normativo próprio e complementar as normas trabalhistas.

Além de cumprirem uma elevada jornada de trabalho e não obterem ganhos provenientes desta, segundo os colaboradores, eles foram expostos a atividades perigosas e degradantes. C3 relata que “entrava nos fornos de carvão pegando fogo”, C4 diz que: roçava o mato sem proteção, limpava açudes, com o risco de ser mordido por uma cobra”, arriscavam suas vidas a todo momento, conforme ilustra a Figura 26. Essas situações colocavam em risco a saúde e a vida do colaborador, algo que além de proibido pelas legislações brasileiras é repugnado pela sociedade.

Quanto a isto, Sen (2010) ressalta a importância da valorização dos direitos humanos e desaprova o tratamento desumano, como o sofrido pelos colaboradores. Na concepção de Sen os direitos humanos não necessitariam de legislação para serem praticados e respeitados, pois a ideia de ter uma lei regulamentando algo pressupõe que antes da lei não seria necessário fazê-lo. Contudo, a legitimidade do tratamento igualitário deve ser natural, imediato e constante.

Figura 26: Condições dos trabalhares escravizados



Fonte: CDVDH/CB (2012)

Na condição de escravos, os colaboradores eram privados da capacidade de obter liberdades e, conseqüentemente, de desfrutar do bem-estar. Sen (2010, p. 124) considera que “maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, [...] ter melhor educação e serviços de saúde elevando diretamente a qualidade de vida”. Questionados sobre o que seria qualidade de vida os colaboradores caracterizaram como “liberdade” C5 e “dignidade” C1.

No tocante a qualidade de vida os colaboradores demonstram que os meios para o alcance desta seria, ter renda, um lar e estar no convívio da família, isto os torna livres, dignos e felizes.

Os colaboradores demonstram satisfação na conquista de funcionamentos, algo que o indivíduo considera valoroso ter ou fazer, neste sentido percebeu-se novos anseios pessoais entre os entrevistados. Sen (2010) afirma que a capacidade de utilização das liberdades impacta na formação de valores tanto econômicos quanto sociais. Quando trabalhadores escravos, suas expectativas eram limitadas, somente o trabalho e o sustento, contudo após serem acolhidos pelo CDVDH/CB e reinseridos na sociedade como agentes ativos, seus anseios são de qualificação profissional, melhores oportunidades de trabalho, casa própria, carro e lazer.

O CDVDH/CB tem como estratégia de reinserção proporcionar para a pessoa oriunda da escravidão a qualificação e/ou integração em um dos polos produtivos coordenados pela CODIGMA. O objetivo é proporcionar para o colaborador “meios” de adquirirem, por meio do seu trabalho, renda suficiente para seu sustento, bem como competências técnicas para galgar oportunidades no mercado de trabalho.

Somente C1 trabalha no CDVDH/CB, em um polo produtivo da CODIGMA, os demais têm outra atividade profissional e as desempenham fora do ambiente do CDVDH/CB, conforme Quadro 9. C5 tinha a carteira assinada e durante a pesquisa de campo, em 2013, estava recebendo seguro desemprego, enquanto C3 e C6 são aposentados. Os demais trabalham em regime de diárias, com recebimento semanal, relatando ter ganhos entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.200,00 mês.

Quadro 9: Atividades profissionais dos colaboradores do CDVDH/CB

Colaboradores	Atividade Profissional	Única renda familiar	Renda suficiente para sustento da família
C1	Colaborador – CODIGMA	Não	Sim
C2	Pedreiro	Sim	Sim
C3	Aposentado	Não	Sim
C4	Ajudante de pedreiro	Sim	Sim
C5	Motorista	Sim	Sim
C6	Aposentado e Agricultor	Sim	Sim

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Segundo o IBGE (2010), o valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes da zona rural era de R\$ 342,84, enquanto na zona urbana era de R\$ 541,39. Isto posto, percebe-se que os colaboradores obtêm remuneração acima do identificado como média individual na cidade. Contudo C1, que trabalha na CODIGMA e têm ganhos entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 mês, está abaixo da média.

C1 é a única do gênero feminino. Sen (2010, p. 247) demonstra preocupação com “a condição de agente ativa das mulheres o que fica demonstrado quando afirma que “[...] tem-se urgência de retificar muitas desigualdades que arruinam o bem-estar das mulheres e as sujeitam a um tratamento desigual”. Conforme o estatuto do CDVDH/CB, não há qualquer tratamento desigual, seja por gênero, raça ou religião no CDVDH/CB. Contudo, no município de Açailândia/MA, segundo o IBGE (2010), há 27.191 homens economicamente ativos, enquanto são 16.533 mulheres economicamente ativas. Portanto, percebeu-se que as oportunidades para o gênero masculino são maiores.

C1 e C3 dividem a responsabilidade do sustento familiar com seus respectivos (as) parceiros (as), os demais são os únicos provedores. A família dos colaboradores têm em média cinco pessoas. Apesar de terem uma renda baixa e não serem contemplados por programas sociais como bolsa família, afirmam que a renda é suficiente para o sustento. C5 diz que, “mesmo ganhando pouco, consegui comprar minha casa e minha moto”.

As facilidades econômicas são influenciadas por outras liberdades. Quando o indivíduo não tem saúde e não pode trabalhar, a conquista de recursos financeiros fica comprometida, como ocorre com C3 que, apesar da pouca idade, têm problemas de saúde

adquirida nos tempos de trabalho escravo, o que vai ao encontro do pensamento de Fagundes (2006), quando afirma que as condições de trabalho também são um problema de saúde pública.

Entrei no forno quente para ver se o carvão já estava pronto, veio aquele bafo quente na minha cara e não senti mais minhas pernas, caí, pensei que ia morrer. Quando acordei, meus companheiros tinham me tirado do forno. Todo mundo achou que eu tava morto, fui levado pro hospital e deixado lá. Depois desse dia não sinto minhas pernas direito, ando com dificuldades e sinto dor direto” (C3).

Em virtude dos problemas de saúde adquiridos quando trabalhador escravo, C3 conseguiu o benefício da aposentadoria, contudo ressalta: “mesmo doente e tendo uma renda, gosto de participar dos cursos oferecidos pelo CDVDH/CB para estar sempre aprendendo”. C6 em virtude da idade, também é aposentado, contudo, possui uma pequena horta, na qual dedica o tempo para o cultivo de hortaliças.

Os colaboradores demonstram um desejo de aprender e estar em constante crescimento, galgando novas oportunidades econômicas. Relatam a importância das formações proporcionadas pelo CDVDH/CB. Porém desejam participar de outros cursos como de pedreiro, motorista, pintor e outros. C4 diz que “ainda quero fazer outros cursos”, enquanto C5 está fazendo o curso de operador de máquinas pesadas, em uma escola profissionalizante.

C1 relata com alegria as habilidades que conquistou: “hoje posso receber uma encomenda de caixinhas e brinquedos e fazer”. Esta situação demonstra que as oportunidades econômicas estão condicionadas às qualificações de cada colaborador. Sen (2010) contextualiza que quando uma pessoa é incapacitada ou sem preparo profissional para auferir uma renda, enfrentará dificuldades de viver bem

Esses novos valores educacionais e profissionais aumentam a capacidade dos colaboradores de conquistarem e usufruírem das oportunidades. Enquanto trabalhadores escravos seus objetivos eram somente trabalhar e conquistar a liberdade, hoje objetivam aprender. Percebe-se, assim, qualificação como meio para o alcance das facilidades econômicas.

Nota-se uma mudança no estilo de vida dos colaboradores, proveniente das facilidades econômicas conquistadas após serem assistidos pelo CDVDH/CB. O uso de telefones celulares, aquisição de meios de locomoção e outras conquistas. Contudo, as habilidades produtivas e a valorização dessas conquistas vão além dos aspectos econômicos, refletindo-se na qualidade de vida de cada colaborador.

## **5.2.2 Liberdades como fim**

### **5.2.1 Oportunidades Sociais**

O trabalho escravo configura-se como uma privação, privando do indivíduo a capacidade de escolher e buscar o melhor emprego ou questionar melhores condições de trabalho, o que significa que suas oportunidades sociais e/ou econômicas são limitadas e até cerceadas. Sen (2010) dispõe sobre as oportunidades sociais como as facilidades de condução de uma vida melhor e saudável proporcionadas pela saúde, educação, economia, políticas públicas e outros.

Identificou-se que dois dos colaboradores entrevistados não são alfabetizados<sup>28</sup>, por falta de oportunidade ou pela compreensão que é mais necessário trabalhar que se educar. Sen (2010) considera o analfabetismo como uma barreira para as oportunidades sociais e as atividades econômicas. Pessoas com baixos níveis de educação são sujeitos a trabalhos que tendem a exigir como mais frequência a força braçal e sem lhes serem proporcionadas oportunidades de qualificação, o que faz com que essa condição se perpetue.

Além da educação, outra barreira que impacta no desenvolvimento humano e na capacidade de usufruir de uma vida melhor é a saúde. C2 relata problemas de saúde ocasionados pela exposição excessiva ao calor das carvoarias: “tenho que tomar remédios às vezes de tanta dor [...] parece que tá queimando tudo aqui dentro”. C3 é aposentado e sofre de

---

<sup>28</sup> Segundo IBGE (2014, [on line] “analfabeta é a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

problemas respiratórios, ocasionados pela exposição ao calor e a fumaça das carvoarias. Sua locomoção só se dá com auxílio da esposa. As condições a que ele foi exposto impossibilitaram-no de continuar a trabalhar, o que também o priva de outras capacitações. Segundo Macana (2008, p. 150) “as possibilidades que as pessoas têm em termos de saúde determinam o quanto elas podem exercer suas capacidades e liberdades para atingir outras realizações”.

A esposa de C3 demonstra ter um papel crucial na família, pois é ela a responsável pela locomoção e pelos cuidados com a saúde do marido. Macana (2008) refere-se aos impactos familiares provocados por problemas de saúde, exemplificando que quando um indivíduo está doente ele prejudica as pessoas que estão a sua volta, que por vezes deixam de fazer algo que gostariam para cuidar desse indivíduo. No caso de C3, a esposa vive em função das suas necessidades, fato este percebido no momento da entrevista. A saúde de C3, além de ser uma privação do alcance de capacidades e liberdades do colaborador, assim também o é para sua esposa.

Sen (2010) explica que “embora as mulheres trabalhem muitas horas em casa todos os dias, esse trabalho não tem remuneração, sendo com frequência desconsiderado no cômputo das respectivas contribuições de mulheres e homens para a prosperidade conjunta da família” (SEN, 2010, p. 252). O autor considera a necessidade de combater essas desigualdades de gêneros.

Segundo os diretores, em virtude de muitos trabalhadores escravos apresentarem problemas de saúde, ao acolher o trabalhador o CDVDH/CB proporciona a obtenção do Cartão do SUS, além dos outros documentos de identificação, conforme Tabela 2, assim terão acesso aos serviços de saúde pública. Outra ação que o CDVDH/CB desenvolve é a qualificação profissional. Através dela o colaborador poderá ter a oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho.

Os colaboradores relatam que são proporcionados diversos cursos no CDVDH/CB. C1 afirma: “hoje eu já aprendi de tudo”. Através de parcerias firmadas com Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), os colaboradores são qualificados em diversas áreas como: serigrafia, artesanato, produção de móveis planejados

entre outros, para que possam ser inseridos no mercado de trabalho. Eles também demonstram a vontade e a necessidade de aprender, como demonstram seus relatos; C4: “eu tenho vontade de aprender muita coisa ainda”, C5: “quero crescer na minha profissão de motorista”.

Percebe-se que os colaboradores, apesar de serem oriundos de uma realidade onde desde pouca idade tinham que trabalhar, independentemente da função, para garantir os ganhos semanais, após o acolhimento do CDVDH/CB almejam uma profissão, buscam qualificação. Neste cenário, as oportunidades sociais, ou seja, ter saúde, ter qualificação profissional, ter a oportunidade de escolha, apontam que o apoio realizado pelo CDVDH/CB está sendo relevante para o desenvolvimento humano dos seus assistidos, que agora desfrutam da capacidade de ser agente ativo em sociedade, de obter seu bem-estar e usufruir de qualidade de vida.

Os colaboradores ressaltam a importância do acolhimento do CDVDH/CB nessa mudança de vida. C3 diz: “se você quizer eles te acompanha até o final”, C4 “o Centro me abriu os olhos pra vida” e C5 “o Centro pra mim é uma família”. Ao falarem de sonhos, desejos, bens materiais que querem adquirir e cursos que desejam participar, os colaboradores não consideram impossível algo que ainda não a sua realidade, ao invés disso entendem ser algo a ser atingido. C4 afirma que “se querer é só buscar” e exemplifica que sua vontade de tornar-se pedreiro, tem feito ele buscar cursos SENAI e se dedicado nas construções que trabalha para aprender e se qualificar.

Segundo os Diretores, tanto no eixo Prevenção como no eixo Inserção o CDVDH/CB buscar oportunizar qualificação, por entender que simplesmente o resgate não é suficiente para que o trabalhador esteja livre dos riscos de aliciamento. As causas que devem ser sanadas são a falta de qualificação, a incapacidade de gerar renda para o sustento e a conscientização quanto aos seus direitos.

### **5.2.2 Liberdades Políticas**

A liberdade é o principal meio para o desenvolvimento humano, que consiste na eliminação de privações que limitam a capacidade de escolha e as oportunidades das pessoas (SEN, 2010). Cada liberdade tem o papel fundamental na construção no desenvolvimento e na



promoção de outras liberdades, tendo o objetivo de contribuir na capacidade de viver livremente e fazer escolhas de acordo com seus desejos. Para tanto, considera-se liberdade política os direitos civis relacionados com a garantia de discussão, debate, crítica e oposição para a construção de valores e o exercício da democracia.

As liberdades políticas remetem à capacidade que o indivíduo tem de eleger seus governantes, fiscalizar e criticar as autoridades, além de poder se associar a entidades políticas e sociais. Contudo, para que o colaborador possa ser inserido na sociedade como cidadão e exerça suas obrigações e responsabilidades, ele precisa ter os documentos básicos.

Segundo Sen (2010, p. 31) “Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência”. O indivíduo que não possui todos os documentos de identificação, não existe para a sociedade, ele não pode participar dos programas sociais, não tem acesso à educação, não pode escolher seus representantes, não tem acesso a recursos financeiros, suas relações de trabalho não são regulamentadas, entre outras limitações, ficando alheio aos benefícios sociais.

A obtenção dos documentos pessoais condiciona a participação ativa em sociedade. É neste sentido que converge a pesquisa de Mattos (2011). A autora realizou uma análise seniana do Programa Bolsa Família e identificou que, dentre as estratégias de inclusão social do Governo Federal, uma delas foi a de proporcionar a confecção de documentos de identificação, visto que é rotineiro encontrar, em comunidades carentes atendidas por este programa social pessoas que não possuem estes documentos.

A realidade dos trabalhadores rurais não é distante da apresentada por Mattos. Alguns trabalhadores escravos ao chegarem ao CDVDH/CB não possuem os documentos de identificação, sendo os principais aqueles documentos que contribuem para o alcance das liberdades econômicas, como Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e comprovante de renda. A Tabela 2 apresenta a situação documental dos colaboradores ao serem acolhidos pelo CDVDH/CB.

Tabela 2: Situação documental dos colaboradores quando eram trabalhadores escravos

Colaboradores	Registro Nascimento	Registro Nacional (RG)	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	Título de Eleitor	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Cartão do Sistema Único de Saúde (SUS)*	Comprovante de Endereço	Comprovante de Renda
C1	X							
C2	X	X	X					
C3	X	X	X	X	X		X	
C4	X	X	X	X	X		X	
C5	X	X	X	X				
C6	X	X	X	X				

\*Criado a partir de Abril de 2011

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Todos os trabalhadores possuíam Registro de Nascimento e, exceto C1, os demais possuíam Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), portanto os documentos básicos de identificação foram obtidos antes das condições de trabalho escravo. Os serviços sociais de educação estavam disponíveis aos colaboradores, mas os mesmos não tinham dentro dos seus valores familiares a prática de frequentar a escola. Conforme Quadro 8, devido à baixa escolaridade, o trabalho braçal mostrou-se como uma alternativa a estes informantes desde a sua juventude.

O Cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) não existia na época em que eram trabalhadores escravos, pois o mesmo foi implantado pelo Governo Federal somente em 2011, não podendo ser parâmetro para a disponibilidade dos serviços de saúde.

Apenas dois dos colaboradores possuíam a CTPS, documento que firma os acordos de trabalho e garante os direitos previdenciários. Culturalmente os trabalhadores escravos não percebem a necessidade e os impactos de não possuírem tais documentos, e ficam vulneráveis a trabalhos informais. Como consequência, nenhum possuía comprovante de renda, o que os privava do acesso ao crédito e às oportunidades provenientes deste.

Segundo Lima (2008, p. 130) “as liberdades políticas são constitutivas dos projetos e relações econômicas, e influenciam na compreensão e na satisfação de necessidades econômicas”. Ainda, segundo o autor, as liberdades políticas dão aos indivíduos a

oportunidade de chamar atenção dos poderes públicos para as necessidades da sociedade. Neste sentido, Sen (2000, p. 175) ressalta que “as necessidades econômicas dependem crucialmente de discussões e debates públicos abertos”.

Os autores apresentam a relação entre as liberdades econômicas e políticas, que não eram exercidas pelos trabalhadores escravos devido à ausência de documentação. Para tanto, Sen (2010) ressalta a necessidade de dotar os indivíduos com habilidade reais de tomar decisões, enfatizando a igualdade de oportunidades, já que a pobreza provoca preferências condicionadas, onde o indivíduo está condicionado pela sua realidade às mesmas escolhas. Para eles a necessidade de votar, fiscalizar os governantes, ter comprovante de renda, frequentar a escola e afins, não existia. A única condição que possuíam era a existência de um trabalho precário para contribuir com a família e obter seu sustento.

C1 relata: “nunca precisei de documentos, sempre trabalhei na roça”. Trabalhar na roça era um elemento condicionante para que não tivesse uma vida social e política, contudo, como descrito, ter uma vida social e política não eram convicções e anseios desses colaboradores. As relações de trabalho na região são geralmente informais, sendo reflexo da ausência da documentação específica e contribuindo para a vulnerabilidade ao aliciamento e à prática da escravidão.

De acordo com Sen (2010), quando as pessoas são privadas de liberdades importantes para conduzirem suas vidas, sendo elas de ordem civil ou política, essas pessoas passam a ter uma vida social e política restrita, já que as liberdades interagem e influenciam umas às outras, condicionando-se mutuamente.

Ao verificar as idades dos colaboradores e a ausência da CTPS, conclui-se que as relações de trabalho ocorridas antes de serem aliciados, embora fossem remuneradas, não eram regulamentadas, além de serem atividades de curto prazo e com retribuições diárias ou semanais, denominadas na região de “empreitas<sup>29</sup>”.

---

<sup>29</sup> Acordos verbais para um trabalho de curto prazo, com fim específico. Serviços braçais no campo ou em construções.

O CDVDH/CB tem o Projeto Cidadania, em parceria com órgãos públicos, que objetiva facilitar a obtenção de documentos, tanto para as vítimas de trabalho escravo quanto para a comunidade em geral. A Tabela 3 apresenta a situação documental dos colaboradores após serem assistidos pelo CDVDH/CB.

Tabela 3: Situação documental dos colaboradores após serem assistidos pelo CDVDH/CB

Colaboradores	Registro Nascimento	Registro Nacional (RG)	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	Título de Eleitor	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Cartão do Sistema Único de Saúde (SUS)	Comprovante de Endereço	Comprovante de Renda
C1	X	X	X	X	X	X	X	X
C2	X	X	X	X	X		X	X
C3	X	X	X	X	X	X	X	X
C4	X	X	X	X	X	X	X	X
C5	X	X	X	X	X	X	X	X
C6	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Em comparativo entre a Tabela 2 e 3, percebe-se que o documentos possuídos pelos colaboradores, eram em maioria, documentos de identificação. Os que garantem legalidade das relações trabalho, comprovação de moradia e aplicação do direito ao voto não eram possuídos por todos. Desta forma, eles poderiam ser destituídos de direitos e benefícios em sociedade, sendo privados do alcance de funcionamentos econômicos e sociais. Após serem assistidos pelo CDVDH/CB os colaboradores tiveram a oportunidade de obter todos os documentos.

De porte de todos os documentos pessoais, os colaboradores poderão obter crédito pessoal, filiar-se a sindicatos, associações e afins, votar, ter seus acordos de trabalhos regulamentados. Contudo, conforme Sen (2010, p. 126), “é perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação da renda [...] isto seria confundir os fins com os meios”, da mesma forma, não se pode concluir que de porte de tais documentos os colaboradores alcançaram a liberdade política, estes são meios para a expansão desta liberdade.

Contudo, a liberdade política é percebida na consciência dos colaboradores quantos aos direitos e deveres em uma relação de trabalho e enquanto cidadão, pois relataram que, para buscar melhores oportunidades de trabalho com carteira assinada, ainda necessitam de

qualificação técnica, o que surgiu na fala de todos os informantes como um desejo. C5 ressalta: “após conhecer meus direitos trabalhistas já tive a carteira assinada e hoje recebo as parcelas do seguro desemprego”.

A liberdade política é um fim para o desenvolvimento humano dos colaboradores, ao passo que representa a inclusão em sociedade e a atuação como agente ativo conhecedores dos seus direitos e deveres. Ainda, em relação à liberdade política, os colaboradores se mostraram participativos em entidades e grupos sociais. C1 e C5, após a libertação e o acolhimento no CDVDH/CB, ocupam cargos de liderança dentro dos movimentos religiosos que participam.

Todos são convidados a participar de discussões quanto às causas do trabalho escravo e amplitude das políticas públicas, ocorridas no CDVDH/CB. Os colaboradores apresentam desenvoltura e clareza ao falar sobre as condições que viveram, sobre a realidade que se encontram e são conhecedores dos direitos e deveres em sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto econômico era preponderante na concepção do desenvolvimento, porém a partir do século XX, o debate sobre o tema apresentou um enfoque multidimensional. Para constituir essa nova perspectiva, foram acrescentados novos elementos, como, oportunidades de escolha, capacidades e liberdades. A partir de então, o desenvolvimento humano passou a ser mensurado através da expansão de liberdades e objetiva proporcionar condições para que os indivíduos desfrutem de uma vida saudável, longa e feliz.

Diferentes abordagens analisaram a temática, contudo, consideram bases informacionais distintas. O Utilitarismo considera que para alcançar o bem-estar faz-se necessário uma cesta de utilidades adquiridas no mercado, condicionando felicidade, prazer e satisfação à aquisição de bens. A Rawlsiana propõe um senso de justiça e igualdade, sendo que, a combinação desses princípios deve proporcionar benefícios a todos, e conseqüentemente, bem-estar. A Abordagem das Capacitações define que, para alcançar o desenvolvimento humano, deve-se expandir o conjunto capacitório dos indivíduos, proporcionando oportunidades de escolhas e, por conseguinte, liberdades.

Na Abordagem das Capacitações, que delimitou tal estudo, para alcançar tais liberdades, deve-se eliminar as privações, ou seja, elementos que impedem a conquista das capacitações. A partir desta perspectiva, estudou-se o trabalho escravo como uma privação e o apoio desenvolvido pelo Centro de Defesa de Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB) como agente de desenvolvimento.

O trabalhador escravo é um indivíduo oriundo do interior do estado, sem grau de instrução, desconhecedor dos seus direitos e deveres e sem documentos pessoais. Este perfil modela seus valores e preferências, tornando-as condicionadas ao trabalho braçal, como única maneira de obter sustento. Como visto, na atualidade, o trabalhador não nasce escravo, ele é induzido a esta condição por sua vulnerabilidade. Neste regime, ele será privado do acesso à saúde, educação, lazer, renda e convívio em sociedade, sendo impedido de desfrutar de uma vida saudável.

Mesmo após fugirem ou serem libertados, os trabalhadores continuam vulneráveis ao trabalho escravo, pois não há na região, políticas públicas específicas que promovam funcionamentos. Desta forma, as privações transformam-os em vítimas, sendo comum, trabalhadores serem aliciados repetidamente. Isto posto, o CDVDH/CB, face aos casos de escravidão em fazendas e carvoarias na região e pela ausência de políticas públicas específicas, iniciou um apoio aos escravizados em três eixos: Prevenção, Repressão e Inserção.

Contudo, somente a existência do CDVDH/CB não representa que o mesmo atue como agente de desenvolvimento. Devem ser analisadas duas questões neste sentido. Inicialmente, no Brasil, em 2014, existem mais de 4.000 ONGs, que são impedidas de receber apoio federal, pois atuaram de forma fraudulenta e não cumpriram sua função social (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014, texto digital).

Em seguida, deve ser identificado se o CDVDH/CB proporciona oportunidades ou atua como agente limitador de liberdades, provocando privações. Fato relatado por Marin (2005), nas pesquisas com instituições religiosas, ao afirmar que, a crença subjetiva quando se torna a única autoridade do pensamento, restringe o debate crítico e público, o que denota a diferença entre um pensamento crítico e um pensamento dogmático, por vezes, as regras reprimem e limitam a liberdade dos indivíduos.

Quanto ao tratamento dos recursos financeiros, o CDVDH/CB recebe o apoio de empresas públicas, privadas, nacionais e internacionais, desde a sua constituição. A continuidade desse suporte financeiro depende das prestações de contas realizadas ao final de cada ação e a submissão de novos projetos.

Conforme Quadro 5, o CDVDH/CB teve R\$ 1.741.649,19 de recursos financeiros para a execução de projetos entre 2012 e 2013. Este valor representou 1,48% de R\$ 118.165.108,92, que são os recursos anuais disponibilizados pelo Governo Federal para o município em 2013 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014, texto digital). E se comparar com o PIB a preços correntes de 2010, os recursos do CDVDH/CB superam o valor em R\$ 434.304,19 (IBGE, 2010). Isto posto, apresenta a capacidade financeira do CDVDH/CB para promover suas ações, bem como, permite questionamentos em relação a sua eficácia: O CDVDH/CB apresenta dificuldades nos polos produtivos, sendo que, o de carvão encontra-se inativo; não há exata mensuração das pessoas que são atendidas; e ainda, CODIGMA não é autossustentável. Considerando o valor dos recursos disponíveis, tais problemas já deveriam ter sido sanados.

Quanto a validade da sua atuação como agente de desenvolvimento, constata-se através dos resultados identificados juntos aos colaboradores entrevistados. Para identificar quais as contribuições do CDVDH/CB na promoção do desenvolvimento humano dos trabalhadores assistidos, foram utilizadas as cinco liberdades propostas por Sen na Abordagem das Capacitações, e classificadas quanto ao meio e ao fim. Contudo, neste momento, percebe-se uma deficiência no planejamento das ações do eixo Prevenção, pois não há uma estatística das origens desses trabalhadores e as ações identificadas no Quadro 2 ocorrem principalmente na cidade de Açailândia/MA, porém, apesar do trabalhador ser escravizado no município, os mesmos são aliciados em outras cidades e/ou estados, ou seja, tais ações ainda não atingem os indivíduos que serão escravizados na região.

Segundo os diretores, os escravizados apresentam uma desconfiança em relação aos órgãos públicos, pois, por vezes, obrigados pelos escravistas, tiveram de mentir diante das fiscalizações sobre suas reais condições de trabalho. Neste cenário, os escravizados não acreditam que existam pessoas, sejam elas, na esfera pública, privada ou na sociedade civil, dispostas a ajudar na sua causa. Esta é a primeira barreira a ser removida pelo CDVDH/CB.

Neste sentido, o CDVDH/CB possui uma equipe qualificada e um espaço simples, com características acolhedoras, rodeadas de pinturas e cartazes que representam a luta contra o trabalho escravo. Assim, a conquista das liberdades de garantias de transparência e segurança protetora, possibilitará a realização de outras ações de apoio, caracterizando-as como liberdades como meio.



Após serem assistidos, os colaboradores apresentaram ampla confiança no CDVDH/CB, atribuindo a melhoria da sua qualidade de vida ao apoio recebido, além de continuarem participando das atividades, ilustrando a rede de segurança protetora que o CDVDH/CB tornou-se.

Ainda quanto às liberdades como meio, os colaboradores apresentaram o alcance das facilidades econômicas, ao enfatizarem, quando entrevistados, que todos possuíam comprovação de renda e a aquisição de bens de consumo, como veículos e celulares. Essa liberdade contribuiu para o acesso ao crédito e a capacidade do colaborador para desfrutar momentos de lazer.

Quanto às oportunidades sociais, os colaboradores obtiveram acesso à saúde pública, qualificação profissional e puderam conhecer seus direitos e deveres em sociedade. Destarte, além de ter um indivíduo ciente das suas responsabilidades em sociedade, também se elimina um dos maiores fatores do aliciamento, qual seja, o desconhecimento dos direitos humanos e trabalhistas. Segundo os colaboradores, após conhecerem seus direitos e deveres, sua responsabilidade social é disseminar esse conhecimento, evitando que novos trabalhadores que estão em condição de vulnerabilidade social, sejam escravizados, apresentando sua condição de agente.

Nessa liberdade percebe-se uma mudança de valores, pois enquanto trabalhadores escravos, suas preferências eram condicionadas ao trabalho braçal, contudo, após serem assistidos pelo CDVDH/CB os colaboradores apresentaram um desejo de sempre aprender e qualificar-se na sua área de atuação, pois identificam a necessidade disso para o crescimento profissional.

As oportunidades sociais, em conjunto com as liberdades políticas, contribuem para a formação de um agente ativo em sociedade, assim representam as liberdades como fim, quando se oportuniza a capacidade de galgar oportunidades de trabalho, ser crítico, reconhecer seus direitos e deveres e participar de movimentos sociais. Com esse conjunto de funcionamentos, os colaboradores puderam alcançar um conjunto capacitório e conseqüentemente as liberdades, que proporcionam oportunidades de escolhas, bem-estar e desenvolvimento humano.

Vale ressaltar que, o CDVDH/CB, não modelou previamente suas ações no enfoque multidimensional do desenvolvimento humano, nem na Abordagem das Capacitações. Contudo, percebeu que, acolher e executar pequenas ações, não eliminam as privações. Assim, o CDVDH/CB, tem seu apoio realizado de forma contínua, porém delimitado na busca da independência econômica e social do colaborador. Neste contexto, o CDVDH/CB objetiva proporcionar capacidades para o alcance do bem-estar, promover o empoderamento e proporciona o desenvolvimento humano.

A pesquisa possui algumas limitações, como: não foram ouvidos os governantes do estado, para identificar quais as estratégias para o combate do trabalho escravo e como o CDVDH/CB é visto na esfera pública; a comunidade próxima ao CDVDH/CB não foi ouvida para verificar a imagem do trabalho de apoio realizado. O estudo proporcionou também perceber problemáticas que poderiam ser estudadas, como: sendo comum o trabalho escravo na região, por que não há políticas públicas específicas para este problema social? Mesmo com estrutura física disponível, por que a CODIGMA atende poucos colaboradores e ainda não é autossustentável?

Além da possibilidade de temas a serem investigados e a verificação das contribuições do CDVDH/CB na promoção do desenvolvimento humano das vítimas de trabalho escravo assistidas, a pesquisa proporcionou outros ganhos relevantes. Foi possível identificar como se dá o processo de aliciamento, bem como as privações que os trabalhadores possuem deixando-os vulneráveis. O sentimento dos escravizados quanto às condições de trabalho escravo vividas. A importância da qualificação para a mudança de perspectiva de vida e de valores e, por fim, as necessidades de melhoria das políticas públicas de inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABOGLIO, Ana Maria. **Utilitarismo e bem-estarismo**: esclarecimentos para aprofundar a compreensão das diferenças substanciais com relação à Teoria dos Direitos Animais. Anima, 2008.

ALKIRE, Sabina. The Capability Approach as a Development Paradigm?. **In: Third International Conference on the capability approach**. Italy: University of Paiva, 2003. Disponível em: <[http://www.capabilityapproach.com/pubs/461CAtraining\\_Alkire.pdf](http://www.capabilityapproach.com/pubs/461CAtraining_Alkire.pdf)>. Acesso em: 09 de março de 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Torrieri Guimarães. Hemus, 2005.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**: Poética / Aristóteles. 4 ed. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo. Nova Cultural, 2001.

BALESTRINO, Alessandro; SCICLONE, Incola. Should we Use Functionings instead of Income to Measure Wellbeing? Theory, and some Evidence from Italy. **mimeo Rivista Internazionale di Scienze Sociali**, p. 1-20, 2001.

BAGOLIN, Izete Pengo. **Da renda às capacidades**: analisando e avaliando o desenvolvimento humano. 2005. 149 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2005.

BARDEN, Julia Elisabete. **Indicador Social para o Rio Grande do Sul**: uma análise a partir da Abordagem das Capacitações. 2009. 211 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASCARÀN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton (Org.). **II Conferência Inter-participativa sobre trabalho escravo e super-exploração em fazendas e carvoarias: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida.** Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos: Açailândia: Gráfica Açailândia, 2007.

BATISTA, Rodrigo Sirqueira; SCHRAMM, Fermin Roland. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. **Ciência & Saúde Coletiva.** 129-142, 2005.

BORGES, Claudiene. Iniciativas de prevenção. In: BASCARÀN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton (Org.). **II Conferência Inter-participativa sobre trabalho escravo e super-exploração em fazendas e carvoarias: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida.** Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos: Açailândia: Gráfica Açailândia, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil.** 36º ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5889, de 8 de junho de 1973. Dispões sobre as normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm)>. Acesso em: 04 de março de 2014.

CAIXA. **Consulta pública Bolsa Família.** Novembro/2013. Disponível em:<[https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00\\_00.asp](https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp)>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional.** 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARNEIRO, Marcelo S. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH.** Salvador: v. 21, n. 53. 323-336, 2008.

CARREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. A pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & contexto em Enferm.,** Florianópolis, v.15, n. 4, 2006.

CDVDH/CB – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán – **Uma contribuição para erradicar o trabalho escravo, atuando na prevenção, repressão e inserção:** informe anual para Manos Unidas. Açailândia/ Ma, 2009.

\_\_\_\_\_. **Novo Estatuto Reformulado.** 2008.

\_\_\_\_\_. **Centro de Defesa.** Disponível em: <<http://www.CDVDH/CBacai.org.br/?pg=conteudo&id=46>>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **CODIGMA.** Disponível em: <<http://www.CDVDH/CBacai.org.br/?pg=conteudo&id=60>>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Escravo**. Disponível em:

<<http://www.CDVDH/CBacai.org.br/?pg=conteudo&id=42>>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Uma contribuição para erradicar o trabalho escravo, atuando na prevenção, repressão e inserção**: informe anual para Manos Unidas. Açailândia/ Ma, 2012.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson prentice hall, 2007.

CÓDIGO PENAL. **Código penal comentado**. 8º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMIM, Flávio. Operationalizing Sen's Capability Approach. **In: Conference justice e poverty: examining Sen's Capability Approach**. Cambridge: *Parallel Sessions*, 2001. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sen/papers/comim.pdf>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2012.

CORREIA, Lélío Bentes. Um fenômeno complexo. **In: Comissão Pastoral da Terra (Org). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo, 1999. p. 77-80.

COSTA, Ana Monteiro. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS**: uma análise da seca a partir da Abordagem das Capacitações. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006.

C1 – Colaborador 1: depoimento [18 de julho de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

C2 – Colaborador 2: depoimento [06 de agosto de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

C3 – Colaborador 3: depoimento [06 de agosto de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

C4 – Colaborador 4: depoimento [06 de agosto de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

C5 – Colaborador 5: depoimento [06 de agosto de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

C6 – Colaborador 6: depoimento [18 de julho de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr., 2005.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DETRAE – Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo. **Quadro geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – SIT/SRTE - 1995 a 2012**, 2013.

\_\_\_\_\_. **Quadro das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – SIT/SRTE – 2012**, 2013.

D1 – Diretor 1: depoimento [26 de julho de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

D2 – Diretor 2: depoimento [09 de agosto de 2013]. Entrevistador: Marcelo de Oliveira Silva. Açailândia/MA: s.e., 2013. Gravação máquina digital. Entrevista concedida à Marcelo de Oliveira Silva.

ELLMAN, M.; KONTOROVITCH, V.. **The Disintegration of the Soviet Economic System**. Routledge, 1992.

ESCRAVO, Nem Pensar!: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade / Repórter Brasil (Programa “Escravo, nem pensar!”) – São Paulo: Repórter Brasil, 2012. 2ª edição atualizada, 152 pág.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FAGUNDES, Helenara Silveira. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**. nº 06. Dez, 2006.

FARAGO, France. **A justiça**. Tradução Maria José Pontieri. Barueri: Manole, 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 10º ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FUNDAÇÃO VALE. **Um olhar sobre Açailândia/MA: diagnóstico socioeconômico**. 2006. < Disponível em: [http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajas/livreto\\_A%C3%A7ail%C3%A2ndia.pdf](http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajas/livreto_A%C3%A7ail%C3%A2ndia.pdf) >. Acesso em 30 de março de 2013.

GALVÃO, Afonso & EGREJA, Julio. **Projeto de pesquisa**, 2001.

GESSI, Ana Cristina da Motta. **A OMC enquanto instrumento de fomento ao direito ao desenvolvimento humano**. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Econômicas Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Antonio Carlos; **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed – São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sergio. **Caderno ABONG: ongs, identidade, e desafios atuais**. São Paulo, n. 27, 2000.

HERCULANO, Selene. ONGs e Movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. **Meio Ambiente: questões conceituais**. Niterói: 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**. 2010.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 19 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os municípios – 2001-2004 e 2005-2009**. 2012.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. 2013. Disponível em: <

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210005&search=maranhao|acailandia|infograficos:-historico>>. Acesso em 27 de outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Conceitos**. 2014. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 04 de março de 2014.

JARDIM, Philippe Gomes. **Neo-escravidão: as relações de trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2007.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 21º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KUKLYS, Wiebke; ROBEYNS, Ingrid. Sen's Capability Approach to Welfare Economics. **University of Cambridge in its series Cambridge Working Papers in Economics**. 2004.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **Pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2009.

LADERCHI, Caterina Ruggeri; SAITH, Ruhi; STEWART, Frances. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **University of Oxford: QEH Working Paper Series**. 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed- São Paulo: Atlas, 2008

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em**

ciências humanas. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

LEMOS, Cleide de Oliveira. As ONGS e o sistema mundial de proteção dos direitos humanos. **Revista Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed.** V. 17, p. 63 – 97, jan/jun, 2001.

LEIS HISTÓRICAS. **Lei Áurea**. Disponível em: <[http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm#LEI\\_ÁUREA](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm#LEI_ÁUREA)>. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei do ventre livre**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei do sexagenário**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leidosexagenario.htm>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

LIMA, João Vicente R. B. C. As possibilidades de uma sócioecologia em Amartya Sen. **Pensamento Plural**. Pelotas. 121-145, 2008.

LOBATO, David Menezes et al. **Estratégia de empresas**. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso**. São Paulo: EUP, 1999.

MACANA, Esmeralda Correa. **Impactos potenciais da mudança climática no desenvolvimento humano: uma análise baseada na Abordagem das Capacitações**. 2008. 241 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53 a 84, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIN, Solange Regina. **Karl Popper e Amartya Sen: Temas para Pensar em Intervenção Social e Desenvolvimento Humano**. 2005. 231 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Curitiba, 2005.



MARIN, Solange Regina e QUINTANA, André Marzulo. Amartya Sen e a escolha social: uma extensão da teoria da justiça de John Rawls?. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, vol.16, n.3, pp. 509-532, 2012.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodologias. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N 5, p. 51-59, 2002.

MATTOS, Bartira Koch. **Uma abordagem seniana do programa bolsa familia**. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

MATTOS, Ely José de. **Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a Abordagem das Capacitações**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2006.

MELLO, Solange Quintão Vaz de. **Trabalho Escravo no Brasil: A nova face de um antigo dilema**. 2005. 97f. Dissertação, (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho, Brasília 2005.

MENDES, José Vágner Mesquita. **Assistência Judiciária Gratuita: a experiência do Projeto Balcão de direito do CDVDH/CB-CB**. 2011. 68 f. Monografia (Curso Bacharelado em Direito) – Unidade de Ensino Superior do Maranhão, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Maranhão, 2011.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**. Campinas, Vol. XI, nº 1, p. 33-63, 2005.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORANGE, Jean. **Direitos humanos e liberdades públicas**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

NERFIN, Marc. As relações entre ONGs – as agências da ONU – Governos: desafios, possibilidades e perspectivas. **I Encontro Internacional de ONGs e Agências do Sistema da ONU**. Rio de Janeiro, 1991.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, uso e procedimentos. **Caderno de pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n. 3, p. 1-5, 2º semestre 1996. Disponível em: <<http://www.eda.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2010.

NUSSBAUM, Martha. Women and Human Development: The Capability Approach, **Cambridge: Cambridge University Press**. 2000.

OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA. Trabalho Escravo no Brasil: O drama dos carvoeiros, A responsabilidade das siderúrgicas, A campanha para a erradicação. Florianópolis: Instituto Observatório Social, nº 6, junho de 2004. ISSN 1678 – 152 X.

ONU – Organizações das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris. 1948

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 29º**: Sobre trabalho forçado ou obrigatório. 1930. Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/all/forced\\_labour/oit/convencoes/conv\\_29.pdf](http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/oit/convencoes/conv_29.pdf)>. Acesso em 30 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. 1º ed. 2006.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PICOLOTTO, Volnei da Conceição. Educação como expansão das capacitações: Uma breve análise dos resultados da Prova Brasil. BAGOLIN, Izete; VIGORITO, Andrea; RUESGA, Carolina; COMIM, Flávio; TONON, Graciela; IGUINIZ, Javier; NEDEL, Mathias; FLORES, Pedro (Org.) **III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre, 2010.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. **A construção da responsabilidade social empresarial no polo siderúrgico de carajás**: O caso do instituto Carvão Cidadão, 2011.

PLASSAT, Xavier. Acabar com trabalho escravo: uma longa jornada. In: BASCARÂN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton (Org.). **II Conferência Inter-participativa sobre trabalho escravo e super-exploração em fazendas e carvoarias**: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida. Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos: Açailândia: Gráfica Açailândia, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 45ª reimpressão, 2002.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. <Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2008. <Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil**. 2003. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2003](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003)>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Ranking do IDH Global. 2011.** Disponível em: <  
[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_global\\_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2011](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011)>. Acesso em 21 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1998.** PNUD, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2003.** PNUD, 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005.** PNUD, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011.** PNUD, 2011.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Cadasto de Entidades Sem Fins Lucrativos**

**Impedidas – CEPIM:** Lista completa. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/cepim/EntidadesImpedidas.asp?paramEmpresa=0>>.

Acesso em: 06 de abril de 2014.

PORTAL ODM. **Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do**

**Milênio:** Relatórios Dinâmicos – Indicadores Municipais. Disponível em:

<<http://www.portalodm.com.br/relatorios/ma/imperatriz#>>. Acesso em 27 de janeiro de 2013.

QUEIROZ, et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **R Enferm UERJ**. Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2): 276-83.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REPÓRTER BRASIL. Comparação entra a nova escravidão e o antigo sistema. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBEYNS, Ingrid. **An unworkable idea or a promising alternative? Sen's capability approach re-examined.** Cambridge: Wolfson College, 2000. Disponível em:

[www.econ.kuleuven.be/ces/discussionpapers/dps00/dps0030.pdf](http://www.econ.kuleuven.be/ces/discussionpapers/dps00/dps0030.pdf). Acesso em 27 de outubro de 2013.

SAKAMOTO, Leandro. Dinheiro é poder: a quem interessa o trabalho escravo no Brasil?. In:

SANTOS, Larissa; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro. **Textos para Discussão**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, julho 2010. ISSN 1519-4612

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica do Brasil: 500 anos de história malcontada**. São Paulo: Nova Geração, 1997.

SDH – Secretaria de Direitos Humanos. **Centro de Referência em Direitos Humanos**. 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/centros-de-referencia-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. **Diagnóstico do leite no Maranhão**. 2009. < Disponível em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/820D84DAE6CAA272832575D6006848B2/\\$File/Diagnostico\\_Leite.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/820D84DAE6CAA272832575D6006848B2/$File/Diagnostico_Leite.pdf)>. Acesso em 30 de março de 2013.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines: an Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981

\_\_\_\_\_. Development as Capability Expansion. In: GRIFFIN, K. and KNIGHT, J. **Human Development and the International Development Strategy for the 1990s**. London: MacMillan, 1990a.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SLOTTJE, D. Measuring the quality of life across countries, **The Review of Economics and Statistics**. p. 684-693, 1991.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade estado**, Brasília, v. 16, n 1-2, 2001.

SINGER, Peter. Animal liberation. **New York: Harper Collins Publishers**, 2002.

Disponível em <

<http://www.harpercollins.com/browseinside/index.aspx?isbn13=9780061711305>>. Acesso em 15 de maio de 2013.

SOUSA, Clarissa Mendes. **A ação civil pública e a proteção dos direitos fundamentais no combate ao trabalho escravo**. 2007. 119f. Dissertação (Mestrado em Direito e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2007.

SOUZA, Andréia Cristina Bailão de; et al, **Abordagem interdisciplinar de saúde no atendimento aos egressos do trabalho escravo da zona rural do estado do Pará**. 2004. 59 f. Monografia (Especialização em Saúde Pública) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2004.

TEIXEIRA, Milton (Org.). **II Conferência Inter-participativa sobre trabalho escravo e super-exploração em fazendas e carvoarias: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida**. Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos: Açailândia: Gráfica Açailândia, 2007.

THÉRY, Hervé. et al. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 80p, 2009.

UL HAQ, Mahbud. **Reflection on Human Development**. Delhi/New York: Oxford University Press, 1996.

VITA, Álvaro de. Justiça distributiva. A crítica de Sen a Rawls. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 3, p. 471-498, 1999.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A: Roteiro da entrevista semiestruturada com diretores

Local: \_\_\_\_\_ . Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ . Hora: \_\_\_\_\_ .

### I - Caracterização do (a) Diretor (a):

1. Gênero: M (  ) F (  )
2. Faixa etária: (  ) 20 a 30 (  ) 31 a 40 (  ) 41 a 50 (  ) 51 a 60 (  ) acima de 60
3. Escolaridade: \_\_\_\_\_
4. Tempo de atuação na ONG: \_\_\_\_\_

### II – Aspectos iniciais:

Como se deu seu o primeiro contato com a ONG?

Você possui outras atividades profissionais ou se dedica exclusivamente a ONG?

Qual a sua função e responsabilidades dentro da ONG?

### III - Estratégias:

Quais as estratégias utilizadas pela ONG para o combate ao trabalho escravo?

Como são definidas essas estratégias?

Existe parceria com órgãos públicos de combate ao trabalho escravo?

Como se configuram estas parcerias? O que visam? Com quais órgãos?

Quantas pessoas são assistidas pela ONG?

Que tipo de assistência?

Como funciona o monitoramento dos resultados alcançados?

#### III.I - Eixo Prevenção:

Qual o objetivo?

Quais as atividades desenvolvidas?

Quais os resultados alcançados?

Como é realizado o monitoramento dos resultados alcançados?

Quais os recursos físicos e financeiros disponíveis para o desenvolvimento das atividades?

Qual a origem dos recursos financeiros?

#### III.II – Eixo Repressão:

Qual o objetivo?

Quais as atividades desenvolvidas?

Como são recebidas as denúncias? Como chegaram até a ONG?

Qual o procedimento após o recebimento de uma denúncia?

Como funciona o acompanhamento das denúncias recebidas?

Quais os resultados alcançados?

Como é realizado o monitoramento dos resultados alcançados?

Como o trabalhador escravo é assistido após a libertação?

Quais os recursos físicos e financeiros disponíveis para o desenvolvimento das atividades?

Qual a origem dos recursos financeiros?

### III.III – Eixo Inserção:

Qual o objetivo desse eixo?

Quais as atividades de assistência desenvolvidas?

Quanto tempo em média os colaboradores permanecem sendo assistidos pela ONG nesse eixo?

Quais os resultados alcançados?

Como é realizado o monitoramento dos resultados alcançados?

Quanto em média é a remuneração dos colaboradores?

Quais os recursos físicos e financeiros disponíveis para o desenvolvimento das atividades?

Qual a origem dos recursos financeiros?

### IV – Dificuldades:

Quais as dificuldades encontradas nas ações da ONG?

O que é feito para superar as dificuldades apontadas?

Existe apoio do Poder Público?

Sim  Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Existe apoio da Comunidade?

Sim  Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Existem outros apoios?

Sim  Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_



## APÊNDICE B: Roteiro da entrevista semiestruturada com colaboradores

Local: \_\_\_\_\_ . Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Hora: \_\_\_\_\_.

### I - Caracterização do (a) Colaborador (a):

1. Gênero: M (  ) F (  )
2. Faixa etária: (  ) 20 a 30 (  ) 31 a 40 (  ) 41 a 50 (  ) 51 a 60 (  ) acima de 60
3. Estado civil: \_\_\_\_\_
4. Naturalidade: \_\_\_\_\_
5. Quantidade de Filhos: \_\_\_\_\_
6. Escolaridade: \_\_\_\_\_
7. Quanto tempo participa das atividades da ONG? (  ) 0 a 6 meses (  ) 7 a 12 meses (  ) 1 a 3 anos (  ) 4 a 6 anos (  ) 7 a 10 anos (  ) 11 anos ...

### II - Origem:

Antes de ser assistido pela ONG qual era sua ocupação?

Descreva as suas relações de trabalho antes da ONG?

Quanto tempo você esteve na condição de trabalhador escravo?

Como você teve acesso a ONG?

Antes de conhecer a ONG, você procurou ou recebeu algum outro tipo de ajuda? Como foi?

Quanto tempo você é colaborador da ONG?

Qual o polo que trabalha?

### III – Qualificação:

O que aprendeu após ser assistido pela ONG?

Quais os cursos você teve a oportunidade de participar?

O que você gostaria de aprender e não teve oportunidade?

Qual a diferença para você ter sido assistido pela ONG?

### IV – Renda:

Qual era sua renda mensal antes de trabalhar na ONG?

Quanto você consegue receber mensalmente trabalhando no polo?

Você possui outras atividades remuneradas?

(  ) Sim (  ) Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Qual a sua participação na renda da família?

Essa renda é suficiente para seu sustento e o da sua família?

### V – Qualidade de Vida e Saúde:

O que é qualidade de vida para você?

O que você considera que afeta sua qualidade de vida, para melhor ou pior?

Você considera que hoje (depois de conhecer a ONG) tem mais ou menos qualidade de vida?

Você sofre de alguma doença que exige tratamento e medicação constante? Esta doença afeta sua vida? Como?

Você pratica alguma atividade física? Como esta atividade impacta sua vida?

O que você faz nos momentos de lazer? Como estes momentos de lazer tornam sua vida melhor?

Você participa de algum grupo social (igreja, entidade...)? Como esta participação impacta na sua vida?

Qual sua forma de participação nesses grupos sociais (integrante ou ocupa algum cargo)?

VI – Oportunidades:

Você pensa em sair da ONG e trabalhar em algum outro estabelecimento? Por que?

O que falta para você conseguir uma oportunidade melhor de trabalho?

Atualmente a ONG é sua única opção de trabalho?

Você conhece algum colaborador que já teve uma oportunidade melhor fora da ONG?

Após o apoio da ONG surgiram novas oportunidades?

( ) Sim ( ) Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

VII – Aspectos Gerais:

A ONG proporcionou alguma mudança na sua vida?

( ) Sim ( ) Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Você já realizou algo que antes de ser assistido pela ONG era impossível?

( ) Sim ( ) Não Se sim, o que? \_\_\_\_\_

Antes de participar da ONG quais documentos possuía?

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Registro de nascimento | <input type="checkbox"/> Carteira de trabalho      |
| <input type="checkbox"/> Registro de identidade | <input type="checkbox"/> Cartão do SUS             |
| <input type="checkbox"/> CPF                    | <input type="checkbox"/> Comprovante de residência |
| <input type="checkbox"/> Título de eleitor      | <input type="checkbox"/> Comprovante de renda      |

E após:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Registro de nascimento | <input type="checkbox"/> Carteira de trabalho      |
| <input type="checkbox"/> Registro de identidade | <input type="checkbox"/> Cartão do SUS             |
| <input type="checkbox"/> CPF                    | <input type="checkbox"/> Comprovante de residência |
| <input type="checkbox"/> Título de eleitor      | <input type="checkbox"/> Comprovante de renda      |

Qual o motivo que não possuía estes documentos antes?

Quais as suas dificuldades dentro da ONG?

Você está satisfeito em participar das atividades da ONG?

**APÊNDICE C: Roteiro da observação em campo**

Local: \_\_\_\_\_ . Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Hora: \_\_\_\_\_.

I – Aspectos Gerais:

Qual o tipo e a variedade de atividades os colaboradores estão desempenhando?

Qual o regime de trabalho?

Quais as condições de trabalho?

Qual o envolvimento dos colaboradores nas atividades da ONG?

Os colaboradores possuem um bom relacionamento com a equipe administrativa da ONG?

Qual a percepção dos colaboradores em relação a sua condição na ONG? Como isto ocorre?

**ANEXOS**

**ANEXO A: Fotos das atividades gerais do CDVDH/CB**





Fonte: CDVDH/CB (2012)

**ANEXO B: Carta de apresentação**

Açailândia - MA, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2013.

Senhor Diretor,

Centro Universitário UNIVATES em desenvolvimento ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, solicita autorização para o mestrando, professor Marcelo de Oliveira Silva, realizar, junto ao corpo diretor e colaboradores desta ONG, a realização de entrevistas, visando à coleta de dados para consolidar sua dissertação intitulada “A contribuição do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán de Açailândia/MA na promoção do desenvolvimento humano: uma análise através das abordagens das capacitações”, sob a orientação da Professora Doutora Julia Elizabete Barden. As visitas acontecerão no período de maio e julho de 2013, no turno diurno, 02 diretores e 08 colaboradores.

Na certeza de contarmos com sua colaboração, apresentamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

---

Marcelo de Oliveira Silva



**ANEXO C: Termo de consentimento livre e esclarecido**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa do Centro Universitário UNIVATES cujo tema refere-se: “Quais as contribuições do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/MA na promoção do desenvolvimento humano: uma análise através das abordagens das capacitações”. Leia, cuidadosamente, o que segue e quaisquer dúvidas serão respondidas prontamente. Este estudo será conduzido pelo Mestrando Marcelo de Oliveira Silva sob a orientação da professora Doutora Julia Elizabete Barden.

A participação é voluntária, e será documentado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado. Não participarão desse estudo pessoas sem participação voluntária, menores de idade, e indivíduos que não atendam aos critérios técnicos estipulados pelo pesquisador.

O objetivo dessa pesquisa é Investigar e analisar as contribuições do Centro de Defesa no combate ao trabalho escravo para a promoção do desenvolvimento humano em Açailândia/MA a partir das abordagens das capacitações. O instrumento de coleta de dados implica a realização de uma entrevista. Se concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. Somente o pesquisador e a orientadora terá acesso a suas informações para verificar dados do estudo.

As perguntas ou os problemas referentes ao estudo poderão ser questionados aos pesquisadores, Prof. Mestrando Marcelo Oliveira, nos telefones (99) 9904-0453 - (99) 8158-6459 e/ou pelo e-mail [mooliveira@hotmail.com](mailto:mooliveira@hotmail.com) e a orientadora da pesquisa Prof. Dr<sup>a</sup>. Julia Barden, no telefone (51) 3714-7000 e/ou pelo e-mail [jbarden@univates.br](mailto:jbarden@univates.br).

Sua participação no estudo é voluntária. Você pode escolher não fazer parte dele, ou desistir a qualquer momento. Você poderá ser solicitado a sair do estudo se não cumprir os procedimentos previstos ou atender as exigências estipuladas. Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento.

Açailândia/MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

